

2º CICLO
MUSEOLOGIA

Interpretar a Paisagem

Proposta de um Centro Interpretativo
para a Sede de Petrópolis do
Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Luciana Justiniani Hees

M

2018



LUCIANA JUSTINIANI HEES

INTERPRETAR A PAISAGEM
Proposta de um Centro Interpretativo
para a Sede de Petrópolis
do Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia, orientada pela Professora
Doutora Alice Duarte

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

INTERPRETAR A PAISAGEM
Proposta de um Centro Interpretativo
para a Sede de Petrópolis
do Parque Nacional da Serra dos Órgãos

Luciana Justiniani Hees

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Museologia, orientada pela Professora
Doutora Alice Duarte

Membros do Júri

Professor Doutor Francisco Saraiva
Coordenador do Centro Interpretativo do Património da Afurada/
Parque Biológico de Gaia - Câmara Municipal de Gaia

Professora Doutora Paula Menino Homem
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Alice Duarte
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

Dedico este trabalho à Mata Atlântica

Sumário

Agradecimentos.....	XII
Resumo	XIII
Abstract	XIV
Índice de figuras.....	XV
Índice de tabelas.....	XVI
Lista de abreviaturas e siglas	XVII

Introdução.....	1
------------------------	----------

Capítulo 1

“Do crescimento zero” às “comunidades de paisagem”: as influências do movimento ambientalista na museologia contemporânea.....	6
1.1 Regras para uma boa convivência	7
1.2 O museu fora de portas: uma nova museologia para uma nova atmosfera	10

Capítulo 2

Interpretar o Patrimônio.....	20
2.1 Interpretação	21
2.2 Origens da interpretação patrimonial	23
2.3 Princípios e modelos de interpretação patrimonial.....	28
2.4 Da interpretação aos centros interpretativos.....	33
2.5 Participação dos habitantes.....	35
2.6 Estratégias concretizadas de interpretação patrimonial.....	37
2.7 Notas conclusivas	54

Capítulo 3

Interpretar as paisagens e as comunidades	56
3.1 A Região Sudeste do Brasil e a Serra dos Órgãos.....	57
3.2 O Parque Nacional da Serra dos Órgãos	58
3.2.1 As três entradas e os quatro municípios	59
3.2.2 As diversas funções de um Parque Nacional.....	64
3.2.3 Missão.....	65
3.2.4 Acervos	65
3.2.5 Interpretação e uso público.....	66

3.2.6	História do Parque	69
3.3	A Entrada de Petrópolis e o seu entorno.....	69
3.3.1	História da Localidade do Bonfim	71
3.3.2	O Bonfim no presente.....	75
3.4	Idealização de um Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis	76
3.4.1	A percepção do Parque	76
3.4.2	O modelo do Centro Interpretativo e o seu potencial de ação.....	79
3.4.3	Metodologia do Projeto	80
3.4.4	Especificações sobre os recursos abrangidos pelo Centro Interpretativo...	81
3.4.5	Perfil Socioeconómico do Vale do Bonfim e do seu Entorno.....	83
3.4.6	Considerações iniciais da proposta do Centro Interpretativo	84
3.5	Proposta do Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.....	87
	Missão.....	87
	TEMA: ECOSSISTEMAS	87
	TEMA: ACERVOS DO PARQUE	88
	TEMA: BONFIM	90
	TEMA: ENTORNO.....	91
	Conclusão	93
	Referências	98
	Apêndices	102
	Apêndice A. Recursos do Bonfim	103
	Apêndice B. Recursos do Entorno.....	106
	Apêndice C. Mapas de localização dos recursos	108
	Apêndice D. Proposta para o Centro Interpretativo.	109
	Apêndice E. Fichas de Atividades: Ecossistemas	
	Apêndice E. Instalação 1 - “Árvores-Rios”	111
	Apêndice E. Instalação 2 - “A vida do rio”	112
	Apêndice E. Receção “Rap do caminhante”	113
	Apêndice E. Concurso “Rap do caminhante”	114
	Apêndice E. Evento Finalistas “Rap do caminhante”	115
	Apêndice E. Passeio “Rio Bonfim do início ao fim”	116
	Apêndice E. Conferência: “Gestão do Lixo”	117
	Apêndice E. Formação: Guias para o Centro Interpretativo	118
	Apêndice E. Formação: Construção de fossas sépticas	119
	Apêndice E. Formação: Construção de biodigestores	120
	Apêndice F. Fichas de Atividades: Acervo do Parque	
	Apêndice F. “Tempo-Árvore” (Exposição e Atividade Complementar)	121

Apêndice F. Exposição 1: “Destaque do Mês”	122
Apêndice F. Exposição 2: “Espécies Interpretadas”	123
Apêndice F. Oficinas 1 e 2: “Espécies Interpretadas”	124
Apêndice F. Concurso “Voa Viola”	125
Apêndice F. Evento “Voa Viola”	126
Apêndice F. Formação: “Aulas de Violão”	127
Apêndice F. Formação: “Aulas de Flauta”	128
Apêndice G. Fichas de Atividades: Bonfim	
Apêndice G. “Mapa do Bonfim”: Exposição/ Construção	129
Apêndice G. Exposição “Memória do Bonfim”	130
Apêndice G. Festival “Eu Sou o Bonfim”	131
Apêndice G. Festival “Culinária Vegetariana”	132
Apêndice G. Feira de Artesanato.....	133
Apêndice G. Criação de selo “Livre de Agrotóxicos”	134
Apêndice G. Visitas e Contacto com os Habitantes do Bonfim.....	135
Apêndice G. Formação: “Intoxicação e Meio Ambiente”	136
Apêndice G. Formação: “Cultivo Biológico”	137
Apêndice G. Formação: “Casa à Vista”	138
Apêndice H. Fichas de Atividades: Entorno	
Apêndice H. Exposição “Mapa do Parque e do Entorno (Petrópolis)”	139
Apêndice H. Identificação do Património Cultural	140
Apêndice H. Oficina: “Criação de Bonecos”	141
Apêndice H. Evento “Passeio Junino”	142
Apêndice H. Festival de Teatro “Eu Tenho História”	143
Apêndice H. Concurso “Eu Tenho História”	144
Apêndice H. Conferência: “Histórias do Entorno”	145
Apêndice H. Formação: “Guias do Entorno”	146
Apêndice H. Formação: “Agente Multiplicador”	147
Anexos.....	148
Anexo A. Corredor Ecológico da Serra do Mar	149
Anexo B. Mosaicos de proteção da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro	150
Anexo C. Limites e entradas do PARNASO	151
Anexo D. Teresópolis	152
Anexo E. Guapimirim	153
Anexo F. Magé	154
Anexo G. Petrópolis	155
Anexo H. Caminhos da Serra do Mar.....	156
Anexo I. Mapas de trilhas e atrativos do PARNASO.....	157
Anexo J. Organigrama do PARNASO.	159
Anexo K. Conselho Consultivo do PARNASO.	160
Anexo L. Corrêas e Vale do Bonfim.	162
Anexo M. Latifúndios que existiam na área do PARNASO.	163

Anexo N. Área destinada à futura Sede de Petrópolis.....	164
Anexo O. Previsão das infraestruturas para a futura Sede de Petrópolis.	165
Anexo P. Acervos do PARNASO.	166

Agradecimentos

À mim, pelo meu esforço, pela minha tenacidade. À minha orientadora, Alice Duarte, pela sua maestria na orientação desta pesquisa e pelo imenso suporte. À minha mãe, pelos pactos que fez comigo. Aos amigos Sara e Miguel, ao amigo Brendan e família. E agradeço a todos os que colaboraram no processo percorrido para a realização deste projecto.

Resumo

O presente trabalho final do curso de Mestrado em Museologia toma a forma de Projeto e visa elaborar uma proposta para um Centro Interpretativo no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, situado no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A pressão antrópica dentro e fora dos seus limites, provocada pelo aumento das populações do seu entorno, despertou para a necessidade de instalação de um novo centro de visitantes. A proposta realizada trata, portanto, de uma necessidade concreta e envolve a comunidade agrícola do Bonfim, que durante 30 anos disputou – e terminou por ganhar – a posse de uma parcela das terras do Parque. Para o embasamento da proposta, discorre-se sobre os ideais da museologia contemporânea, trazendo à discussão os ecomuseus e os museus de território, e sobre os principais documentos legislativos produzidos a nível internacional no âmbito da conservação patrimonial fora de portas e da inclusão social. Discutem-se também os princípios da interpretação patrimonial através dos seus principais autores. A proposta apresentada busca conceber um Centro que rececione os visitantes, mas acima de tudo, que se torne um Centro de transformação e participação das comunidades do entorno do Parque.

Palavras-chave: património natural/ambiental; paisagem cultural; interpretação patrimonial; ecomuseu/museu de território; inclusão social; Centro Interpretativo.

Abstract

The present final work of the Master's course in Museology takes the form of a Project and aims to elaborate a proposal for an Interpretive Center in the *Serra dos Órgãos* National Park, located in the State of Rio de Janeiro, Brazil. The anthropic pressure inside and outside Park limits, caused by the increasing of surrounding populations, has been requiring for a new visitor center. The proposal therefore addresses a concrete need and involves the *Bonfim* farming community, which for 30 years contested – and eventually won – possession of a portion of the Park's land. In order to support the proposal, the ideals of contemporary museology are discussed, bringing to the discussion the ecomuseums and the museums of territory, and the main legislative documents produced at international level in the context of heritage conservation outside doors and social inclusion. The principles of patrimonial interpretation are also discussed through its main authors. The proposal seeks to conceive a Center that will welcome visitors, but above all, to become a Center for transformation and participation of the communities around the Park.

Keywords: natural / environmental heritage; cultural landscape; heritage interpretation; ecomuseum / museum of territory; social inclusion; Interpretive Center.

Índice de figuras

Figura 1. Logomarca do <i>National Park Service</i>	25
Figura 2. Mapa do <i>Yellowstone National Park</i>	39
Figura 3. <i>Old Faithful Visitor Education Center</i>	40
Figura 4. <i>Canyon Visitor Education Center</i>	41
Figura 5. <i>Fishing Bridge Museum and Visitors Center</i>	42
Figura 6. <i>West Visitor Information Center</i>	42
Figura 7. Mapa do <i>Parc Naturel Regional d’Armorique e Ecomusée d’Ouessant</i>	44
Figura 8. <i>Ecomusée d’Ouessant</i> e atividades	45
Figura 9. Atividades no <i>Parc Naturel Regional d’Armorique</i>	45
Figura 10. Espaço Padre Fontes no Ecomuseu do Barroso	46
Figura 11. Ecomuseu do Barroso	48
Figura 12. Balneário público na Praia do Pesqueiro, Ilha do Marajó, Brasil.	49
Figura 13. Exposição no Milhwane Park, Swazilândia.	51
Figura 14. Aspecto interior do edifício do Curro Velho.....	52
Figura 15. Oficina de produção de objectos no Curro Velho.....	53
Figura 16. O Curro Velho e as fantasias de carnaval criadas pelos alunos	53
Figura 17. O Dedo de Deus e os brasões dos quatro municípios.	59
Figura 18. Sinalização de atrativos do Parque.....	67
Figura 19. O Vale do Bonfim	70
Figura 20. Áreas previstas para a futura Sede de Petrópolis	78
Figura 21: Síntese dos temas definidos para o Centro Interpretativo.....	84

Índice de tabelas

Tabela 1. Princípios da interpretação patrimonial de Freeman Tilden (1957).	29
Tabela 2. Princípios da interpretação patrimonial de Sam Ham (1992).	30
Tabela 3. Princípios da interpretação patrimonial de Beck e Cable (1998).	31
Tabela 4. Carta Ename - ICOMOS (2004).	32
Tabela 5. Bens patrimoniais classificados na região do PARNASO.	64
Tabela 6. Área do PARNASO e parcelas dos municípios.	65
Tabela 7. Biodiversidade do PARNASO.	66
Tabela 8. Atrativos do PARNASO.	68
Tabela 9. Equação para a Interpretação do Património.	81
Tabela 10. Recursos do Bonfim.	82
Tabela 11. Recursos do entorno.	83

Lista de abreviaturas e siglas

ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
ICMbio	Instituto Chico Mendes Para a Conservação da Biodiversidade
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INEPAC	Instituto Estadual do Património Artístico e Cultural
IPHAN	Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional
IUCN	União Internacional Para a Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PARNASO	Parque Nacional da Serra dos Órgãos
UC	Unidade de Conservação
UNECE	Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
US EPA	United States Environmental Protection
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Introdução

Esta pesquisa tem como assunto central a conservação do património natural ou ambiental se se usar uma designação mais contemporânea.

No âmbito das estratégias de conservação do património, abordo com algum pormenor a interpretação patrimonial, equacionando também o seu potencial de inclusão social.

O objetivo do presente trabalho é elaborar uma proposta de Centro Interpretativo para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, situado no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. O Parque tem por missão principal proteger a parcela da Mata Atlântica que se situa dentro dos seus limites e, sendo um Parque Nacional, é também destino turístico. O desafio da elaboração de uma proposta para um Centro de Visitantes, a localizar na entrada do Parque de Petrópolis, situada no município¹ de mesmo nome, foi-me colocado pela própria equipe do Parque. A inclusão da comunidade do Bonfim, que se situa junto dessa entrada, foi logo citada como um fator importante a ser atendido no projeto que pudesse ser elaborado.

A iniciativa de construir o Centro de Visitantes indica que a entrada de Petrópolis ganhará no futuro o estatuto de mais uma Sede – a Sede de Petrópolis. A partir dessa altura, o Parque terá, para cada uma das suas três entradas, uma Sede: a Sede de Petrópolis e as já existentes Sede de Teresópolis e Sub-Sede de Guapimirim. Entretanto, o material aqui apresentado deve ser visto apenas como uma proposta, nada havendo

¹ Os municípios do Brasil correspondem a uma delimitação territorial e são as menores unidades com certa autonomia administrativa na Federação Brasileira. A sede do município é categorizada como cidade e possui o seu mesmo nome.

que nos permita ter a certeza de que venha a ser concretizado. A solicitação da proposta para o Centro surgiu de uma estratégia do Parque que, também por esse meio, procura estimular pesquisas académicas em torno das suas questões.

Aceitei o desafio impulsionada pelo deslumbre que tenho pela Mata Atlântica e pela percepção das ameaças que se impõem ao Parque, por onde tive oportunidade de percorrer inúmeras trilhas ainda nas décadas de 1980 e 90. Uma segunda razão para a aceitação deste tema de trabalho como meu Projeto de Mestrado surge, creio eu, da minha percepção de que todos os atos da espécie humana, todas as nossas manifestações culturais, têm origem na nossa condição animal. A partir daí, tinha já dois ingredientes importantes para o desenvolvimento da proposta – o desejo de promover os valores do património abrigado pelo Parque e a percepção de que é preciso promover novos comportamentos. Para o desenvolvimento da proposta, no entanto, foi fundamental ser conhecedora da região, da sua paisagem cultural e de algumas das suas características socioculturais. A minha experiência profissional em programas de cunho educativo e inclusivo – envolvendo questões de mudança de comportamento –, e a atuação profissional na área das artes, contribuíram também para a elaboração final do conceito deste Centro Interpretativo.

Para lidar com todas as questões que o desafio colocava precisei considerar quer a vertente teórica, quer outra empírica. Em termos teóricos, os ideais da museologia contemporânea, desencadeados pelo movimento ambientalista da segunda metade do século XX, forneceram as bases fundamentais para a elaboração de uma proposta que promove a valorização do património natural de forma integrada com as práticas culturais. Além do acervo do Parque e dos visitantes, a consideração de outros elementos mostrou-se igualmente importante na concepção desta proposta. Foi necessário considerar os agricultores do Bonfim e algumas áreas do entorno do Parque. Trata-se de áreas periurbanas ambientalmente degradadas e com bens patrimoniais de interesse histórico, também eles degradados nos seus edifícios. Essas áreas abrigam sobretudo grupos sociais excluídos. Os renovados modelos de atuação dos museus contemporâneos – com as possibilidades dos museus de território, dos ecomuseus, dos centros interpretativos – contribuíram igualmente para a concepção de uma proposta que procura estender o olhar para a região, e não somente para o acervo do Parque, e que tenta atender à multiplicidade de elementos coexistentes. A elaboração da

programação para o Centro Interpretativo é, então, sustentada pelos princípios da interpretação patrimonial. Os ideais do museu integral alicerçam a concepção da programação, pela qual se visa promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do entorno do Parque. A vertente empírica necessária para a elaboração desta proposta fez-se em reuniões com a equipe do Parque e em aproximações pessoais ao terreno.

O grande objetivo da proposta era conceber um Centro Interpretativo que se possa tornar um Centro de atividades para os habitantes do seu entorno. Desejo que tal Centro possa ser um espaço socialmente inclusivo e que provoque o pensamento crítico através do lazer e do “fazer”. A programação foi, toda ela, pensada de forma a criar um elo de ligação entre a vida dos habitantes do entorno e o acervo do Parque, oferecendo oportunidades de divertimento e descoberta através da participação ativa dos indivíduos.

Diante do contexto existente, defini quatro temas: Ecossistemas, Acervo do Parque, Bonfim, Entorno. O tema Ecossistemas surgiu da percepção da degradação de que era vítima o meio ambiente no entorno do Parque, causada pelo desconhecimento que os habitantes têm dos sistemas em cadeia. A promoção desse conhecimento mostrava-se, então, fundamental para a melhoria da própria qualidade de vida desses habitantes. O tema Acervo do Parque foi definido, logicamente, por essa ser a grande razão de existência desta unidade de conservação ambiental. A divulgação do acervo do Parque é necessária para a melhor compreensão do seu valor por todos. O tema Bonfim pretende atender à solicitação e desejos da equipe do Parque, tratando de incluir os habitantes desta localidade nas atividades programadas. Este tema visa facilitar a promoção de melhores práticas em relação ao meio ambiente e ao acervo do Parque no seio dos habitantes dessa comunidade. A proposta buscou também promover atividades para a valorização da história local e para o desenvolvimento socioeconómico. O tema Entorno procura despertar para a história e para o cuidado com o meio ambiente e volta-se para alguns bens patrimoniais existentes no entorno do Parque. As iniciativas e atividades aqui propostas poderão ser expandidas para outras áreas circundantes do Parque e que enfrentam os mesmos problemas com as suas populações. Para cada um dos quatro temas definidos, a proposta inclui a realização de exposições permanentes, exposições temporárias e atividades complementares. Entre estas estão algumas Formações e, entre elas, a Formação de Guias para o próprio Centro Interpretativo. Esta

é uma estratégia para reforçar e potenciar a função de recepção aos visitantes que o Centro terá, além de todas as outras iniciativas propostas.

O processo de pesquisa fez-se com o apoio de alguns suportes digitais. Esse foi o caso principalmente na consulta das legislações e acordos internacionais sobre a conservação do património fora de portas, e também para a reunião dos dados sobre os municípios pelos quais o Parque se estende. Através das duas reuniões que tive com a equipa do Parque – complementadas por alguns encontros mais informais – pude obter informações com alguma consistência sobre o Parque e sobre o Bonfim. Os dois técnicos que me receberam, Cecília Cronemberger – responsável pela coordenação das pesquisas científicas – e Jorge Nascimento – responsável pelas questões de uso público – , para além de me transmitirem informações sobre as problemáticas e as necessidades do Parque, forneceram-me também alguns materiais de apoio. Entre eles, a pesquisa de campo de Frances Vivian Corrêa, realizada junto da comunidade do Bonfim, foi de especial importância. Ela foi a base para a compreensão da comunidade, da sua história e da sua percepção sobre o Parque. Uma visita pessoal ao Bonfim e ao local destinado à futura Sede de Petrópolis também me possibilitou recolher percepções da localidade e da região. Conhecer o Plano de Manejo do Parque foi igualmente fundamental para realizar esta pesquisa. No entanto, tive de basear-me no Plano de 2008, já que apesar de estar prevista nova edição, até à conclusão desta pesquisa não tive conhecimento da existência de um Plano mais recente. Os exemplos de interpretação patrimonial apresentados no Capítulo 2, foram identificados quer por via digital, quer através de viagens pessoais realizadas anos antes e durante a pesquisa. Durante o período que durou a pesquisa também procurei uma aproximação física a um Parque Natural europeu. O processo de candidatura que elaborei para fazer um estágio no *Parc Naturel Régional d'Armorique*, em França, embora não concretizado, permitiu que aprofundasse a minha compreensão da estrutura deste Parque. Entre os exemplos levantados, este mostrou-se como um dos mais inspiradores para a minha proposta.

Em sentido inverso, uma das maiores dificuldades da presente investigação foi ver-me confrontada com a inevitabilidade de formular uma proposta para o Brasil, estando à distância, em Portugal. Embora tenha um conhecimento pessoal próximo da região onde se insere o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, conheça a problemática aqui apresentada de perto, e seja brasileira, esta distância criou diversas dúvidas no

decorrer da pesquisa. Das restantes dificuldades encontradas para formular a proposta, talvez a maior delas tenha sido o lidar, agora, com uma metodologia de trabalho acadêmico bastante distinta da que estava habituada, quando elaborava propostas profissionais que se materializavam no essencial em livros ilustrados ou objetos. Para esta pesquisa foi-me necessário fazer o exercício oposto, precisando começar por realizar uma análise teórica das questões que iam surgindo como precisando de ser tratadas. Tratava-se, afinal, de conseguir conciliar a metodologia de projeto, a que estava habituada, com uma investigação académica de contornos mais formais. Entendo que consegui levar o processo a bom porto.

Como produto final, a organização do material resulta numa dissertação estruturada em três capítulos. No Capítulo 1, exponho o contexto histórico que impulsionou o movimento ambientalista e apresento factos que provocaram o surgimento dos novos contornos da museologia contemporânea. Abordo também os principais documentos e recomendações internacionais que provocaram a expansão da percepção de património e que sustentam ações de conservação do património fora de portas. Este capítulo fornece as bases teóricas para a formulação de um centro interpretativo que considere a abrangência de atuação da museologia contemporânea. No Capítulo 2, abordo o tópico da interpretação patrimonial e apresento os seus princípios formulados por diferentes autores. Obtenho aqui as bases teóricas para a elaboração de iniciativas que procurem promover os valores de determinado património. Fecho este capítulo 2 com exemplos que possibilitam a percepção de como a interpretação patrimonial se manifesta no terreno. No Capítulo 3, apresento os contextos macro e micro em que se insere o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, bem como o seu perfil. Discorro também sobre os recursos utilizáveis do Parque, do Bonfim e do Entorno e sobre o perfil dos públicos envolvidos. Por fim, este capítulo encerra com a proposta do Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis.

Capítulo 1

“Do crescimento zero” às “comunidades de paisagem”: as influências do movimento ambientalista na museologia contemporânea

Convirá fazer notar que o conceito de "património natural" relaciona-se com tudo o que é construído pelo ser humano no meio ambiente que o cerca. Ao longo do século XX, as ações para a sobrevivência da espécie humana perpetradas no meio ambiente natural acentuaram-se, deparando-se com os limites suportáveis por este meio. A percepção mais efetiva dos efeitos da relação entre o ser humano e o meio ambiente natural como um sistema deu início a uma reconfiguração nesta relação. Num primeiro momento, a humanidade conferiu à Natureza o estatuto de "Património Mundial da Humanidade", recomendando a sua preservação. Num segundo momento, acordaram-se princípios para a sua gestão, fazendo surgir o paradigma do "desenvolvimento sustentável". Este paradigma trouxe a flexibilização dos diversos usos possíveis dos bens da natureza, como também dos demais bens patrimonializados. A Nova Museologia surge não somente como uma consequência dessas mudanças, mas também, ela própria, como uma propulsora de reconfigurações das relações ser humano-meio ambiente que se mostraram necessárias. Tais respostas da Museologia, e das Ciências do Património em geral, manifestaram-se através de acordos, declarações, consensos, e também de práticas efetuadas ao longo da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI. Neste capítulo, abordo este processo de transformação nas relações ser humano-meio ambiente natural a partir da década de 1950. Atendo aos seus

reflexos na Museologia, aos principais documentos elaborados na área patrimonial relacionados com este processo e aos contornos que a Museologia contemporânea adquiriu.

1.1 Regras para uma boa convivência

De 1950 a 2010 a população mundial passou de 2.5 bilhões para 6 bilhões. Para atender às necessidades da população em constante crescimento, desenvolveram-se infraestruturas, produtos industriais e serviços, desencadeando sistemas com efeitos nocivos à vida do próprio ser humano. A Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial são parte deste processo histórico que conduziu a um aumento populacional que seria impossível sem o desenvolvimento tecnológico e científico (Moran, 2010).

A década de 60 do século XX é considerada um marco para o mundo contemporâneo. Ela acumula não somente as incertezas do pós-guerra na própria humanidade, como também intensifica as ações humanas no meio-ambiente natural, conduzindo à acentuação das suas consequências. As alterações climáticas, o aumento de pragas e doenças, a redução do pescado disponível, a elevação do nível do mar, e a redução da biodiversidade são destacadas como algumas das consequências das ações humanas nesse meio (Moran, 2010; US EPA, sem data). Essas alterações no meio ambiente natural fazem da década de 1960, também, um marco para o movimento ambientalista (Gotoh & Udoguchi, 1993; Hughes, 2001; Moran, 2010; US EPA, sem data).

O surgimento da doença de Minamata – doença que afeta o sistema nervoso central, provocando falta de coordenação motora e deformações nos fetos –, foi um dos primeiros factos que levou os cientistas a perceberem o ser-humano e a natureza como parte integrante de um mesmo sistema. Provocada pelo metil-mercúrio eliminado na água residual das atividades industriais, a doença de Minamata atinge a espécie humana através da cadeia alimentar homem-pescados. Em 1956 surgiu o primeiro caso na Baía de Minamata, no Japão, envolvendo a Chisso Corporation (Ministry of the Environment, Government of Japan, 2014). Somente em 1968 foi confirmada a causa da doença e a ação danosa do mercúrio no meio ambiente (Hachiya, 2006).

A construção da barragem de Aswan no Egito, iniciada em 1960, e o subsequente risco de inundação de diversos monumentos históricos e arqueológicos, exigiu ações que cruzavam considerações do desenvolvimento tecnológico, do impacto ambiental, das dinâmicas sociais e da preservação do património cultural. A transferência dos monumentos da Ilha de Philae, sob coordenação da UNESCO, durou 20 anos – de 1960 a 1980 (UNESCO, sem data).

No decorrer desses 20 anos – entre 1960 e 1980 –, os debates científicos levantaram questionamentos sobre o crescimento populacional e o uso dos recursos naturais. Inúmeras publicações do fim da década de 60 e início de 70 divulgavam dados alarmantes para o futuro do planeta. Entre essas publicações destaca-se *The Limits to Growth* (1972), cuja ideia central era o "crescimento zero" (Oliveira, 2012). Foi neste contexto – das previsões alarmantes de diversas publicações, dos envenenamentos ambientais e de doenças ainda desconhecidas, da construção da Barragem de Aswan –, que a Primeira Conferência Internacional do Meio Ambiente Humano foi realizada em Estocolmo. Em 1968 foi feita a convocatória inicial para o evento, que ocorreu em 1972. Organizada pela então criada *United Nations for Environment Programme* - UNEP², a Conferência iniciou o debate internacional sobre uma melhor compatibilização entre o desenvolvimento e o uso dos recursos naturais (Brandão, 2014; Grieger, 2012).

Na Conferência de Estocolmo foi elaborada a "Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural da Humanidade" e a natureza foi reconhecida como património. O valor dos bens culturais e naturais foi equiparado, reconhecendo-se que a degradação ou o desaparecimento de qualquer um deles representaria um empobrecimento para os povos (UNESCO, 1972). Como património natural ficaram estabelecidas "todas as formações físicas e biológicas ou grupos destas formações; formações geológicas e fisiográficas delimitadas, que constituem habitats de espécies vegetais e animais ameaçadas e áreas naturais que, sob o ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural apresentem características excepcionais" (Art. 2). Todos os elementos formadores de ambientes naturais foram abrangidos pela convenção – biológicos, geológicos e hídricos –, não somente pelas suas propriedades científicas

² Ou "PNUMA" – acrónimo empregue na região da América Latina e Caribe, seguindo a versão das línguas latinas "Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente".

necessárias à sustentabilidade da vida no planeta, como também pelas suas propriedades estéticas e paisagísticas.

Regida por regras e consensos acordados entre nações, num movimento *top-down*, a natureza tornou-se um bem a ser protegido, conservado, valorizado e transmitido para as futuras gerações. Entre os riscos citados na Convenção de 1972 estão "empreendimentos de grande porte públicos ou privados, desenvolvimento urbano e turístico acelerados, destruição devida a mudanças de uso, alterações profundas por causas desconhecidas e abandono por qualquer motivo" (Art. 11, 4). O ser humano é o responsável por grande parte dos riscos aí citados, que em essência resultam da luta pelo suprimento das necessidades físicas e biológicas da espécie humana (Geertz, 1973). Proteger a natureza implica impedir que os efeitos danosos provocados por manifestações humanas a deteriore. Proteger a natureza passa, portanto, pela gestão das manifestações da espécie humana no meio ambiente. Este reconhecimento da natureza como património mundial traz consigo um novo paradigma e coloca a questão ambiental como um mote regulador das manifestações humanas.

Outro documento também elaborado na Conferência de Estocolmo de 1972, mas de carácter económico – a "Declaração do Meio-Ambiente Humano" –, coloca a "preservação da natureza" como o padrão a ser considerado³. O resguardo total dos bens da natureza e a preservação de todas as suas características fica estabelecido como um modelo. Na Declaração lê-se: "Os recursos naturais (...) devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras" (princípio 2), e ainda "o homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o património da flora e da fauna silvestres e seu habitat" (princípio 4).

Sendo a natureza fonte de recursos primários para o desenvolvimento económico, o novo paradigma entra em conflito com os padrões de desenvolvimento ainda dominantes no mundo (Oliveira, 2012). A tentativa da sua reformulação ocorrerá em

³ Preservação da natureza: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, Brasil).

1987, quando é publicado o Relatório Brundtland ⁴, inaugurando a expressão "desenvolvimento sustentável". Definido como "um meio de assegurar o suprimento das necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades", o desenvolvimento sustentável conjuga uma percepção integrada de crescimento económico, desenvolvimento social e uso dos recursos naturais (UNECE, 2016).

Em 1992, como uma nova edição da Conferência de Estocolmo, acontece no Rio de Janeiro a Conferência Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Esta Conferência será a responsável pela propagação do conceito de "desenvolvimento sustentável" elaborado no Relatório Brundtland (Oliveira, 2012). A "nova ordem mundial"⁵ é a base do documento produzido na Conferência – a "Declaração do Rio" (Oliveira, 2012) que, por sua vez, influenciará a produção de inúmeros documentos⁶. A nova edição da Conferência de Estocolmo, que originalmente trazia no título o “Meio Ambiente Humano”, surge agora com o título o “Meio Ambiente e o Desenvolvimento” e marca uma nova fase na legislação internacional do património: o princípio da "preservação" dá lugar ao princípio da "conservação".

1.2 O museu fora de portas: uma nova museologia para uma nova atmosfera

Tanto o ambientalismo da década de 1960, quanto o "novo ambientalismo" do "desenvolvimento sustentável" produzem efeitos na Museologia. Em outras palavras, tanto a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Humanidade

⁴ O Relatório Brundtland surgiu como resultado da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission to Environment Development) – uma comissão organizada pelas Nações Unidas em 1983. O objetivo da comissão foi gerar um relatório sobre meio-ambiente e questões do desenvolvimento internacionais, propondo diretrizes para os anos posteriores. A comissão foi presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega, e composta por uma equipe de membros de 22 países (Oliveira, 2012).

⁵ A expressão é empregue para o período pós Guerra Fria (1989), quando se dá a intensificação do capitalismo. Ocorrem a ampliação dos mercados consumidores, a concentração de capitais na iniciativa privada e a intensificação da circulação de capitais entre países (InfoEscola).

⁶ Outros documentos resultantes desta Conferência são a Convenção Sobre a Biodiversidade, os Princípios para a Gestão de Florestas, o Enquadramento da Convenção em Mudanças Climáticas – que conduziram ao Protocolo de Kioto e à Agenda 21 (UNECE, 2016).

(1972), quanto a Declaração do Rio (1992) fazem-se sentir no delineamento da Nova Museologia.

No ano da Conferência de Estocolmo, em 1972, foi promovida pelo ICOM a Mesa Redonda do Chile. O documento produzido na Conferência recomenda o "museu integral" – um museu integrado ao seu entorno e voltado para questões concernentes à relação do ser humano com o meio. No documento, estimulam-se programações museológicas que sirvam "à conscientização dos problemas do meio rural", que informem os habitantes "das vantagens e inconvenientes da vida nas grandes cidades", e que "incentivem o desenvolvimento tecnológico com base nas condições reais das comunidades" (Junior, Trampe, & Santos, 2012). O conceito de "museu integral" assume os museus como espaços voltados para o público e destaca o papel histórico do museu como instituição que participa na educação não formal. Além das funções tradicionais do museu – guardar, conservar, pesquisar e divulgar –, o "museu integral" salienta a função de "comunicar-se" com o público. Não mais apenas "divulgar" as coleções, mas relacioná-las com o público e inserir as questões do público nas programações museológicas passam a ser objetivos a atender. Resultante dos contextos particulares da América do Sul, nos quais a educação formal não supre as necessidades de partes significativas da população, a proposta de um museu integral revela um posicionamento sociopolítico na área da museologia. Sendo um espaço de uso público, propõe-se um museu "para" o público, que supra as suas necessidades de informação e esclareça as questões que o afetam direta ou indiretamente.

Em França, a museologia alia-se à agenda política governamental de desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais. Já em 1957, Hugue de Varine e Devallé tinham sugerido ao governo a criação dos "ecomuseus". Concebidos como instrumento para a salvaguarda do património cultural rural integrando-o com a conservação da natureza, estes museus, efetivados a partir de 1962, propunham a participação ativa e voluntária dos cidadãos locais, integrando seus saberes e costumes. Apesar do nome sugestivo e de ter surgido no contexto do movimento ambientalista, é o envolvimento comunitário e participativo o diferencial neste conceito de museu. O ecomuseu engloba "o ambiente natural, o fabricado e o social em que as pessoas vivem" (Davis, 1999), possibilitando que os diversos elementos que constituem o território – paisagem, natureza, memórias, tradições culturais –, estejam conectados (Davis, 1999).

Ao agregar a museologia às agendas de desenvolvimento socioeconómico e à participação das comunidades em áreas de conservação do meio-ambiente natural, os ecomuseus parecem ter surgido como uma possibilidade de "desenvolvimento sustentável", antes mesmo do surgimento deste conceito. As metodologias participativas foram empregues nas várias etapas de implementação dos ecomuseus. A delimitação das suas áreas, a identificação e manutenção das tradições culturais, e a interação com o público visitante contavam com a consulta e o envolvimento dos habitantes das regiões abrangidas pelo projeto (Davis, 1999). A participação comunitária é, portanto, a base da filosofia dos ecomuseus e perpassa todo o seu processo de implementação e manutenção.

No âmbito que interessa a esta dissertação, a Nova Museologia traz consigo esses dois ideais de museu que surgiram no século XX – o do "museu integral" e o do "ecomuseu". Trata-se tanto de absorver o ambiente exterior para dentro do espaço museológico, flexibilizando a sua programação para a diversidade de públicos e as suas particularidades e questões, quanto de projetar para o ambiente exterior, dispensando os limites físicos do museu tradicional. O movimento ambientalista manifesta-se, então, na Nova Museologia através de instituições museológicas que se articulam dentro do sistema ser humano/meio ambiente.

Se, de um lado, houve um movimento que partiu da museologia e traçou relações dos acervos culturais com as comunidades e o meio, no âmbito da conservação da natureza ocorreu o movimento inverso. Os programas voltados à proteção dos acervos naturais vivos passaram a considerar o ser humano e as suas práticas culturais. O Programa "O Homem e a Biosfera", criado pela UNESCO em parceria com a IUCN⁷, foi um dos primeiros a traçar uma relação transversal entre o ser humano e a natureza (UNESCO, 1993, p. 5). Criado em 1957, o Programa volta-se, inicialmente, para a gestão de áreas de conservação da natureza conjugadas com atividades humanas ancestrais, como o pastoreio e o extrativismo para o autossustento. Posteriormente, o mesmo Programa passa a voltar-se, também, para áreas urbanas que se justapõem a importantes acervos naturais. A vertente física deste Programa são as Reservas da

⁷ IUCN - International Union for Conservation of Nature ou UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza.

Biosfera – unidades de conservação da natureza onde o Programa O Homem e a Biosfera é aplicado.

Mais de 20 anos após o surgimento das noções de "museu integral" e "ecomuseologia", em 1984, é elaborada a Declaração de Québec. Esta Declaração manifesta não somente a existência, mas também a maturidade de uma museologia diferenciada da tradicional e reforça as mudanças que se haviam processado até então. Alegando ser a Nova Museologia uma "museologia ativa", que contribui para o "auto-conhecimento" e o "desenvolvimento socioeconómico das populações", a Declaração de Québec provocou a criação de um Comité representativo dentro do ICOM. Mesmo enfrentando resistências, foi constituído o MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Apesar do nome, o MINOM tornou-se o representante dos museus comunitários, dos museus rurais, das iniciativas museais individuais e dos museus locais, que constituem uma tipologia de museus dentro da diversidade de tendências que surgem na Nova Museologia.

A crescente participação nos debates do património de países fora do circuito Europeu trouxe destaque às diversas formas de expressão cultural que não se enquadravam nos padrões vigentes de então, maioritariamente de índole europeia. As culturas indígenas e os seus saberes tradicionais – frequentemente em estreita relação com os bens da natureza e com os seus sítios de assentamento e com inúmeras manifestações culturais de carácter imaterial, como danças e festejos, também em estreita relação com o ambiente que os possibilita –, ganharam destaque. Esta percepção ser humano-cultura-meio como uma amálgama aponta para a necessidade de novos instrumentos de gestão do património. A Carta de Burra, o Documento para a Gestão do Turismo em Sítios de Significado Cultural, a Declaração de Xi'an e, a mais recente, Carta de Siena, produzida no âmbito da museologia, são documentos que incidem na relação ser humano-património-meio. A Declaração sobre a Diversidade Cultural e o Documento para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial participam também neste processo, trazendo as percepções contemporâneas sobre os bens patrimoniais.

A Carta de Burra, ou Carta para Sítios de Significado Cultural (ICOMOS, 1999), resultou dos novos olhares acerca da relação intrínseca entre a cultura e o meio ambiente. Inspirada nas questões que envolvem a conservação de sítios onde se inserem culturas autóctones da Austrália, a Carta apresenta como "sítios de significado cultural"

os "naturais, indígenas e históricos que contenham valores culturais" (Preâmbulo). Incluem-se aí as unidades de conservação da natureza – também criadas com base em valores culturais estabelecidos pelo homem (Kirshenblatt-Gimblett, 2004; Prats, 1998). Os sítios surgem definidos como “monumentos, árvores, jardins, parques, praças onde se tenha passado algum acontecimento histórico, áreas urbanas, cidades, sítios industriais, sítios arqueológicos e sítios espirituais e religiosos” (Art. 1.1 e Notas explicatórias). Ao destacar e melhor definir os "sítios", a Carta de Burra transfere o enfoque do monumento edificado, do objeto fabricado ou da cultura material para o meio ambiente, tanto o urbano quanto o natural. O destaque conferido ao “significado cultural” estabelece como relevantes os fenômenos sociais que o constroem – os usos, a história, as associações, o entorno, os valores – e os atores sociais que neles participam. O significado cultural torna-se o fator condutor das ações de conservação, restauro e gestão dos sítios patrimoniais – "poderá ser necessário modificar as mudanças propostas para uma melhor preservação do significado cultural" (Art. 27.1).

A Carta de Burra contribui, também, para situar o património no presente. Se a compreensão do património e do seu significado deve ser feita a partir de consultas às comunidades (Art. 12 e 26.3), as percepções recolhidas serão provenientes dos indivíduos e comunidades vivas. O património passa a ser percebido, então, não somente como um bem que resistiu a um tempo passado, mas como a materialização de processos culturais que se manifestam através da participação atual e ativa dos atores sociais viventes.

O documento que serviu de base para a Carta de Burra – a Carta de Veneza de 1964, ou Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios –, apesar de ter sido produzido em meio ao movimento ambientalista e de considerar os “sítios”, ainda não os definia, nem ressaltava a importância da relação entre os sítios e os atores sociais. O contexto de produção da Carta de Burra mostra-se muito diferente do contexto da Carta de Veneza; conta-se com a experiência consumada do deslocamento dos monumentos da Barragem de Aswan e o ICOMOS está já estabelecido⁸.

⁸ A mesma conferência na qual foi gerada a Carta de Veneza, em 1964, gerou também o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios - ICOMOS, que vem a ser o autor da Carta de Burra, quinze anos mais tarde (data da sua primeira edição).

Num mundo cujas distâncias e fronteiras passam a ser transpostas com mais facilidade e rapidez, os valores e significados que participam na passagem das heranças culturais vêm-se fragilizados. O turismo, favorecido pela evolução dos meios de transporte e intensificado na segunda metade do século XX, desperta para a iminência dos conflitos de valores entre as diferentes culturas e para a deterioração física dos bens patrimoniais. As comunidades que mantêm vivos os significados do património têm as suas práticas culturais desafiadas por oportunidades de ganhos financeiros. A adaptação a novos usos e costumes que se impõem pelo turismo coloca em causa aqueles mesmos valores culturais que promoveram o bem cultural a património. Estas ameaças do turismo – citado na Convenção de Estocolmo de 1972 como um fator de risco para o património –, inspiraram a Carta Internacional para a Gestão do Turismo Cultural, produzida no México (ICOMOS,1999). As estratégias de consciencialização dos valores culturais são apontadas como a base para a conservação do património (Princípio 1.3). Os programas de interpretação ganham destaque e recomenda-se o uso de “meios pedagógicos estimulantes” que atendam aos diferentes grupos de atores sociais – visitantes, comunidade de acolhimento, e minorias culturais e linguísticas (Princípio 1). Sugere-se a criação de “itinerários específicos” (Princípio 3) e a “gestão dos fluxos de visitantes” (Princípio 6) para a redução dos impactos em acervos sensíveis, para a distribuição equilibrada dos benefícios na comunidade de acolhimento. A distinção dos atores sociais em diferentes grupos revela a percepção da diversidade dos públicos – fator assumido na Nova Museologia para o desenvolvimento de programas interpretativos dos seus acervos. A diversidade de linguagens e de meios acionados para a abordagem das coleções – sistemas audiovisuais, sinalética, mapas, e percursos temáticos –, tornam-se amplamente empregues como meios de aproximação entre os públicos e as coleções. Também denominados “programas educativos” ou “de mediação patrimonial”, os programas de interpretação têm a sua origem como plano estratégico de consciencialização para a conservação do património no contexto de conservação do património natural. A interpretação dos processos da natureza através de linguagens acessíveis aos públicos, o uso de dispositivos facilitadores de explanações e programas

especialmente direcionados ao público infantil são parte das novas práticas adotadas nos Parques Nacionais Norte Americanos desde a década de 1950⁹.

O enfoque na divulgação dos valores culturais do património demonstra que as atenções recaem sobre os públicos e não mais sobre o património em si. A busca de equilíbrio entre as necessidades diversas – dos atores sociais, da conservação do património, e do bem-estar do meio ambiente – revela a aspiração a um turismo de carácter sustentável.

O crescimento das cidades e a pressão exercida sobre as paisagens, sobre os itinerários e sobre os edifícios patrimoniais – processo acentuado no fim do século XX – provoca a produção de um terceiro documento, que forma com os dois documentos anteriores uma espécie de tríade para a conservação do património natural: a Declaração de Xi'an para a Conservação do Entorno de Estruturas e Sítios e Áreas Patrimoniais (ICOMOS, 2005). A tardia Revolução Industrial da China¹⁰ e as consequências do processo de industrialização na cidade de Xi'an estão no pano de fundo da produção desta Carta, que considera como base, entre outros documentos, a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (UNESCO, 2003), abordada adiante. O entorno dos bens patrimoniais é visto aqui como zona de respeito que requer proteção e deve ser monitorada e percebida de forma holística (temas 1 e 2). As mudanças manifestadas através de contaminação química e/ou acústica ou a distorção visual do espaço, resultantes de usos ou ocupações indevidas ou desordenadas, devem ser criteriosamente acompanhadas a partir de competências multidisciplinares e de indicadores mensuráveis (tema 3). As autoridades governamentais ou não governamentais, às quais se dedica a Carta, são apontadas como as responsáveis por planejar e regular o equilíbrio do meio ambiente que circunda os bens patrimoniais (tema 5).

A percepção de património, agora, transpõe o bem tangível, os atores sociais e os seus valores culturais e passa a incorporar um contexto mais alargado – o património pertence a um meio ambiente no qual e com o qual estabelece relações dinâmicas. Estas

⁸ A Mission 66, implementada de 1956 a 1966, estabeleceu os programas interpretativos como parte da recepção dos públicos nos Parques Nacionais norte americanos. O público infantil recebia programas que lhes eram especialmente adaptados.

¹⁰ Iniciada em 1960.

relações – de “carácter social, espiritual, cultural e económico” – devem ser compreendidas, monitoradas e também planeadas (tema 4) multidisciplinarmente e ao longo do tempo. O património é o resultado de contextos que se processam além dos seus limites físicos ou dos aspectos intangíveis que se relacionam diretamente com ele – ele é o reflexo, também, de uma rede de manifestações de índoles diversas que “habitam” o seu entorno e que fazem pontes com o passado, o presente e o futuro.

A Carta de Burra, a Carta Internacional para a Gestão do Turismo Cultural e a Declaração de Xi'an, complementam-se e formam uma espécie de três camadas em cujo centro está o património. A Carta de Burra incide sobre os fatores abstratos diretos – valores e significados que construíram o património e que dão sentido à sua existência. Esta é a camada mais próxima do bem patrimonial. Na segunda camada, e intermédia, está a Carta Internacional para a Gestão do Turismo Cultural, incidindo na mediação entre o património e os atores sociais. O terceiro documento, a Declaração de Xi'an, incide sobre o ambiente que abriga todo o conjunto. Com estes três documentos gerados pelo ICOMOS, o património não é apenas um bem material, ele é um sistema de elementos interligados – "Património-Indivíduos-Ambiente".

Entretanto, nas últimas décadas do século XX, a rápida e massiva circulação de capitais, mercadorias e produtos, e a agilização da comunicação que se dá através do desenvolvimento das tecnologias digitais, anunciam a tendência à “transculturalidade”. A fim de buscar respostas para esta “globalização” do mundo, a UNESCO produziu dois documentos que respondem às novas dinâmicas que se impõem – a Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2001) e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

A Declaração de 2001 aposta numa "aldeia global" diversa e plural. Destacando a importância da diversificação das manifestações culturais e do pluralismo das vozes que devem ser escutadas, este documento flexibiliza as fronteiras e assume as trocas como parte do processo de criação e de construção do mundo (Art. 2). Grupos antes sem acesso aos sistemas de divulgação e sem apoio cultural – medias, espaços culturais e suporte financeiro –, passam a ser valorizados e a ter um instrumento que os reconhece como participantes na vida cultural. Há uma transposição de fronteiras, não somente físicas, mas também socioeconómicas e socioculturais que aponta para uma “expansão da noção de cultura”. A difusão das tecnologias de informação e das medias digitais

contribui para a democratização da informação e transposição destas fronteiras, e as novas tecnologias surgem incorporadas aos processos culturais como forças participantes em dinâmicas de trocas locais e internacionais.

Enquanto a Declaração de 2001 assume as trocas como parte da construção do mundo, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, ou Convenção do PCI, tem como motivação a salvaguarda da vertente imaterial do património do processo de globalização. As danças, músicas, os saberes tradicionais, os festejos, os rituais e todas as formas de expressões culturais de carácter imaterial são abrangidas pelo documento. A Convenção do PCI é o culminar de um longo processo. Em 1989, a Bolívia tinha produzido o “Documento para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore” e, em 1997, o “Programa das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial” tinha sido a primeira tentativa criada pela Unesco de inventariação deste tipo de património. Confirmando que todo o património incorpora as duas dimensões – a material e a imaterial –, a noção de PCI abrange o universo das “representações, expressões, conhecimentos e competências” e também os “instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais” que lhes estão associados (Artigo 2º: Definições - 1). A condensação das componentes concretas e abstratas que constituem o património são uma importante contribuição da noção de PCI, que reconhece, também, o carácter dinâmico das heranças patrimoniais e a sua constante recriação.

O mundo interligado pelas redes digitais facilitou e agilizou as trocas culturais, como também a intersecção de valores, de ideias, de projetos e interesses. A museologia, como área multidisciplinar e transversal, destaca-se como campo de intersecção entre as diversas áreas que se relacionam com a conservação do património. E os museus, como espaço físico, surgem como ambientes que possibilitam as manifestações culturais do presente, construindo pontes com as manifestações culturais do passado (Duarte, 2010). A percepção da museologia e dos museus como catalisadores da vida cultural de um sítio inspirou a produção da Carta de Siena – Museus e Paisagens Culturais. Produzida em 2014 pelo ICOM no âmbito da Museologia, a Carta de Siena apresenta os espaços museológicos como “centros territoriais de proteção ativa do património cultural” (tópico 4). Detentores de competências para atuar no contexto contemporâneo, estabelecendo redes e parcerias com entidades individuais ou coletivas, com instituições

públicas ou privadas, os museus assumem-se como o ponto de confluência da paisagem cultural do seu entorno. Olhando para além do seu próprio acervo – para o território, para os bens patrimoniais, para os atores sociais, para as instituições e o meio ambiente –, a Carta de Siena destaca os museus como centros gestores da “paisagem cultural” do seu local de inserção e como promotores das sinergias das “comunidades de paisagem”.

A palavra “paisagem”, que antes denotava principalmente ambientes naturais, assume agora as alterações trazidas pela presença humana, transformando-se em “paisagem cultural”. E o ser humano, antes percebido como um ser estranho à natureza, surge como parte dela, compondo as “comunidades de paisagem”. O museu incorpora assim o território que o cerca, confirmando e aprofundando a influência que a Nova Museologia traz do movimento ambientalista.

Esses novos posicionamentos que se processam na museologia precisam e devem ser considerados na proposta do Centro Interpretativo. Ao adotar a posição de um centro ativo de proteção do património de um território, o Centro Interpretativo tornar-se-á o responsável pela dinamização da vida cultural do seu sítio de inserção. Voltando-se para a paisagem do seu entorno e incluindo as comunidades que a habitam, este Centro Interpretativo poderá ajustar a sua programação às questões que se relacionam com essas comunidades. Será através da inclusão dos atores sociais que os recursos patrimoniais do Parque Nacional da Serra dos Órgãos poderão ter a sua conservação efetivada e transmitida às futuras gerações.

Capítulo 2

Interpretar o Património

A interpretação patrimonial é uma estratégia de conservação do património que se desenvolveu a partir do desejo de perpetuação de bens patrimoniais. Ela abrange um leque vasto de formas de mediar o património para os públicos. Apesar de ser frequentemente associada às visitas guiadas, ela é muito mais diversificada do que esta atividade, mas a sua origem está diretamente relacionada com o trabalho dos guias dos Parques Nacionais Norte-Americanos. Exposições, roteiros, *storytelling*, folhetos, filmes, mapas são, todos eles, formas de interpretação patrimonial.

Denominada também “educação” ou “mediação”, a interpretação patrimonial assume, em algumas situações, um carácter educativo e busca promover mudanças de comportamento em relação ao património. Entretanto, a sua essência não é a pedagogia e, por esta razão, não se enquadra na educação formal. Ela pertence ao universo da aprendizagem por livre-escolha e fora da escola. É oportuno aqui destacar que neste capítulo não pretendo discutir teorias de aprendizagem ou aprofundar linguagens do discurso interpretativo. Neste capítulo 2, discorro sobre a origem da noção de interpretação patrimonial, em que princípios se baseia, como se afirma no contexto da museologia contemporânea. A finalidade principal é que essa sistematização me possa ajudar a conceber uma proposta de Centro Interpretativo mais teoricamente sustentada.

No fim do capítulo também apresento diversos exemplos de interpretação patrimonial com o objectivo de dar a ver como se manifesta em diferentes realidades. Alguns dos casos tive a oportunidade de os visitar pessoalmente em percursos de viagens. Outros exemplos obtive em pesquisas nos sistemas digitais. Dos exemplos

apresentados, alguns não se ajustam às classificações encontradas na bibliografia, nem sempre estando enquadrados em ecomuseus, centros interpretativos ou unidades de conservação da natureza. Mas são iniciativas que de alguma forma ousam nas estratégias que empregam para valorizar ou gerir recursos culturais. Através dos exemplos fornecidos, procuro dar a ver como alguns princípios da interpretação patrimonial podem se manifestar na prática, seja no espaço expositivo, seja em iniciativas de envolvimento das comunidades, seja em espaços interiores ou em ambiente a céu-aberto.

Com o objetivo de facilitar a explicação do que pretendo dizer sem equívocos, no decorrer deste Capítulo 2 uso em separado as expressões “património natural” e “património cultural”, apesar de estar ciente do contraditório que isso pode parecer diante do que foi defendido no Capítulo 1. Importa que fique claro que se trata apenas de estratégia expositiva e que continuo a defender a inseparabilidade das duas noções.

2.1 Interpretação

Para Freeman Tilden [1957], considerado o pioneiro da filosofia interpretativa do património, os intérpretes devem revelar "a inspiração e o significado espiritual que descansam além daquilo do que o visitante pode perceber" (Tilden, 1977, p. 3). A palavra "inspiração" surge algumas vezes ao longo da sua obra, *Interpreting Our Heritage* [1957] (1977), fazendo-nos compreender que evoca uma atividade criativa. O ato de interpretar o património é definido também por outros autores como um meio de ajudar a apreciar e a compreender amplamente o património (Beck & Cable, 2002), ou como um processo criativo de comunicação (Morales, 1994). Sendo um processo criativo, é também associado à arte: é a arte de traduzir uma linguagem técnico-profissional, da área do património, numa outra não técnica ou coloquial (Morales, 1994). O relacionamento com a arte é feito também pela Associação Espanhola de Interpretação do Património (AIP - Espanha): interpretar será a arte de revelar o significado das heranças naturais, culturais ou históricas ao público (Ballart Hernández & Juan i Tresserras, 2001). Os seus aspetos criativos, agradáveis e estimulantes, conferidos através da "arte" e da "inspiração", são componentes essenciais para o sucesso da interpretação. Sem estes aspetos, a interpretação patrimonial torna-se uma

"massa" de informação que não consegue manter a atenção do público. O seu compromisso e objetivo são, em primeiro lugar, o divertimento e o lazer (Ham, 1992a). Provocar uma conexão intelectual e emocional entre os interesses do público e os significados do património (Morales & Ham, 2008) é o meio para se alcançar e promover a compreensão, a apreciação e a valorização dos bens patrimoniais naqueles que os visitam (Ballart Hernández & Juan i Tresserras, 2001; Beck & Cable, 2002; ICOMOSb, 1999; Morales, 1994; Tilden, 1977).

Referida também como mediação ou educação patrimonial, a interpretação é uma ferramenta mediadora entre o público e o património, podendo assumir um carácter educativo quando mudanças de comportamento do público se tornam fundamentais para a conservação dos bens patrimoniais. Este potencial educativo está na sua origem e mostra-se mais relevante quando se trata de áreas dedicadas à conservação da natureza – em geral, sem barreiras de proteção e com trilhas que atravessam os habitats dos animais. Os riscos aos quais os acervos naturais se vêem submetidos fez surgir um padrão internacional de recomendações, fixado frequentemente à entrada dos Parques Naturais ou no início de trilhas:

Não deixe nada além de pegadas

Não tire nada além de fotos

Não mate nada além do tempo

Não leve nada além das lembranças¹¹

Cada uma destas frases é um bom exemplo do quão pode e deve ser o trabalho interpretativo. Remetendo para práticas humanas genericamente presentes em atividades turísticas, mas empregando verbos que se referem a ações negativas perpetradas sobre os acervos naturais, procura-se estimular inversas ações positivas¹². Através de uma forma criativa e provocadora, valoriza-se o convívio com a natureza, como se muito pouco da civilização fosse de facto necessário para o bem-estar do indivíduo humano.

Exposições, filmes, cartazes, meios digitais interativos, folhetos, dispositivos de visitas autoguiadas e exemplos como o apresentado acima são formas de interpretação

¹¹ Estas frases podem ser vistas em diversos Parques em torno do mundo, procurando promover um padrão de comportamento nos que fazem turismo na natureza.

¹² As potenciais ações negativas seriam: Deixar lixo ≠ Deixar pegadas; (Re)Tirar exemplares ≠ Tirar fotografias; Matar animais ≠ Matar o tempo; Levar espécies ≠ Levar lembranças. calorias.

patrimonial que utilizam estratégias de comunicação que se podem designar como de carácter impessoal (Beck & Cable, 2002). Já as visitas guiadas, as demonstrações, o *storytelling* e o teatro terão carácter pessoal já que viabilizam a interação entre o público e os intérpretes. Este contacto “pessoal” torna possível a adaptação da interpretação ao conhecimento detido pelo público sobre o património em questão, aos seus interesses específicos e à sua faixa etária (Varine, 2009). Traz também a possibilidade de diálogos, tornando a interpretação mais atraente e mais eficiente nos seus objetivos.

A interpretação patrimonial é, portanto, uma estratégia de comunicação que, de forma criativa, visa sensibilizar os públicos para a valorização e a perpetuação dos bens patrimoniais. Ela pode adotar diversas estratégias de comunicação e fazer uso de diferentes linguagens. Mesmo que adquira um carácter educativo, o aspeto recreativo deverá estar sempre presente.

2.2 Origens da interpretação patrimonial

Compreendido o âmbito de ação da interpretação, reconstituir um pouco a sua história ajudará a perceber melhor as orientações que a guiam. A origem da interpretação patrimonial remonta ao fim do século XIX. Surgiu do fascínio que as Montanhas Rochosas, no Oeste dos Estados Unidos, despertavam em John Muir e Enos Mills – ambos comprometidos com a conservação dessas áreas naturais. John Muir, um dos responsáveis pela criação do *Yosemite National Park*, foi escritor e um dos primeiros naturalistas contemporâneos norte-americanos ¹³. Os seus textos e ensinamentos influenciaram Enos Mills que, após ser guia-intérprete no que é hoje conhecido como o *Rocky Mountain National Park*, publicou em 1920 o livro *Adventures of a Nature Guide and Essays in Interpretation*. Esta obra é considerada a primeira publicação sobre interpretação patrimonial (Beck & Cable, 2002).

Em 1957, Freeman Tilden publica a obra *Interpreting Our Heritage* na qual sintetiza os ensinamentos de E. Mills e apresenta princípios para a interpretação do património. A sua obra foi escrita em um momento de intensa expansão do turismo nos Parques Nacionais dos Estados Unidos e também em consequência da sua intensa e

¹³ Era conhecido também como *Jonh of the Mountains*.

indesejada depredação. Os princípios de interpretação de Tilden tornaram-se indispensáveis para guias, designers e gestores dos Parques norte-americanos e influenciaram diversos autores, como se verá no subponto seguinte.

Uma década após a obra de F. Tilden, na década de 1960, surgem em França os ecomuseus, formulados por George-Henry Rivière e Hugue de Varine. Inseridos nos Parques Naturais Regionais franceses – áreas que procuravam conciliar a permanência das populações rurais, a proteção da natureza e o turismo –, os ecomuseus propunham-se revelar estes territórios através da participação dos habitantes do lugar, da sugestão de roteiros de visita e do estímulo à apreciação da natureza.

Atendendo a estes dois contextos, ambos relacionados com Parques Naturais, é possível identificar dois tipos de estratégias de interpretação patrimonial voltadas para ambientes exteriores e que se consolidam no fim do século XX:

- a estratégia baseada nos princípios de F. Tilden e promovida nos centros de visitantes dos Parques Nacionais norte-americanos;
- a estratégia baseada nos princípios de George-Henri Rivière e Hugue de Varine e aplicada nos ecomuseus dos Parques Naturais Regionais franceses.

Os Parques Nacionais norte-americanos tinham-se deparado com um acelerado crescimento turístico no início da década de 1950. O estado de degradação das suas instalações físicas, negligenciadas durante a Segunda Guerra, e os recursos naturais sendo vandalizados pelos turistas, levaram o *National Park Service* (NPS) a criar a *Mission 66* – o mais importante programa de revitalização dos Parques norte-americanos até hoje concebido. No intervalo de dez anos – de 1956 a 1966 –, a *Mission 66* visava reverter o estado de abandono em que se encontravam estas áreas de proteção da natureza. Estradas, centros de visitantes, instalações para funcionários e programas educativos eram as prioridades. Os centros de visitantes seriam a peça principal dos programas educativos e deveriam ter funcionários treinados para auxiliar os visitantes a compreender o significado do Parque, as suas características e a saber como melhor proteger, fazer uso e apreciar os seus atrativos (National Park Service, 1956, p. 29). A *Mission 66* tinha como lema fundamental "desfrutar sem danificar", sendo esta uma expressão patente no manual do programa (National Park Service, 1956, p. 18).

Materializados numa estrutura única, os centros de visitantes deveriam comportar serviços de conveniência, programas interpretativos e escritórios administrativos, além de contar com uma grande área adjacente para estacionamento. Situar-se-iam em locais de destaque, junto às principais entradas ou aos atrativos naturais, com o objetivo de induzir o público aos programas interpretativos e de tentar garantir a redução do seu impacto negativo nos acervos dos Parques. Enquanto com os antigos edifícios da década de 1930 se tentava que estes não interferissem na paisagem, empregando materiais locais e seguindo um estilo rústico conhecido como *Parkitecture*, os novos edifícios destacam-se como monumentos modernistas. Hoje criticados pelos gestores de alguns Parques como uma agressão à paisagem e incompatíveis com o seu entorno (French, 2014), os edifícios construídos pela *Mission 66* empregavam aço, vidro e betão armado e tinham um aspeto comercial. Eles eram, contudo, a imagem mais evidente da transformação encetada que via nos Parques um potencial produto de utilidade para o ser humano (National Park Service, 1956, p. III).

Além da arquitetura distintiva, a identidade visual dos Parques Nacionais foi marcada pelo uniforme dos funcionários e pela nova logomarca. A antiga marca foi alterada em 1952, mantendo-se depois essencialmente a mesma até os dias de hoje (Figura 1).



Figura 1. À esquerda, logomarca anterior a 1952; ao centro, a logomarca recriada como parte da transformação dos Parques e à direita a logomarca atual. Fonte: (National Park Service, sem data).

A *Mission 66* preparou os Parques para 80 milhões de visitantes ao ano, segundo uma projeção feita para 1966, ano em que o *National Park Service* completaria o quinquagésimo aniversário (National Park Service, 1956). O programa incluía também a construção de locais de hospedagem, áreas de campismo, áreas de pic-nic e trilhas,

abrangendo obras de restauro das infraestruturas que se encontravam danificadas e conclusão de antigas obras inacabadas. Além disso, foram adquiridas mais áreas que caíram sob a alçada dos princípios da proteção da natureza. Os primeiros dez centros de visitantes abriram em 1957 e até ao fim do programa cerca de 100 centros de visitantes foram construídos (French, 2014).

Estes centros de visitantes da *Mission 66* marcaram uma política comum a todos os Parques Nacionais norte-americanos. Eles simbolizam o início de intensos programas educativos e de um programa de estruturação dos Parques que assume o turismo como parte da vida destas instituições. Agregam museus e exposições temporárias, bem como guias ou intérpretes que orientam o público nos seus percursos e na compreensão do significado do património visitado.

Será neste contexto, de revitalização e euforia dos Parques Nacionais norte-americanos, que F. Tilden publicará a sua obra. A primeira edição do seu livro coincide com o ano de inauguração dos primeiros dez centros de visitantes, em 1957. A obra de Tilden tem como mote de inspiração os programas educativos dos Parques Nacionais dos Estados Unidos associados ao trabalho dos guias.

Enquanto a expansão turística dos Parques Nacionais dos EUA foi a propulsora de uma intensa política de gestão dos visitantes e do espaço, em França o processo foi quase inverso. O esvaziamento das zonas rurais levou as instituições governamentais a promoverem o turismo fora dos centros urbanos. Se, por um lado, o movimento ambientalista voltava a atenção para a proteção das áreas naturais, por outro, o Departamento de Gestão do Território tentava revitalizar economicamente os aglomerados humanos aí localizados. A solução encontrada foi a criação dos Parques Naturais Regionais – parques que conjugavam zonas naturais sensíveis, zonas rurais habitadas e áreas agrícolas (FPNRF, 2007).

Numa busca de propostas para este modelo de Parque, em França, o Departamento de Gestão do Território reuniu políticos, urbanistas, arquitetos, engenheiros, agrónomos, sociólogos, artistas e atores e deu-lhes liberdade para a formulação de soluções. Deste trabalho conjunto, definiram-se limites e elaboraram-se mapas com as respetivas delimitações (FPNRF, 2007).

Foi no contexto da primeira fase de implementação dos Parques Naturais Regionais franceses, que surgiram os ecomuseus propostos por Georges-Henri Rivière e

Hugues de Varine, já mencionados no capítulo 1. Procurando cruzar a conservação da natureza e o turismo cultural, os ecomuseus são concebidos como capazes de estimular o turista a percorrer roteiros que lhe possibilitam estar em contato com a natureza e também com as culturas locais. O primeiro ecomuseu surgiu em 1969, juntamente com a criação do Parque Natural Regional d'Armorique¹⁴, e propõe não somente um novo tipo de turismo (Chaumier, 2009), mas também um novo tipo de museologia. O Parque, que se estende por uma área continental e um arquipélago, inclui o ecomuseu – situado numa ilha –, áreas de conservação da natureza, áreas de cultivo agrícola e de criação de animais, habitantes da região, colónias de pesca, construções em arquitetura tradicional e a *Maison du Parc*. Esta, funcionando como uma espécie de centro de visitantes, fornece informações sobre roteiros e atividades na região. O ecomuseu do Parque d'Armorique, conhecido como *Ecomusée d'Ouessant*, segundo o que foi concebido por George Henry-Rivière e Hugue de Varine, visa manter as tradições da ilha onde está instalado¹⁵. Abrange duas casas em arquitetura tradicional, o seu entorno e a participação da população local. Em uma das casas foi mantido o mobiliário interior, em outra, chamada *Maison des techniques et tradition ouessantine*, foi criado um museu com histórias e objetos relacionados com a vida e as atividades locais¹⁶. Além do conteúdo etnográfico, o pequeno museu abriga também informações sobre as aves da ilha (Davis, 1999). As atividades tradicionais, como a tosa do carneiro e a fiação da lã, são demonstradas pelos próprios habitantes, remetendo os visitantes ao meio ambiente exterior. Saberes, costumes, expressões, cantos locais são valorizados através de apresentações e também da sua pesquisa. Ao resgatar o conceito de museu a céu-aberto, proposto primeiramente no fim do século XIX na Suécia, os ecomuseus procuram potenciar o cruzamento de diversos componentes de uma região – cultura, natureza, história, memórias, práticas culturais – envolvendo a população local na sua conservação e divulgação.

Passados em revista estes dois casos, é possível destacar que as estratégias de interpretação patrimonial fora-de-portas, surgidas entre os anos 1950 e 1970, se

¹⁴ Ao mesmo tempo este *Parc Naturel Regional d'Armorique* foi o segundo Parque Natural a ser criado em França.

¹⁵ Este ecomuseu é também conhecido como Ecomuseu de Noui-Huella.

¹⁶ Em Julho de 2017 um incêndio criminoso destruiu uma das casas, mas o espólio museográfico sobreviveu.

materializam em duas formas distintas de lidar com áreas que incluem acervo de carácter natural. Nos Parques Nacionais norte-americanos os possíveis habitantes não eram incluídos e a interpretação patrimonial era feita pelos guias-intérpretes e centros de visitantes¹⁷. Os edifícios, os suportes de comunicação, os funcionários, a logomarca, tudo tinha uma característica distintiva, comunicando a ideia de uma área sob um único centro de controle. O enfoque da interpretação patrimonial era o património natural e trazia um carácter educativo, voltado para a promoção de uma mudança de comportamento em relação à natureza. Por sua vez, nos Parques Naturais Regionais franceses, as áreas conjugavam os acervos naturais, as áreas de produção agrícola, os habitantes, pequenos museus locais – os ecomuseus – e a *Maison du Parc*. A interpretação patrimonial incluía os habitantes, que deviam apresentar a sua própria cultura aos públicos visitantes. O trabalho de valorização e responsabilização pela conservação do património era feito com a participação dos habitantes da região.

Importa, então, compreender um pouco melhor os respectivos contextos que sustentaram essas diferentes estratégias. É isso que procuro fazer a seguir, passando em revista alguns modelos de interpretação patrimonial.

2.3 Princípios e modelos de interpretação patrimonial

No contexto em que F. Tilden (1997) formulou os seus princípios, visava-se alcançar um objetivo preciso: reduzir o impacto negativo dos turistas nos acervos dos Parques Nacionais dos Estados Unidos. Era preciso mudar o comportamento do público, despertando atitudes de cuidado para com os acervos que se encontravam disponíveis à sua visita e que estavam, literalmente, ao alcance das suas mãos.

F. Tilden (1997) formula seis princípios fundamentais que deverão constar de um qualquer discurso interpretativo. A sua obra concentra-se em “como” o discurso interpretativo deverá abordar o património. De forma similar a uma das recomendações para o museu integral mais tarde proposto, F. Tilden ressalta a importância de relacionar o tema abordado com as especificidades dos públicos (Princípio 1). Além das

¹⁷ Só em 2001, a gestão do Yellowstone National Park criou uma permissão especial para os povos indígenas associados ao Parque, possibilitando a realização de cultos e comemorações tradicionais nas áreas que lhes são sagradas (National Park Service, 2010).

programações, recomenda que as linguagens empregues sejam apropriadas aos respetivos públicos e, também, aos significados do património (Princípios 1 e 6), sugerindo que tanto o conteúdo quanto a forma são partes importantes da comunicação. A criatividade na transmissão das ideias e o uso de um discurso evocativo, que apele aos sentidos e à curiosidade do público, constituem-se como os Princípios 2 e 4 (Chaumier, 2009, p. 48). A construção de histórias acerca do tema em questão e a criação de inter-relações com outras informações, corporizadas nos Princípios 3 e 5, são recomendações que conferem um carácter teatral à interpretação (Tabela 1).

Tabela 1. Princípios da interpretação patrimonial de Freeman Tilden (1957).

Freeman Tilden (1957)	
Princípio 1	<u>Relação</u> A interpretação deve relacionar-se com o público, com os seus interesses e suas características; caso contrário, será estéril.
Princípio 2	<u>Revelação</u> Revelar é como desvendar os olhos. A interpretação baseia-se na informação, mas difere dela. A informação é o material bruto que o intérprete molda.
Princípio 3	<u>Interdisciplinaridade</u> A interpretação é composta por vários aspetos e cruza diversas áreas do conhecimento. O intérprete transforma a informação numa história.
Princípio 4	<u>Provocação</u> Mais do que instruir, o intérprete deve provocar a mente do interlocutor.
Princípio 5	<u>Globalidade</u> A interpretação deve tratar de aspetos que possibilitem a compreensão do todo.
Princípio 6	<u>Adaptação</u> As crianças até 12 anos devem ter abordagens adaptadas ao seu universo e nível de compreensão.

Nem cientista, nem naturalista, mas dramaturgo e filósofo (Ham, 1992a). Pode-se dizer que F. Tilden conferiu dramaturgia aos princípios por ele formulados. No seu trabalho, está implícita a existência de um indivíduo com o talento da retórica; com sensibilidade e perspicácia para alertar acerca da importância do perfil e das curiosidades do grupo; com agilidade para fazer uso de situações inesperadas e inseri-

las no contexto do seu discurso e com conhecimento suficientemente vasto para brincar com o assunto que tem em mãos.

Os princípios identificados por F. Tilden estimularam a formulação de diversas outras propostas de princípios de interpretação patrimonial publicados posteriormente por outros autores. Assim como ele, também a autora Sam H. Ham está próxima e relacionada com os programas educativos dos Parques Nacionais norte-americanos. Na sua obra *Environmental Interpretation - A practical guide for people with big ideas and small budgets* (1992), S. Ham propõe apenas quatro características fundamentais que a interpretação patrimonial deve cumprir e que serão a base para a elaboração de qualquer estratégia de comunicação visando mudança de comportamento (Ham, 1992a, p. 9). Embora reconheça que é preciso talento para o desempenho de um discurso promotor de mudanças, considera o uso de determinadas técnicas como possibilitando que se faça uma interpretação patrimonial com carácter recreativo e, ao mesmo tempo, educativo (Ham, 1992a). A referida obra de S. Ham oferece orientações simples, práticas e didáticas para a construção de uma interpretação patrimonial estimulante (Tabela 2).

Tabela 2. Princípios da interpretação patrimonial de Sam Ham (1992).

Sam Ham (1992)	
Característica 1	Ser divertida
Característica 2	Ser relevante
Característica 3	Ser organizada
Característica 4	Ter um tema

Traduzindo uma continuidade bastante mais evidente com o trabalho de F. Tilden (1957), Beck e Cable (1998), no seu livro *Interpretation for the 21st Century - Fifteen guiding principles for interpreting nature and culture*, propõem 15 princípios para a interpretação patrimonial. Destes, os primeiros seis têm estreita correspondência com os de F. Tilden. Os demais referem-se sobretudo às competências profissionais, à gestão do património e aos objetivos da interpretação, mais do que à forma de alcançar essa interpretação. Destaco os Princípios 7, 8, 11 e 12. O Princípio 7 frisa a importância de situar o património na história, fazendo a relação entre o passado e o presente e a necessidade de atender à conservação. O princípio 8, relativo ao uso racional das novas

tecnologias, demonstra ser apropriado num momento em que muitos museus e centros interpretativos parecem empregá-las sem discutir a sua pertinência (Morales, 1994), ou sem prever a sua rápida obsolescência. Quanto ao princípio 11, especifica que os textos devem ser concisos, precisos e fazer uso de linguagem acessível. Pelo Princípio 12 é defendido que se a interpretação for capaz de fascinar o público, ela poderá, mesmo que indiretamente, ser o meio para obter apoios financeiro, voluntário, político, administrativo, embora este não seja o seu objetivo principal (Tabela 3).

Tabela 3. Princípios da interpretação patrimonial de Beck e Cable (1998).

Beck e Cable (1998)	
Princípio 1	Despertar o interesse
Princípio 2	Revelar mais do que informar
Princípio 3	Transformar a informação numa narrativa divertida
Princípio 4	Inspirar e provocar a ampliação dos horizontes
Princípio 5	Apresentar o todo e destinar-se ao indivíduo como um todo
Princípio 6	Adaptar as abordagens aos públicos
Princípio 7	Apresentar a história, transformando o presente e o futuro em algo mais significativo
Princípio 8	Ser criterioso no uso das novas tecnologias
Princípio 9	Ser selectivo e preciso na informação (qualidade e quantidade)
Princípio 10	Conhecer profundamente o assunto e atualizar-se continuamente
Princípio 11	Preparar textos com autoridade e sabedoria, humildade e cuidado
Princípio 12	Atrair apoio financeiro, voluntário, político, administrativo
Princípio 13	Despertar para a beleza e instigar a preservação
Princípio 14	Promover excelente experiência através das instalações e de programas bem planeados
Princípio 15	Ter paixão pelo património e pelas pessoas

O tópico da interpretação patrimonial merece também a atenção de organismos internacionais. Assim, em 2004, o ICOMOS produziu a Carta Ename ou "Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimoniais Culturais" na qual são referidos sete princípios¹⁸. No seu conjunto, os princípios do ICOMOS apresentam-se como uma lista de aspectos que devem ser considerados no levantamento dos significados de um sítio. Estes significados, que precisam ser recolhidos, serão a base para a elaboração de um plano de interpretação de um território. É frisado que as fontes de informação, a investigação, a sustentabilidade, o entorno e a inclusão dos diversos atores sociais devem constar no processo de trabalho e transparecer na interpretação patrimonial apresentada ao público (Tabela 4).

Tabela 4. Carta Ename - ICOMOS (2004).

Carta para Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimoniais Culturais Carta Ename - ICOMOS (2004)	
Princípio 1	Acesso e compreensão
Princípio 2	Fontes de informação
Princípio 3	Atenção ao entorno e ao contexto
Princípio 4	Preservação da autenticidade
Princípio 5	Plano de sustentabilidade
Princípio 6	Preocupação pela inclusão e participação
Princípio 7	Importância da investigação, formação e avaliação

Dos princípios para a interpretação patrimonial formulados por F. Tilden (1957) aos princípios formulados pelo ICOMOS (2004), meio século foi transposto e com ele transformou-se o modo de uso das áreas de conservação da natureza. Se, por um lado, a gestão desses espaços passou a incorporar de forma mais consciente as populações de habitantes, por outro lado, a sua conservação sofre mais pressões do turismo e do crescimento populacional (UNESCO/ ICCROM/ ICOMOS/ UICN, 2016). No novo contexto que se apresenta, a interpretação patrimonial e os seus princípios ganham

¹⁸ O documento traz intersecções com as diversas Cartas e Documentos de valorização do significado cultural de sítios, também produzidas pelo ICOMOS e abordadas no Capítulo 1.

relevância como ferramenta para a promoção alargada dos valores dos bens patrimoniais na sua vertente natural, mas também atendendo às respetivas populações, o que implica necessariamente, também, a vertente cultural.

Embora a proposta de interpretação patrimonial que será feita no Capítulo 3 desta pesquisa se volte mais para os bens patrimoniais situados em ambientes fora-de-portas, quando ela ocorre em espaços dentro-de-portas os princípios que a guiam são os mesmos.

2.4 Da interpretação aos centros interpretativos

Já foi referido como os centros de visitantes e os ecomuseus assentavam na descoberta e valorização de recursos patrimoniais dispostos em ambientes fora-de-portas. Um prioriza os dispositivos interpretativos e os guias-intérpretes, o outro prioriza a participação dos habitantes na interpretação patrimonial, mas em ambos os casos o território envolvente é abrangido. Qualquer uma dessas estratégias é empregue visando despertar para os valores incorporados no ambiente, os quais, sem uma sensibilização adequada, poderiam passar despercebidos.

A partir dos anos de 1980, dá-se uma espécie de fusão dos centros de visitantes e dos ecomuseus, corporizando os Centros Interpretativos (Tugas, Tresserras, & Mellin, 2005). Divergindo dos museus tradicionais que devem abranger a conservação e a pesquisa de coleções e cujos acervos não têm, necessariamente, uma relação com o entorno, os Centros Interpretativos remetem à região geográfica na qual estão inseridos. A sua função é desvendar a diversidade de aspetos da região, estimular a sua descoberta e remeter para roteiros que possibilitam um contacto direto com os aspetos abordados. Operando como centros explicativos, os Centros Interpretativos abordam fenómenos que podem ser difíceis de sintetizar, ou estar dispersos no tempo e/ou no espaço, ou estar semiocultos, podendo englobar bens patrimoniais de todo o tipo: natural, cultural e imaterial. Os Centros Interpretativos podem informar sobre uma manifestação cultural que ocorre uma vez ao ano, ou sobre uma área que mantém uma tradição de cultivo agrícola; podem remeter ao campo de uma batalha histórica; a uma estrada que ao longo dos séculos é percorrida e une regiões. Podem tratar também de um facto histórico ainda recente: a queda de um avião, um campo de concentração, um complexo fabril

desativado. Os mais diversos aspetos presentes numa determinada região – dimensões da natureza e da cultura, factos históricos ou reminiscências arqueológicas – podem ser abordados num Centro Interpretativo. Ele opera como um intérprete da região e remete a essa região, procurando estimular nos visitantes comportamentos de observação, descoberta, reflexão e cuidado em relação a aspetos que podem ser sensíveis ao seu contacto.

Para ajudar à compreensão daquilo que será visto posteriormente no território, as exposições no interior do Centro Interpretativo apresentam numerosos dispositivos explicativos: maquetes, mapas, quadros esquemáticos, fotografias, filmes, animações, dioramas, arranjos cénicos (Chaumier, 2009; Jacobi & Meunier, 2009a). Também podem apresentar testemunhos materiais de uma cultura desaparecida que habitava a região, ou abrigar objetos da memória dos habitantes locais, mas estes funcionarão, possivelmente, mais como testemunhos do que como relíquias (Chaumier, 2009). De um modo recorrente, a exploração dos sentidos colabora para a função pedagógica destes Centros (Varine, 2009): a linguagem empregue ajuda a despertar a atenção, a provocar o espectador e a promover uma mudança de comportamento diante do património que se pretende conservar (Chaumier, 2009; Ham, 1992; Jacobi & Meunier, 2009; Tugas et al., 2005).

Os bens patrimoniais que se encontram dispersos na região e aos quais o Centro Interpretativo remete, idealmente, receberão também interpretações *in-situ*. Concebidas de acordo com o significado e contexto específico de cada bem, essas interpretações poderão consistir apenas na facilitação e adaptação de acesso, ou na disponibilização de informação no local, ou na inserção do bem patrimonial em roteiros temáticos (Tugas et al., 2005). Todos esses bens, mesmo que dispersos pelo território, ao receberem interpretações apropriadas *in-situ*, dão corpo às referências antes feitas, formando com o Centro Interpretativo uma rede de recursos patrimoniais.

Tendo em conta que a interpretação patrimonial deve considerar as dimensões estética, social, cultural e natural do contexto e do entorno (ICOMOS, 2004, Princípio 3), a concepção da arquitetura, dos equipamentos e dos dispositivos interpretativos também deve incorporar técnicas e materiais locais, estabelecendo uma relação com o ambiente espaço-temporal no qual estão inseridos (ICOMOS, 2004, Princípio 2.5). Seguindo esta premissa, parece razoável defender que um Centro Interpretativo cuja

missão é valorizar e conjugar o ser humano e o meio ambiente, adote as tecnologias renováveis e bio compatíveis. Nesse contexto, o uso de técnicas e materiais locais pode ser também uma via de interpretação patrimonial.

2.5 Participação dos habitantes

A promoção dos valores patrimoniais e de comportamentos positivos que estimulem a sua proteção faz-se também, e desejavelmente, com os habitantes da região abrangida, e não somente com os públicos visitantes exteriores. Portanto, os habitantes da região devem poder participar em todo o processo de elaboração e gestão de um Centro Interpretativo. Este procedimento metodológico está entre os requisitos fundamentais apontados pela Carta Ename – Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimoniais Culturais (ICOMOS, 2004, p. Princípio 6). Este é também um dos princípios que regem a museologia contemporânea, reforçado pelos diversos documentos produzidos ao longo das últimas décadas, como já foi analisado no Capítulo 1.

A identificação e inventariação dos bens patrimoniais feitas em conjunto com os habitantes – atividades que estão entre as etapas iniciais de criação de um CI – possibilitam que os valores e significados do património sejam mais efetivamente vivenciados (Duarte, 2010; Tugas et al., 2005; Varine, 2009). Refletir sobre que heranças patrimoniais lhes são importantes; relembrar histórias locais de carácter oral e responder a questões relacionadas com as suas práticas culturais são ações que dão oportunidade a que a identidade coletiva se manifeste e se delineie. A revelação e descoberta destacadas por F. Tilden (1957) como princípios centrais da interpretação patrimonial devem acontecer também no seio da população local, de igual modo a conduzindo à mudança de comportamento em relação ao seu próprio património.

Outra forma de envolver os habitantes é recorrer, nas atividades de interpretação patrimonial, ao emprego de estratégias de comunicação de carácter pessoal. Para concretizar estas atividades, H. Varine (2009) identifica três tipos de perfis de participantes possíveis: os que são da comunidade e apresentam testemunhos próprios; os que são da comunidade e atuam ou simulam situações específicas; e os que são de fora, mas são profissionais do teatro, das artes ou do património e atuam a partir de pesquisa local, de conhecimento técnico e da sua sensibilidade. Quando se recorre aos

membros da comunidade, o ato de apresentar a região aos visitantes exteriores promove um sentimento de pertença e de responsabilidade, transformando os habitantes em parceiros da divulgação e conservação do património. Por parte do visitante exterior, a oportunidade de contacto direto com gestos, palavras, expressões, histórias orais potencia a percepção da cultura da região como algo vivo e dinâmico. O diálogo entre uns e outros apela aos sentidos de valorizações, intensifica a experiência e aumenta as possibilidades de aprendizagem e de mudança de comportamento em relação ao património considerado (Duarte, 2010; Ham, 2013; Varine, 2009).

As funções administrativas e os serviços técnicos realizados no interior de um Centro Interpretativo, também podem incluir os habitantes locais. Entretanto, essas pessoas representarão apenas uma pequena parcela dos habitantes. Na região, muito provavelmente, haverá associações e escolas, autoridades governamentais, lideranças locais e empreendedores económicos que correspondem a outra parte dos habitantes e que também podem ser um veículo de ligação para os demais. As metodologias participativas podem e devem ser implementadas como estratégias de envolvimento dos habitantes de uma região. Mesmo aceitando que elas levantam problemas diversos em torno da compatibilidade de posicionamentos, não há dúvidas de que elas ampliam as possibilidades de valorização e preservação do património. Quanto maior for a adesão da comunidade, mais ampliada será a adesão à proteção, valorização e vivência do património da região (UNESCO/ ICCROM/ ICOMOS/ UICN, 2016).

A dinamização dos Centros Interpretativos através da promoção de atividades artísticas e de outras atividades que incluem, envolvem e aproximam os habitantes da missão destes espaços pode transformá-los no ponto de encontro e confluência das pessoas, instituições e lideranças que habitam o seu entorno. Em processo contínuo e dinâmico, a participação da comunidade pode acompanhar todo o processo de vida de um Centro Interpretativo: será esta continuidade o que propiciará a proteção do património ao longo do tempo (Duarte, 2010; Varine, 2009). Aos Centros Interpretativos, por outro lado, será conferido o papel de centro de referência e de centro de representação da região, da qual é referente a partir do momento que adote estratégias inclusivas da comunidade que o cerca.

Em paralelo, o desenvolvimento socioeconómico regional – outro factor que surge como impulsionador da criação de um Centro Interpretativo (Tugas et al., 2005; Varine,

2009) – apenas reverterá em benefício dos habitantes se estes forem integrados. Sem retorno socioeconómico, a valorização dos bens patrimoniais, provavelmente, estará mais ameaçada. Empregando as competências reunidas pela Museologia contemporânea tanto para a gestão das paisagens culturais, quanto para a gestão das comunidades de paisagem, os Centros Interpretativos conseguirão tornar-se os centros de referência da sua região de abrangência (ICOM, 2014).

2.6 Estratégias concretizadas de interpretação patrimonial

Apresento a seguir seis exemplos que trazem, cada um, alguma relação com as questões até aqui abordadas – a interpretação patrimonial fora-de-portas voltada para áreas que conjugam o ser humano e a natureza. Nos três primeiros exemplos pode-se perceber como a interpretação patrimonial se manifesta nas áreas abrangidas e como ela se torna um instrumento de valorização e unificação identitária dessas áreas. Trata-se do *Yellowstone National Park* (EUA), do *Parc Naturel Regional d'Armorique* (França) e do Ecomuseu do Barroso (Portugal). O quarto e o quinto exemplos ilustram soluções pontuais de interpretação patrimonial fora-de-portas e situam-se na Praia do Pesqueiro (Brasil) e no *Milhuwane Park* (Swazilândia). Tratam-se de soluções simples que consideram o contexto e o entorno. O sexto exemplo – o Curro Velho (Brasil) – é o único que não reporta diretamente atividades de interpretação patrimonial, mas apresenta uma iniciativa inspiradora para programas que visem inclusão e participação comunitárias.

O *Yellowstone National Park* é um Parque grandioso e toda a sua divulgação visa provocar os sentidos e o espanto. Além de uma área extensa, o Parque possui acervos naturais de características únicas – 300 gêiseres, 290 quedas d'água, floresta petrificada. Considerado o primeiro Parque Nacional do mundo Ocidental, ele traz heranças da *Mission 66* nas suas infraestruturas e comporta cinco entradas distintas, nove Centros de Visitantes, doze áreas de campismo, além de hotéis, áreas de pic-nic e trilhas (Figura 2). Cada Centro de Visitantes está localizado junto a uma entrada principal ou a uma atração do Parque e os conteúdos apresentam-se temáticos. Guias-intérpretes e guardas florestais estão presentes em todos os Centros e pontos de interesse, visando a orientação e o controle dos públicos.

Os nove Centros de Visitantes possuem características diversas. Há os que se intitulam *Visitor Education Center* e funcionam como centros explicativos/educativos dos acervos naturais aos quais remetem. O Parque abriga dois destes: *Old Faithful Visitor Education Center* (Figura 3) e *Canyon Visitor Education Center* (Figura 4). Estes dois Centros são maiores que os demais, receberam mais investimentos para as suas infraestruturas e exposições e estas tendem a ser muito mais apelativas aos sentidos. Serviços de apoio aos turistas como restaurantes, balneários, lojas e informações sobre roteiros e atividades também são oferecidos por estes Centros.

Os restantes sete Centros intitulam-se *Visitors Center*, *Information Center* ou *Museum*. Os *Visitors e Information Centers* funcionam, principalmente, como centros de informação e apoio aos visitantes, mas podem possuir pequenas exposições voltadas para o património natural ao qual remetem. Já os *Museums*, instalados em edifícios em estilo *Parkitecture*, combinam exposições de história natural, de etnografia e de história do Parque e também oferecem serviços de apoio aos visitantes. Além de algum acervo de história natural, as exposições são constituídas por objetos, documentos históricos e fotografias que contam a história dos povos indígenas e do próprio Parque. Todos os Centros têm exposições ambientadas com o uso de artifícios cénicos combinados com montras tradicionais, legendas e textos explicativos.

O acervo arquitetónico também é valorizado e corresponde aos nove edifícios, a pontes, estradas e monumentos, que recebem interpretação patrimonial nos respetivos locais¹⁹.

O Parque também iniciou pesquisas etnográficas em 2000, as quais seguem duas linhas de ação possíveis:

- melhorar o planeamento, a gestão de recursos e a interpretação;
- manter o bom relacionamento com as tribos associadas à região (ao todo 26) para que a gestão e a interpretação do Parque sejam melhoradas²⁰. Atualmente algumas atividades envolvem descendentes dos indígenas em narrativas de histórias e roteiros.

¹⁹ Alguns dos nove edifícios são no estilo *Parkitecture* e outros são Modernistas, construídos durante a *Mission 66*, sendo estes tidos como icónicos, embora alguns destes tenham sido destruídos.

²⁰ Uma parte do Trilha Histórica Nacional atravessa o Yellowstone e representantes da tribo Nez Perce têm sido envolvidos no planeamento da interpretação da trilha. Quando se dá a migração anual dos bisontes, as tribos também são consultadas.

O *Yellowstone National Park* assume o turismo como parte da sua vida. O convite à descoberta e experiência de um mundo com características extraordinárias está presente no discurso de divulgação e demonstra esta aposta no turismo. Os *websites* oferecem informações sobre história, acervos e valores do Parque, bem como orientações sobre os comportamentos positivos e seguros em relação ao acervo natural. Também oferecem orientações práticas sobre roteiros, hospedagem e atividades. O *Yellowstone National Park* é um complexo que conjuga serviços da vida urbana e prepara o turismo da natureza como um produto a ser experienciado.

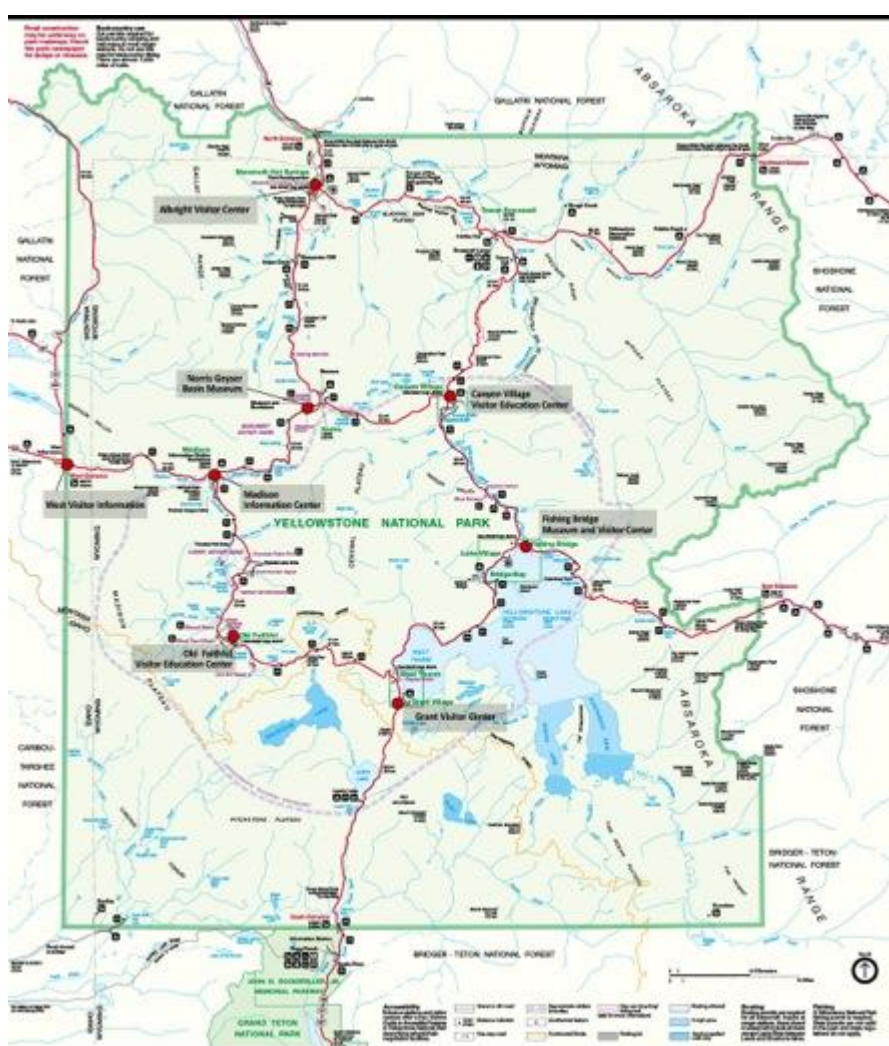


Figura 2. Mapa do *Yellowstone National Park* no qual se podem ver as cinco entradas e os diversos centros de apoio aos visitantes. Fonte: Adaptado de Mapa oficial do *Yellowstone National Park*.



Figura 3. *Old Faithful Visitor Education Center*: o edifício foi reconstruído e possui sistemas de energia sustentável. O material de demolição do antigo edifício foi reciclado e reaproveitado no novo edifício, inaugurado em 2010. Ao fundo pode-se ver a grande área para estacionamento. Fonte: *Yellowstone National Park*.



Figura 4. *Canyon Visitor Education Center*. De cima para baixo: fachada principal; área de exposição; maquete de toda a área do Parque; diorama com bisontes taxidermizados. Fonte: *Yellowstone National Park*.



Figura 5. Ao alto, a fachada principal do *Fishing Bridge Museum and Visitors Center*, construído no estilo Parkitecture, e embaixo a sala de exposição no interior do edifício. Fonte: *Yellowstone National Park*.



Figura 6. *West Visitor Information Center*: opera como um centro de informações e apoio ao visitante.

Enquanto tudo no *Yellowstone National Park* visa o público visitante, o *Parc Naturel Regional d'Armorique* faz um trabalho de dentro para fora. Situado na Bretanha e aberto em 1969, este Parque Natural foi o segundo a ser criado em França, abrigando o primeiro ecomuseu. Dentro da área do Parque há um arquipélago junto à costa classificado como Reserva da Biosfera – onde se situa o *Ecomusée d'Ouessant*. Na parte continental, o Parque inclui uma fortificação do século XVII classificada como Património Mundial da Unesco; a *Maison du Parc*; o polo d'Arrées – instalado num antigo moinho –, e há também bosques; biodiversidade terrestre e marinha; pescadores e produtores agrícolas e inúmeras manifestações do património cultural bretão. A função do *Parc Naturel Regional d'Armorique* é conservar as paisagens, a biodiversidade e o património cultural da região (Figura 7). Um dos principais lemas da gestão do Parque é “desenvolver urbanisticamente a região sem desnaturalizar a paisagem” (Parc d'Armorique, 2017, p. 6), o que elucida sobre a pressão que o crescimento urbanístico exerce sobre o Parque e a paisagem. O facto de conjugar diversos aspetos da paisagem cultural, fez com que se ambicionasse conhecer de mais perto as suas atividades. Assim, em 2017, candidatei-me a um estágio neste Parque, que infelizmente, por razões alheias à minha vontade, não se pode concretizar.

Através de uma gestão participativa, a valorização do património deste Parque é obtida transversalmente. Os programas educativos – destinados às escolas regionais –, e a animação cultural (festivais, residências artísticas e oficinas) – destinada aos visitantes exteriores e habitantes –, estimulam as criações artísticas contemporâneas concebidas a partir das tradições. Espécies animais domésticas da Bretanha, ameaçadas de extinção, são reproduzidas numa quinta pedagógica, onde se fazem demonstrações da lida com os animais. Estimula-se a produção agrícola regional e os produtos são promovidos com o selo *Valeur Parc*²¹. Oferecem-se orientações técnicas para o uso das energias limpas e renováveis e para a gestão dos resíduos sólidos. Apoia-se a criação de corredores ecológicos para a manutenção da biodiversidade e o trabalho de produtores agrícolas e pescadores é acompanhado. A expansão urbanística é orientada com suporte técnico e o levantamento do património construído é feito em parceria com os habitantes.

²¹ Em Portugal criou-se a marca Natural.Pt: uma marca que promove alimentos produzidos em áreas que conjugam o ser humano e a conservação da natureza. A marca pretende estimular o uso de procedimentos eco-sustentáveis e insere os produtos agrícolas numa rede de consumo.

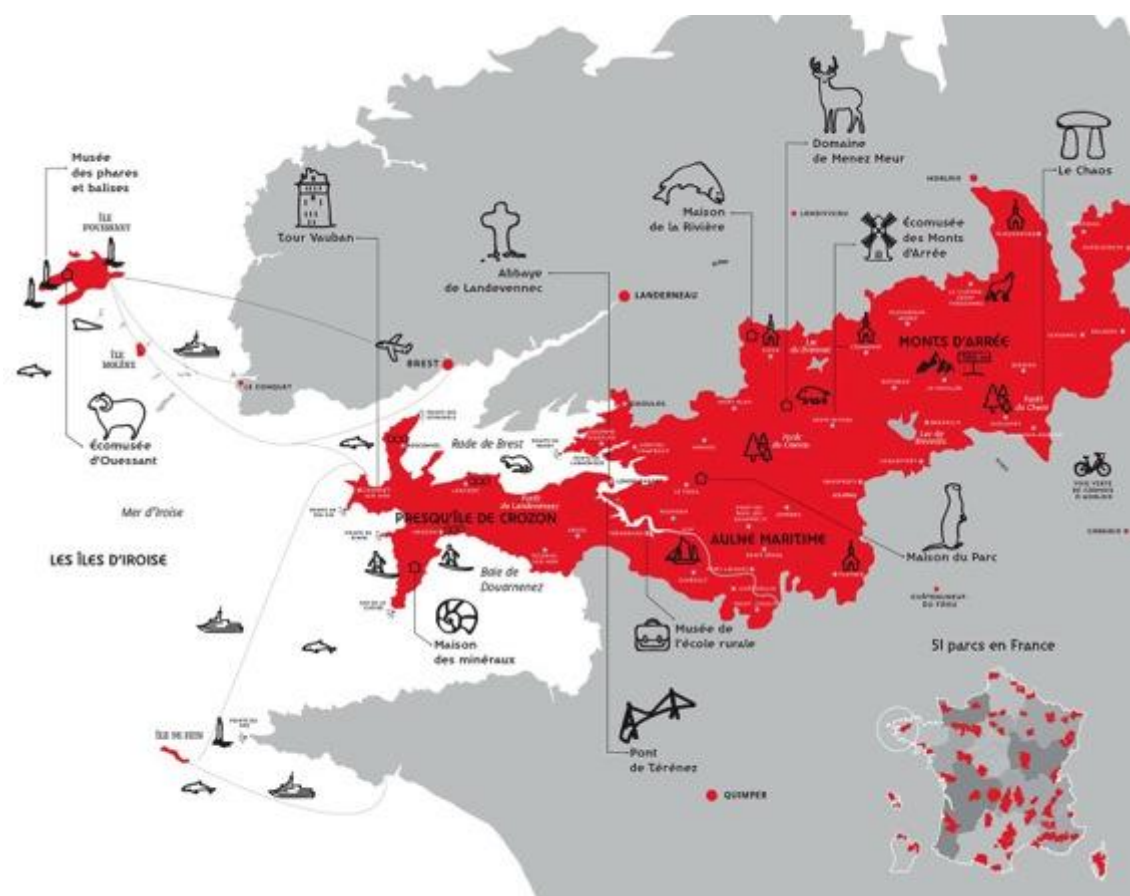


Figura 7. Mapa do Parc Naturel Regional d'Armorique com indicação da Ilha d'Ouessant onde fica o Ecomusée d'Ouessant. Fonte: Parc Naturel Regional d'Armorique.

Dirigidos aos visitantes exteriores criam-se circuitos e atividades desportistas em transportes alternativos – de bicicleta, a cavalo e caminhadas – e promove-se o turismo de pesca controlada. O Ecomusée d'Ouessant promove uma visita integrada às atividades rurais e piscatórias ancestrais da ilha (Figura 8). O Parque faz uso das novas tecnologias digitais e recorre a um aplicativo para telemóvel para orientar os turistas nos percursos do Parque, o qual assinala quando estes se aproximam de pontos de interesse patrimonial.

Os programas de valorização e conservação do património no *Parc Naturel Regional d'Armorique* surgem prioritariamente voltados para os habitantes da região (Figura 9). As ações de interpretação patrimonial são conjugadas com as necessidades dos habitantes e tornam-se transversais. O fruto deste trabalho endógeno age como um promotor da identidade regional e da qualidade de vida local, convertendo-se, finalmente, em um sistema de recursos patrimoniais e turísticos que atraem a visita.

A interpretação patrimonial promove uma forma de vida localmente sustentável e transforma-se num instrumento de desenvolvimento socioeconómico da própria região.



Figura 8. No *Ecomusée d'Ouessant*, na *Ilha d'Ouessant*, uma das casas é mantida com a mobília e os utensílios tradicionais. Em outra casa, há um museu que conta a história dos habitantes da Ilha. Os habitantes também participam fazendo demonstrações de atividades ancestrais. Fonte das imagens: <http://www.pnr-armorique.fr/Ecomusee-Ouessant>.



Figura 9. No *Parc Naturel Régional d'Armorique* as atividades de valorização cultural são voltadas para os habitantes locais: danças tradicionais, cultivo de espécies endêmicas, artesanato e mercado locais. Fonte: *Parc Naturel Régional d'Armorique*.

Em Portugal, com o objectivo também de promover o desenvolvimento socioeconómico de uma região em particular, foi criado o Ecomuseu do Barroso. Este Ecomuseu distribui-se por nove núcleos e cada núcleo opera como um Centro Interpretativo do seu entorno. Situado no nordeste de Portugal e com a Sede principal na aldeia de Montalegre, o Ecomuseu do Barroso está junto à fronteira com a Espanha e estende-se por uma área do Parque Nacional do Peneda Gerês. Cada um dos núcleos ocupa uma casa com arquitetura tradicional e os acervos compreendem, principalmente, objectos etnográficos obtidos de doações das populações locais. O Espaço Padre Fontes – Sede principal – é a porta de entrada do Ecomuseu e apresenta uma maquete com a localização dos diversos polos, além de destacar centenas de pontos de interesse. Nesta Sede também se pode assistir a inúmeros documentários sobre a região e visitar as salas que se dedicam, cada uma, aos aspetos abrangidos pelo Ecomuseu – território, gentes, quotidiano e ciclos vitais (Figura 10). Há ainda uma biblioteca, uma ludoteca e uma horta pedagógica, estes últimos voltados para o público infantil.



Figura 10. À esquerda, Espaço Padre Fontes – Sede principal do Ecomuseu do Barroso –, e à direita aspecto do interior do edifício. Fontes das imagens: https://www.flickr.com/photos/voz_do_berco/ e Tripadvisor.

O polo Corte do Boi, situado dentro da área do Parque Nacional Peneda Gerês, foi o primeiro a ser criado nas aldeias e aborda a pastorícia extensiva, a tecelagem, o cultivo agrícola de montanha e o lobo ibérico. Na aldeia pode-se ver o moinho e o relógio de sol e um caminho remete ao Mosteiro de Santa Maria das Júnias e à cascata. Outro polo, situado dentro do Parque é o polo Aldeia Ecomuseu e visa recuperar o património comunitário. Para tal, orienta o visitante a percorrer rotas temáticas que remetem às casas dos habitantes, que apresentam aspetos da sua vida rural. Através de

visitas guiadas pela aldeia pode-se conhecer os edifícios de armazenamento, práticas de transformação agrícola e o engenho hidráulico. O entrudo, o cantar dos reis e a matança do porco são práticas tradicionais mantidas pela população como um elo identitário. O Centro Interpretativo da Avifauna da Região, também dentro do Parque, apresenta a avifauna local e faz a anilhagem das aves; oferece um ponto de venda para os produtores agrícolas locais escoarem seus produtos e é ponto de partida para três trilhas – Costa, Aves e Contrabando. Ainda dentro do Parque, o polo Vezeira e a Serra é um projeto centrado na conciliação da atividade pastoril e do turismo e oferece rotas nas quais se podem ver currais, cabanas de pastores, lagares, moinhos e lagoas. Já fora do Parque, o polo Casa Museu Quinta do Cruzeiro apresenta os aspetos da vida social da Casa dos Silva e as estruturas que a tornaram autossustentável – vêem-se eiras, canastos, lagares de vinho e azeite, o alambique, o moinho e o forno. O polo Museu Rural está instalado em uma antiga unidade agrária e a exposição apresenta a terra e a água como os elementos de subsistência da região, interpretando o território e os seus habitantes. Além de um lagar, há uma adega onde se guardavam os produtos da terra, como mel, batatas e o “vinho dos mortos”; aí podem ser comprados produtos agrícolas locais. O polo Casa do Capitão apresenta uma típica casa senhorial barrosã e abriga mais de 1000 objetos doados pelos habitantes. Abordam-se aspetos do Senhor das Terras do Barroso – D. Nuno Álvares Pereira – e também aspetos da raça bovina barrosã, da tecelagem, dos ciclos do pão, da lã e do linho. O polo das Minas da Borralha ocupa as antigas instalações das Minas de volfrâmio e compreende a casa dos compressores, o edifício da fundição e o arquivo com o espólio de todas as atividades da fábrica. Serão implementadas áreas para recepção, exposição, auditório e balneários.

Através de atividades que integram a comunidade e valorizam o património – como a promoção de trabalhos coletivos para a conservação de aspetos patrimoniais, acompanhados de almoço tradicional, ou a criação de concursos de fotografias – a conservação fica mais assegurada. Os diversos polos deste Ecomuseu possibilitam que as particularidades do território sejam aprofundadas e que os benefícios do turismo, como também do processo de criação do Ecomuseu, sejam distribuídos (Figura 11).



Figura 11. Diferentes aspectos e paisagens do Ecomuseu do Barroso. Ao alto, da esquerda para a direita: objectos etnográficos num dos polos; fachada da Casa do Capitão; moinho hidráulico e a vista de Pitões das Júnias, na Serra do Gerês. Em cima, mapa do Ecomuseu com os nove polos.

Fonte das imagens: <https://www.abrigosdepitões.com/geral/a-região/mosteiro-de-santa-maria-das-júnias> e <http://www.patrimóniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/ecomuseu-de-barroso/>

O retorno de benefícios para os habitantes pode ser observado também no exemplo de um balneário público instalado numa praia do Brasil (Figura 12). O balneário foi instalado na Praia do Pesqueiro, localizada na Reserva Extractivista Marinha de Soure, situada na Ilha do Marajó, no delta do Rio Amazonas. A Praia do Pesqueiro abriga uma comunidade de pescadores e é destino de turismo regional intenso nos feriados e férias. Um programa de gestão integrada da área, através do ICMBio/Ministério do Meio Ambiente, busca o desenvolvimento sustentável da região, equilibrando o uso dos recursos naturais e a sua proteção. A falta de infraestruturas de saneamento básico é um problema que afeta não somente os habitantes locais, mas também os serviços prestados aos turistas. Como parte dos diversos programas implementados, instalou-se junto ao principal acesso à praia do Pesqueiro, um balneário público que é gerido pelos próprios habitantes. Um sistema de bio decomposição dos resíduos líquidos foi empregue, tendo sido ministrada formação acerca do mesmo sistema, instalado em outros sítios de abrangência do projeto. O balneário conta com duas sanitas e a sua estrutura foi construída com material e técnicas que seguem princípios da arquitetura local. Os serviços de limpeza e manutenção – compra de papel higiênico, troca e limpeza das toalhas para mãos, reparo de avarias – são feitos pelos próprios habitantes a partir da taxa de ingresso que é cobrada aos visitantes exteriores. Vários benefícios retornam, portanto, para os habitantes.



Figura 12. Balneário público na Praia do Pesqueiro, Ilha do Marajó, Brasil. Fonte da imagem: <http://www.abrajetnacional.com.br/noticia/863/2016-11-14/com-banheiro-ecologico-setur-para-e-finalista-do-premio-braztoa-de-sustentabilidade>

Quando visitei o balneário em 2016, além dos serviços de recepção e manutenção, os moradores também vendiam algum artesanato local e café – armazenado quente numa garrafa termo. A possibilidade de algum ganho financeiro para os habitantes parecia estimular o engajamento no projeto. Apesar de ser baixa temporada e um dia de semana, os serviços estavam sendo devidamente prestados. Através da promoção do desenvolvimento socioeconómico e da valorização dos recursos locais – humanos, materiais e ambientais – este projeto “interpreta a paisagem” e promove o património regional. Aquilo que, por um lado, poderia ser visto como uma restrição de recursos materiais, pode e deve ser visto, por outro lado, como o desafio que conduz a soluções que valorizam os aspectos da realidade local.

Do mesmo modo que o balneário na Praia do Pesqueiro, o próximo exemplo ilustra uma solução pontual que emprega os recursos do entorno para a valorização do património. Trata-se de uma exposição de espécies de antílopes montada no Milhwane Park, na Swazilândia. Este Parque opera dentro de uma rede de proteção e reprodução de antílopes e no seu acervo natural figuram várias espécies. A identificação de cada uma delas faz-se, entre outras características, pelo desenho dos cornos. A diversidade de espécies é grande e os antílopes posicionam-se na natureza, frequentemente, camuflados na vegetação. A estratégia que o Parque adotou para apresentar ao público o leque de espécies de antílopes existentes foi expor uma coleção de crânios das diferentes espécies, todos colocados, lado a lado. Localizada nos arredores da área principal de serviços do Parque, a exposição está montada numa parede em ambiente exterior. Formando uma espécie de concha, o recinto é aberto em uma das faces, integrando a instalação no ambiente exterior. Pode-se identificar cada uma das espécies e perceber as suas diferenças através da comparação das formas e tamanhos das cabeças e cornos (Figura 13). A exposição impressiona pela simplicidade da solução e despojamento de artifícios, trazendo de certa forma uma linha diferente do padrão norte-americano. Através de uma solução simples e ao mesmo tempo impactante, o património do Parque é revelado e valorizado. Visitei este parque em setembro de 2012 e pude compará-lo com outros Parques visitados na região.



Figura 13. Exposição permanente das espécies animais, em sua maioria antílopes, do Milhwane Park, Swazilândia. Fonte da imagem: Alamy Stock Photo/ E2DCW8.

O próximo exemplo que apresento, embora não tenha uma relação direta com a interpretação de bens patrimoniais a céu-aberto, é inspirador como exemplo de estratégia de envolvimento dos habitantes. Situado num antigo matadouro à beira do Rio Guajará – um braço do Rio Amazonas que banha a cidade de Belém –, este centro de atividades culturais, designado Curro Velho, iniciou as suas atividades como uma escola de artes e expressões destinada aos jovens de baixa renda habitantes do seu entorno, no “bairro” do Telégrafo. Posteriormente, o projeto foi flexibilizado e estendeu-se a idosos e portadores de necessidades especiais, sendo que outros interessados também podem ingressar nas oficinas, que têm uma cota de vagas para públicos fora do perfil de prioridade do projeto.

A arquitetura do matadouro foi aproveitada e contribui para a integração das pessoas e atividades da escola. No vão central que atravessa o edifício acontecem aulas de artes performativas. Nas salas situadas nas alas laterais acontecem os cursos de artes visuais e design. Nas paredes, ao longo do vão central, são expostos os trabalhos dos alunos (Figura 14). Temas da cultura regional são frequentemente explorados e reinterpretados pelos diversos cursos oferecidos e, nas datas festivas da cidade, a escola participa com criações dos alunos.



Figura 14. Aspecto interior do vão central do edifício do Curro Velho. Fonte da imagem: <http://olharmulti.blogspot.pt/2014/07/comunidade-fundacao-curro-velho-um.html> .

Os alunos mais talentosos e empenhados são encaminhados para um oficina artesanal e semi-industrial gerida pela escola e recebem um pequeno rendimento²². Sob a coordenação de profissionais técnicos, produzem-se objetos a partir de diversos materiais, entre eles, os descartáveis (Figura 15). Uma loja situada junto à entrada principal vende os produtos ali manufaturados.

O Curro Velho surpreendeu-me pela sua atmosfera viva e pelo grau de integração das suas atividades. Visitado no meio da semana e fora de temporadas turísticas, o sucesso do projeto era sentido na postura dos funcionários, professores e alunos. Através deste projeto, o património circundante é valorizado – a arquitetura do início do século XX, o pano de fundo do edifício, o rio e a faixa da floresta Amazónica na margem oposta, bem como as dimensões imateriais da região (mitos, danças, músicas, festejos) (Figura 16). Percorri o espaço do projeto guiada por um dos gestores, que se mostrou um excelente intérprete patrimonial. Visitei esta instituição em maio de 2016.

²² Essas oficinas situam-se no mesmo complexo da Escola, porém num edifício anexo.



Figura 15. Oficina de produção de objectos com material descartável.

Fonte: <http://olharmulti.blogspot.pt/2014/07/comunidade-fundacao-curro-velho-um.html>



Figura 16. Aspecto exterior do edifício do Curro Velho e fantasias de carnaval criadas pelos alunos.

Fonte da imagem:

<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/12/curro-velho-iap-e-centur-serao-fundacaocultural-do-para-em-2015.html>

2.7 Notas conclusivas

A intenção de revelar os fenómenos que criam as formas e as paisagens da natureza, possibilitando a compreensão da razão da sua existência, está na origem do que conhecemos como interpretação patrimonial, hoje já não confinada a essa dimensão natural. A interpretação patrimonial surge, portanto, a partir do momento em que há esforço para que o público compreenda o conjunto de processos e de factos e que desperte para as diversas géneses que explicam a existência de um bem patrimonial. Porque será também a partir do momento em que os seus sentidos são aguçados para a percepção de uma manifestação cultural que o público conferirá valor àqueles bens e se tornará um aliado da sua conservação. Conferimos valor a partir do momento que compreendemos; conservamos aquilo cujo valor é compreendido.

Ao ter ampliada a compreensão de um determinado universo, amplia-se também a capacidade de uso dos sentidos para a compreensão de outras manifestações provenientes de universos similares que nos cercam. É neste aspeto, do estímulo à compreensão de causas e efeitos ao longo do tempo, que a interpretação patrimonial contribui para a construção de conhecimento e para a sensibilização em relação aos valores dos diversos bens patrimoniais. E é por esta via que ela pode promover mudança de comportamentos – ou boas práticas – em relação ao património protegido.

Como uma fusão dos dois modelos que estiveram na origem da interpretação patrimonial – o de F. Tilden e o de G. Rivière e H. Varine – os Centros Interpretativos fazem uso das diversas ferramentas adotadas e desenvolvidas pela Nova Museologia e que configuram a Museologia contemporânea. Suportados nessas ferramentas, os Centros Interpretativos surgem como um instrumento valioso para a gestão do património fora de portas, principalmente o de carácter natural, cada vez mais sob pressão das ameaças resultantes do crescimento populacional. Enquanto núcleo de uma rede de relações que importa criar e desenvolver, cada Centro Interpretativo deve ser capaz de colocar em linha investidores imobiliários, produtores agrícolas, empreendedores económicos e um número aumentado de turistas e habitantes. E, embora a gestão dos acervos de carácter natural tenha que ser feita contando com especialistas técnicos das ciências naturais, a sua conservação depende de práticas culturais. Os Centros Interpretativos devem assumir, portanto, a coordenação das ações

de carácter cultural desta rede de relações que compõem a região por ele abrangida (ICOM, 2014; UNESCO/ ICCROM/ ICOMOS/ UICN, 2016).

De todos os exemplos apresentados, o Parque Natural Regional d'Armorique é o mais inspirador como exemplo de aplicação dos princípios da interpretação patrimonial num território. A partir de um trabalho que se volta prioritariamente para os habitantes da região, promovem-se atividades transversais a toda a rede de relações do Centro Interpretativo: escolas, produtores agrícolas, artistas e empreendedores económicos. Este trabalho coordenado de interpretação patrimonial conserva a paisagem cultural e é o território que se converte num destino turístico. O fluxo turístico vem como uma consequência das ações desenvolvidas de dentro para fora; esse fluxo não se coloca como o objetivo principal. Assim, apesar de sob determinada perspetiva, os Centros Interpretativos serem uma consequência de articulações que os instalam como instrumentos promotores do turismo, eles podem e devem colocar-se, sobretudo como promotores do desenvolvimento sociocultural da sua região de abrangência.

Capítulo 3

Interpretar as paisagens e as comunidades

Tendo em vista o desenvolvimento da minha proposta de um Centro Interpretativo para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, num primeiro momento, discorro sobre a região macro onde o Parque Nacional está inserido. Será possível perceber o Parque dentro de um contexto geográfico, a sua relação com a distribuição da população no país e as pressões que estes aglomerados exercem sobre o meio ambiente. Isso ajudará a perceber a inevitável dependência que os meios humanizados têm dos bens da natureza.

A seguir apresento o Parque Nacional da Serra dos Órgãos através das suas três entradas e do perfil geográfico e histórico dos quatro municípios²³ que são por ele abrangidos. Apresento o Parque posteriormente, através da sua missão, recursos e história. A região para a qual se proporá um Centro Interpretativo – a entrada de Petrópolis – é apresentada através das localidades que lhe dão acesso e da história de ocupação das terras do Vale do Bonfim. Os habitantes do Vale mantiveram uma disputa de terras com o Parque durante 30 anos e acabaram por ganhar esse processo. Esta história inicia agora uma nova fase: é preciso convencer os habitantes do Vale de que ainda é importante proteger as florestas, cuidar do meio ambiente, manter limpa a água dos rios.

²³ Os municípios do Brasil correspondem a uma delimitação territorial e são as menores unidades com certa autonomia administrativa na Federação Brasileira. A sede do município é categorizada como cidade e possui o seu mesmo nome.

No tópico da idealização do Centro Interpretativo, trago as percepções da equipe do Parque Nacional sobre a problemática da entrada de Petrópolis e apresento a área destinada para o Centro Interpretativo. A seguir destaco alguns aspectos específicos das bases teóricas apresentadas nos Capítulos 1 e 2 que se relacionarão com a proposta. De seguida, apresento a metodologia e um detalhamento mais específico dos recursos patrimoniais, pontos de interesse e perfil dos públicos que serão alvo de atenção da proposta do Centro Interpretativo, abrangendo o Parque, o Bonfim e o Entorno. Somente depois de apresentados os diversos contextos faço surgir a proposta do Centro Interpretativo para a entrada de Petrópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

3.1 A Região Sudeste do Brasil e a Serra dos Órgãos

Aglomerações urbanas como a Macrometrópole Paulista, com quase 35 milhões de habitantes, e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com 13 milhões, situam-se na Região Sudeste do Brasil – uma das cinco regiões em que se divide o país²⁴. Esta região concentra polos industriais e de serviços e possui grandes teias de circulação de transportes rodoviários. Situa-se junto à costa atlântica, assim como a maior parte da população do país. Coincidindo com estas áreas de ocupação humana está a Mata Atlântica, uma floresta húmida caracterizada pela sua densidade e rica biodiversidade. É nesta floresta que se encontram as principais nascentes dos rios que abastecem de água os aglomerados urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro. A sua importância é, portanto, significativa para a sobrevivência destas populações e seus aglomerados urbanos. Pela Constituição Brasileira, de 1988, a Mata Atlântica foi declarada Património Nacional e, em 1999, foi declarada pela Unesco Património Mundial da Humanidade.

As principais nascentes dos rios estão no alto da Serra do Mar – uma cadeia montanhosa de 1500 km de extensão que se estende junto à costa e tangencia a Megalópole São Paulo-Rio de Janeiro. Coberta pela Mata Atlântica, a Serra do Mar e os seus mananciais hídricos são protegidos pelo Corredor Ecológico da Serra do Mar, que se estende por toda a cadeia montanhosa e algumas áreas contíguas. Este Corredor

²⁴ O Brasil é dividido em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro, Sudeste e Sul.

Ecológico, por sua vez, é composto por diversos mosaicos de áreas de proteção da Mata Atlântica (Anexos A e B).

A parcela da Serra do Mar que se situa junto à região Metropolitana do Rio de Janeiro adquire aspetos particulares. Picos graníticos esculpidos pelo vento e escarpas abruptas inspiraram o nome que lhe foi dado pelos portugueses – Serra dos Órgãos: como os tubos dos órgãos de uma igreja. Esta porção cênica da Serra, com clima ameno, farta vegetação e água, não somente inspirou os portugueses, como também serviu para aliviar do calor do verão a família imperial. Povos indígenas viviam nas montanhas e escravos africanos fugidos aí se estabeleceram e organizaram Quilombos ²⁵. Empreendimentos dos governantes, de mercadores e de aventureiros abriram e ampliaram caminhos através desta Serra para alcançar as minas, localizadas na face interior do continente da parede montanhosa, que atinge 2.603 metros de altitude. A região da Serra dos Órgãos, as suas montanhas, imediações e as cidades que aí se desenvolveram abrigam, portanto, um importante acervo patrimonial do país.

3.2 O Parque Nacional da Serra dos Órgãos

A Serra dos Órgãos e as suas adjacências estão inseridas no Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense, situado no centro do Estado do Rio de Janeiro (Anexo B). No centro deste Mosaico está o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que abrange a vertente da Serra e as suas encostas. A área do Parque é partilhada por quatro municípios – Teresópolis, Guapimirim, Magé e Petrópolis. No brasão da bandeira de três destes municípios está representado o pico do Dedo de Deus – o mais conhecido dos picos da Serra dos Órgãos –, afirmando a sua relação com a montanha. Petrópolis, entretanto, possui uma águia representada e afirma o seu passado imperial (Figura 17). Dos quatro municípios, contudo, apenas três deles possuem entradas públicas para o Parque – Teresópolis, Guapimirim e Petrópolis – e cada uma destas entradas possui características distintas, moldadas pelas histórias e geografias locais (Anexo C). A fim de dar a perceber o contexto no qual o Parque está inserido, apresento a seguir estas entradas e o perfil dos municípios que as detém, incluindo as suas cidades-capitais, que

²⁵ Aldeias formadas por escravos fugidos.

recebem os mesmos nomes dos municípios. O município de Magé está incluído nesta apresentação, mesmo não oferecendo acesso público para o Parque.



Figura 17. O pico do Dedo de Deus e os brasões dos quatro municípios que partilham o Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

3.2.1 As três entradas e os quatro municípios

Na cidade de Teresópolis situa-se a entrada principal do Parque, onde estão a Sede administrativa e infraestruturas de lazer – uma piscina natural, balneários, áreas de picnic e campismo – construídas inicialmente em 1940. Em 2005 foram construídas novas estruturas de apoio – auditório, sala para pesquisadores, biblioteca e instalado um Centro de Visitantes (Anexo D). Neste edifício é possível ver uma exposição sobre o acervo natural do Parque – fauna, flora e geologia –, interpretado através de uma maquete animada, de mapas, fotografias, vídeos e de um diorama com animais taxidermizados. Há também uma pequena sala para programas educativos, onde se pode assistir a vídeos sobre diferentes aspectos do acervo. Uma loja e uma cafeteria

complementam a estrutura. Este Centro de Visitantes consta no Guia dos Museus Brasileiros, publicado em 2011 pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

A cidade de Teresópolis, capital do município do mesmo nome, foi fundada em homenagem a Tereza, a esposa de Pedro II, e desenvolveu-se inspirada pela beleza cênica da estrada que conduz à cidade. É neste caminho que se situa o pico do Dedo de Deus. Marcada pelo Parque, Teresópolis transformou-se na capital brasileira do montanhismo e teve a sua expansão relacionada com o turismo sazonal até o fim da década de 1980. Durante o governo militar (1964-1986), abrigou residências de férias de representantes do governo militar e da elite socioeconômica da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, parte dessas residências, revela a passagem do tempo e a mudança de poderes. Algumas se encontram em estado de abandono, outras foram substituídas por edifícios e a cidade está a verticalizar-se rapidamente. Situada ao longo do vale do Rio Paquequer, sem áreas para expansão, a cidade sofre com o crescimento desordenado e a falta de gestão. Inicialmente terra dos indígenas Timbiras, o vale abrigou também o Quilombo da Serra, formado por escravos fugidos das plantações de cana de açúcar na planície do sopé da Serra. Posteriormente, Teresópolis recebeu imigrantes de origens diversas e caracterizou-se, também, por uma área de passagem para outras cidades no interior do Estado. Diante da falta de uma identidade particular e inspirados pelo clima ameno surgem na cidade chalés suíços, restaurantes de *fondue*, cantinas italianas. A imigração portuguesa também marca a história de Teresópolis, patente na arquitetura da primeira metade do século XX e no clube “Casa de Portugal”.

A “Feirinha” – uma grande feira semanal de roupas e artesanato local – atrai turistas nos fins de semana e feriados. O Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO e delegações de outras universidades têm transformado a cidade numa cidade também estudantil. Entretanto, Teresópolis possui um dominante carácter rural, já que parte significativa da sua população descende de antigos agricultores e pequenos proprietários de terra. Com aproximadamente 180.000 habitantes, o município é produtor agrícola e abastece o Rio de Janeiro de frescos. Há duas indústrias de destaque em Teresópolis: a Argos, de Bebidas, e a Alterdata, de Gestão de Dados.

A entrada de Guapimirim, conhecida como “Sub-Sede”, situa-se na encosta da montanha e na via que conduz à cidade de Teresópolis. Oferece banhos de rio, áreas de pic-nic e conserva dois edifícios do tempo colonial: a capela da Nossa Senhora da

Conceição do Soberbo, classificada como património histórico, e o Museu von Martius. O Museu – assim denominado em homenagem a um dos naturalistas das várias expedições científicas do século XIX que passaram por esta região da Mata Atlântica – é tema de estudos da Universidade de Leipzig. Originalmente, o edifício do Museu sediou a Casa da Fazenda, que produzia quinino para o tratamento do paludismo. A Casa operou também como posto de cobrança do imposto do Caminho que conduzia ao interior do território (Anexo E).

O município estende-se desde o cimo da Serra até o mar, abrangendo uma fatia de planície e diversos mangais. As áreas de planície foram produtoras de cana de açúcar, de café, frutas, carne e couro²⁶. Com um clima predominantemente quente, húmido e chuvoso, a região é marcada por condomínios de veraneio e turismo para os banhos nos rios que descem da Serra, muitos deles situados fora das áreas de proteção do Parque. O município mantém uma antiga linha de comboios que o liga à cidade do Rio de Janeiro. A viagem, entretanto, é pouco utilizada por razões de falta de manutenção das carruagens e alto índice de criminalidade na região. Dos quatro municípios abrangidos pelo Parque este é o mais recentemente criado, já que obteve governo próprio apenas em 1990. Guapimirim possui uma população aproximada de 58.000 habitantes, marcada por baixo nível de escolaridade e desenvolvimento socioeconómico.

O município de Magé abrange as encostas da Serra dos Órgãos e estende-se até ao fundo da Baía de Guanabara. A sua área é maioritariamente composta por planícies e extensas redes de mangais. Por essas planícies passaram, e ainda passam, os viajantes em direção à Serra e a imagem da parede montanhosa está sempre ao fundo da sua paisagem. Este município é o que mais difere dos demais em termos de topografia, de vegetação e de clima. Por essas razões, e também porque não oferece acesso público ao Parque, o município de Magé, em geral, não é ao Parque associado. O nível de desenvolvimento socioeconómico da sua população é baixo e a região possui alto índice de criminalidade – homicídios, crimes políticos, roubos. No passado, entretanto, Magé possuiu diversos portos que ligavam os Caminhos da Serra ao mar e escoavam ouro e mercadorias provenientes do interior do país – o Porto da Estrela é o mais conhecido. Era nos portos de Magé que os viajantes provenientes do Rio de Janeiro deixavam as

²⁶ O Curtume Carioca foi um dos maiores curtumes da região, mas as suas instalações foram destruídas para a construção de condomínios.

embarcações e passavam para transportes terrestres a fim de subir a Serra. Magé possui um número significativo de bens patrimoniais classificados ou em vias de classificação e também os mais antigos: além dos portos, agrega antigas igrejas para a catequização dos indígenas e dos escravos (Anexo F). O alto índice de criminalidade, entretanto, inibe iniciativas de pesquisa na região e impede que o turismo aí se desenvolva. O município possui 240.000 habitantes, aproximadamente.

A entrada de Petrópolis situa-se do outro lado da vertente da Serra e o seu acesso faz-se por outras vias. Conhecida também como entrada do Bonfim, situa-se junto à localidade de mesmo nome. Algumas infraestruturas de apoio foram aí construídas: uma sala de apoio à recepção do público e vigilância, uma copa, uma casa de banho e uma pequena área para exposição, que se encontra inativa (Anexo G). Situa-se na entrada de Petrópolis o ponto de partida para a trilha de montanha mais conhecida do Parque – ela percorre a vertente da Serra dos Órgãos e liga Petrópolis a Teresópolis. Próximo à recepção há também uma cascata, áreas de banho de rio e trilhas.

Por Petrópolis passou um dos principais caminhos do ouro conhecido como Caminho Novo da Serra da Estrela, criado no século XVIII (1734) a partir de uma trilha indígena. O primeiro Caminho de Ferro do Brasil também passou por Petrópolis, ligando a costa ao interior do país. Em meados do século XIX, Pedro II estimulou a imigração alemã tendo em vista o planejamento, construção e expansão da cidade de Petrópolis, que se tornou a sede do governo²⁷. Hoje, a antiga residência da família Imperial abriga o Museu Imperial de Petrópolis, salvaguardando o espólio da família e inúmeras outras coleções. O Museu Imperial de Petrópolis é um polo museológico de referência no país. Diversos edifícios do período imperial e áreas edificadas durante a primeira metade do século XX são classificados como património. Entre estes edifícios estão algumas antigas instalações industriais, principalmente de tecidos, que também marcaram a história da cidade. A herança dos imigrantes alemães pode ser vista na arquitetura e na culinária, mas o turismo volta-se, principalmente, para a história da família imperial. Outras unidades museológicas existentes na cidade são o Palácio Rio Negro – antiga sede do governo imperial –, a Casa do Colono Alemão, a Casa de Santos Dumont e a Casa de Stephan Zweig. A Casa da Morte, local de torturas e execuções

²⁷ Pedro II era neto de D. João VI de Portugal.

durante o período militar, embora tenha sido omitido o seu papel na história da cidade e do país, nos últimos anos ganhou visibilidade pública através de denúncias de uma sobrevivente e está sob avaliação para a sua classificação e transformação em Museu (Côrtes, 2018). A Editora Vozes, da Igreja Católica, tem a sua base em Petrópolis e durante o governo militar posicionou-se com publicações de vanguarda²⁸. Além de denunciar os abusos da ditadura com o livro “Brasil: nunca mais”, publicado em 1985, a editora publicava temas sobre sexualidade, feminismo, desenvolvimento. A “Vozes” também publicava livros universitários e de crítica à instituição eclesiástica, sendo uma apoiante da Teologia da Libertação²⁹.

Petrópolis é a principal cidade da Serra dos Órgãos e abriga polos de Universidades públicas, um importante centro de pesquisa – o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) – e um polo da Universidade Católica. Possui indústrias voltadas para a produção de cerveja, plásticos, confeções e alimentos. A população do município é de aproximadamente 300.000 habitantes e o seu crescimento tem se expandido para a região onde se situa a entrada do Parque – entrada para a qual deve ser feita a proposta do Centro Interpretativo.

Atendendo à totalidade da área do Parque é possível tecer algumas considerações. Os factos históricos das regiões do entorno do Parque deixaram seus legados. Dos testemunhos materiais, contudo, poucos foram protegidos do vandalismo, do crescimento urbano, da deterioração pelo tempo. Porém, os que se situam dentro da área do Parque estão protegidos. Os pertencentes à família imperial, à alta burguesia e à representação de poderes, também estão protegidos e encontram-se principalmente em Petrópolis. Dos demais, resta muito pouco, apresentando-se em condições precárias ou situando-se em áreas de crescimento urbano desordenado e de baixas condições de desenvolvimento. Na Tabela 5 vê-se em números os bens patrimoniais classificados existente nos quatro municípios, que totalizam 67 bens e conjuntos patrimoniais. Esse património representa sobretudo testemunhos relativos ao período colonial, como Igrejas, caminhos para as minas e portos; edificações do período imperial, como

²⁸ O governo militar no Brasil permaneceu de 1964 a 1986.

²⁹ Surgida em 1970, a Teologia da Libertação é uma corrente da teologia cristã, que faz uso das ciências humanas – entre elas antropologia e sociologia – para abordar os ensinamentos de Jesus Cristo e promover pensamentos libertadores das injustiças económicas, políticas e sociais.

residências do Imperador e da corte; e edificações do período industrial, entre elas os caminhos de ferro. Estes bens encontram-se sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural (INEPAC).

Tabela 5. Bens patrimoniais classificados na região do PARNASO.

Município	IPHAN	INEPAC	Dentre os quais alguns se situam dentro do PARNASO ou no seu entorno imediato
Petrópolis	13	36	(2)
Teresópolis	0	3	(7)
Guapimirim	0	2	(2)
Magé	1	12	(2)
Total	14	53	(13)

Fonte: IPHAN, 2002; INEPAC, 2005. (PARNASO, 2008)

O patrimônio imaterial nestas regiões é pouco considerado e poderia ser um meio para uma melhor sensibilização para com a história local, para um trabalho de desenvolvimento de autoestima destas populações e de desenvolvimento socioeconômico.

3.2.2 As diversas funções de um Parque Nacional

Segundo a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) do Brasil, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos é uma “unidade de conservação” (UC) de “proteção integral” da natureza, ou seja, é classificado como destinado à “preservação de ecossistemas naturais”. Sendo um Parque Nacional, ele corresponde a uma subcategoria de unidades de proteção integral através da qual se visa preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a visitação pública, atividades de pesquisa, recreação e interpretação (IBAMA/MMA, 2002). Por conjugar preservação de ecossistemas com atividades de recreação, o Parque possui áreas de uso e acesso permitido ao público e áreas onde qualquer acesso humano é proibido. No entanto, todas as áreas do Parque são áreas de proteção da natureza. Este é o caso das trilhas que conduzem aos pontos cênicos, aos picos e às escaladas, das áreas de lazer junto às entradas do Parque e dos pontos de banho de rio.

3.2.3 Missão

A missão do Parque Nacional da Serra dos Órgãos é "Conservar o remanescente da Mata Atlântica em seu domínio, incluindo os recursos naturais, a biodiversidade e a paisagem, promovendo a visitação de qualidade, a educação ambiental, a pesquisa e a disseminação de conhecimentos" (PARNASO, 2008). Na Tabela 6, pode-se ver o perfil do Parque e as percentagens relativas a cada um dos quatro municípios que partilham o seu território.

Tabela 6. Área do PARNASO e parcelas dos municípios.

Perfil da área do Parque		
Superfície	20.030 hectares (aproximadamente 200 km ²)	
Perímetro	71 km	
Municípios que abrange e percentual da área da UC	Petrópolis	43,0%
	Teresópolis	13,4%
	Guapimirim	17,7%
	Magé	25,9%

Fonte: (PARNASO, 2008)

3.2.4 Acervos

O acervo do Parque é composto em grande medida pela biodiversidade da Mata Atlântica – compreendendo fauna e flora (Tabela 7) –, formações geológicas e paisagem cênica. As grandes diferenças de altitude na montanha geraram quatro diferentes tipos de vegetação e uma flora particularmente rica em espécies, algumas das quais endêmicas. A avi-fauna do Parque é a mais rica de todas as áreas de proteção da Mata-Atlântica – o Parque abriga 65% do total destas espécies. O macaco miqui, considerado extinto, voltou a surgir no Parque e é o maior primata da América do Sul. O Parque está também entre as áreas que possuem maior diversidade de espécies de anfíbios do mundo.

Os rios são uma parte importante do acervo, que é composto por 13 principais cursos d'água que nascem na Serra, abastecem as cidades do entorno e são afluentes de diversas bacias hidrográficas.

Compondo o acervo do Parque estão ainda edifícios da Sede de Teresópolis, construídos na década de 1940, material da história do próprio Parque e da história de montanhistas, resquícios dos caminhos do ouro e edificações do tempo colonial, que se

encontram junto à entrada de Guapimirim. As edificações do tempo colonial, mesmo sendo salvaguardadas pelo Parque, estão sob a tutela do Instituto Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural - INEPAC. O acervo da história do próprio Parque e de montanhistas, apesar de salvaguardado e identificado, não recebeu ainda um estudo aprofundado.

Tabela 7. Biodiversidade do PARNASO.

Biodiversidade do Parque em números	
Espécies vegetais catalogadas	2800
Espécies de aves	462
Espécies de mamíferos	105
Espécies de anfíbios	103
Espécies de répteis	83
Espécies ameaçadas de extinção	120
Total de espécies bióticas	3573

Fonte: (PARNASO, 2008)

3.2.5 Interpretação e uso público

Para que o público possa conhecer e usufruir dos atrativos do Parque criaram-se trilhas de acesso aos picos, às vias de escalada, aos pontos cênicos, às grutas, aos poços dos rios e cascatas e às edificações do período colonial (Tabela 8). As trilhas para os principais atrativos encontram-se sinalizadas.

Há, ainda, a trilha Caminhos da Serra do Mar que percorre o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, cruzando diversos municípios. A trilha busca a conservação da Mata Atlântica através da integração das diversas comunidades que ela atravessa. Na região do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, esta trilha percorre aproximadamente 68 km, entrecortando o Parque nos municípios de Magé, Petrópolis e Teresópolis. Uma parte da trilha passa pelo Bonfim, segue subindo a serra pela sua crista, e termina na Sede de Teresópolis. Esta trilha é importante para este projeto, já que ela percorre trechos do Caminho do Ouro e do Caminho de Ferro que se situam na região da Serra dos Órgãos voltada para Petrópolis (Anexo H).

Como suporte para as atividades de montanhismo, o Parque possui dois abrigos localizados nas partes altas da montanha e ambos estão equipados com cozinha, casas de banho, água quente, dormitórios e área de campismo. O Centro de Visitantes da Sede

de Teresópolis também faz parte do equipamento de uso público e a exposição disponível para os visitantes possibilita um melhor conhecimento dos acervos do Parque (Figura 18). O Parque também oferece mapas impressos gratuitos (Anexos I), além de recomendar guias locais formados e registrados.



Figura 18. Da esquerda para a direita e de cima para baixo: placas de sinalização de atrativos do Parque – em alto de montanha e em áreas de maior visitação (em verde) –; abrigo e tendas disponibilizadas pelo próprio Parque; Centro de Visitantes – exterior e interior – da Sede de Teresópolis.

Tabela 8. Atrativos do PARNASO.

ATRATIVOS DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS
Atrativos de Teresópolis
Piscina e Bosque Santa Helena
Poço do Castelo
Poço Dois Irmãos
Estrada da Barragem
Trilha da Primavera
Trilha Mozart Catão e Mirante Alexandre Oliveira
Cachoeira Ceci e Peri
Trilha Suspensa
Trilha da Pedra do Sino
Big Wall Pedra do Sino
Nariz e Verruga do Frade
Papudo
Atrativos de Petrópolis
Poço do Paraíso
Poço das Bromélias
Gruta do Presidentes
Cascata Véu da Noiva
Cascata das Andorinhas
Pedra do Açu e Castelos do Açu
Pedra Comprida
Pedra do Cone
Morro da Reunião
Pico do Alcobaca
Pico da Mãe d'Água
Caminhos da Serra do Mar (percorre o Parque em Magé, Petrópolis e Teresópolis)
Atrativos de Guapimirim
Poço Verde
Poço da Preguiça
Poço da Ponte Velha
Poço do Sossego
Poço da Capela e Capela
Trilha Mãe d'Água e Meia Lua
Dedo de Deus (trilha e escalada)
Dedo de Nossa Senhora (trilha e escalada)
Escalavrado (trilha e escalada)
Atrativos de Magé
Cascata do Monjolo
Vias de escaladas: Corujas e Italianos

3.2.6 História do Parque

Criado em 1939, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi o terceiro Parque oficializado no país. Situa-se a aproximadamente 80 km da cidade do Rio de Janeiro e abrange partes dos quatro municípios referidos antes: Teresópolis, Guapimirim, Magé e Petrópolis. Desde 1992 tornou-se uma Reserva da Biosfera, sendo o primeiro Parque brasileiro a entrar neste Programa. As Reservas da Biosfera fazem parte de um Programa da Unesco – o Homem e a Biosfera –, que visa conciliar áreas de preservação da natureza a atividades humanas. A gestão participativa é um dos critérios deste Programa, tendo passado a fazer parte, mais efetivamente, da forma de atuar do Parque desde 2005 (Santos, Freire, Brasileiro, & Mussi, 2007). O Parque tem, portanto, a equipe de técnicos contratados, que opera de forma orgânica (Anexo J), e tem também um Conselho Consultivo. O Conselho Consultivo conta hoje com instituições e entidades dos mais diferentes perfis que representam os quatro municípios que abrigam o Parque, alguns dos quais participam na sua gestão. A sua composição é feita por associações de moradores e produtores rurais do entorno, pelo sector do turismo e por diversas instituições: de pesquisa, usuárias de recursos ambientais, operadoras ou prestadoras de serviços (Anexo K).

Diversas Universidades e Centros de Pesquisa mantém parcerias com o Parque e desenvolvem pesquisas sobre questões que o envolvem.

3.3 A Entrada de Petrópolis e o seu entorno

A entrada de Petrópolis situa-se na localidade do Bonfim, que se insere na face da Serra dos Órgãos voltada para o interior do continente. Esta região está separada de Guapimirim e Teresópolis por uma “parede natural” de montanhas que atingem 2.263 metros de altitude. A localidade do Bonfim situa-se no Vale do Bonfim e pode ser dividida em Baixo e Alto Bonfim (Figura 19). O Baixo Bonfim é um aglomerado urbano constituído por trabalhadores da cidade de Petrópolis. O Alto Bonfim é rural, combinando habitações mais espaçadas e áreas de produção agrícola; a sua população é composta principalmente por produtores rurais, cujas produções chegam até 100 mil

unidades de produtos agrícolas ao dia³⁰. No terreno, entretanto, esta divisão entre Baixo e Alto Bonfim é dissolvida em relações entre familiares, amigos e proprietários de terras que habitam a região.

Para se chegar ao Bonfim³¹, o principal ponto de referência é a localidade de Corrêas. É aí que se inicia a estrada que conduz ao Bonfim e à entrada do Parque. Por Corrêas passaram o Caminho Novo da Serra da Estrela e os Caminhos de Ferro, já mencionados anteriormente. A Sede da Fazenda Corrêas, classificada como património histórico, hoje abriga o “Colégio Padre Corrêas” – uma das principais escolas completas da região.



Figura 19. O Vale do Bonfim e ao fundo, entre os maciços rochosos do centro da fotografia, situa-se a entrada do Parque. A localidade do Bonfim é a área construída que se vê ao fundo e à direita do Vale.

Após Corrêas, percorrem-se aproximadamente 9 km ao longo do Vale do Bonfim, sempre a subir em direção a maciços rochosos. O Rio Bonfim, que nasce no Parque, desce por este Vale. As características da via alteram-se no percurso: no início, junto a Corrêas, surgem quintas que abrigam moradias invisíveis atrás de muros altos e portões imponentes, pertencentes a um alto extrato socioeconómico. Adiante, quanto mais se

³⁰ Entre hortaliças e flores.

³¹ Para me referir à região do Bonfim como um todo – englobando Baixo e Alto Bonfim, empregarei apenas Bonfim. Entretanto, destacarei o Alto Bonfim quando me referir à parcela de terras do Vale que estive dentro da área do Parque.

avança em direção aos maciços rochosos, mais sinuoso fica o caminho, escasseiam as quintas, surgem casas de construção simples e lixo pelas bermas da estrada. Aos poucos, as casas tornam-se mais frequentes e aglomeradas; surgem a escola, a mercearia, o supermercado, indicando o centro urbano do Bonfim (Anexo L). Após o centro, avistam-se áreas de cultivo sobre as encostas, as casas ficam mais espaçadas e a estrada mais íngreme. Em meio a este cenário, no enclave dos maciços rochosos e à beira do Rio Bonfim, surge a entrada do Parque. A história do Bonfim relacionada com a colonização portuguesa é mais recente do que outras dimensões históricas partilhadas pelas outras entradas, e no passado, a área que corresponde ao Alto Bonfim esteve dentro dos limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

Para a compreensão mais profunda dessa história e da percepção dos habitantes do Bonfim sobre as questões do conflito das terras, baseei-me na dissertação de Mestrado de Frances Vivian Corrêa, da UFRJ³². Esta dissertação, recomendada pela equipe do Parque, inclui entrevistas com diversos habitantes do Bonfim e com indivíduos do Parque, proporcionando uma percepção qualitativa das suas relações. Outras fontes como vídeos na rede digital também me possibilitaram “conhecer” e ouvir alguns habitantes do Bonfim sobre a questão. Recorri ainda a outras duas pesquisas que incidem, uma sobre os processos de formação e definição dos limites do Parque, de Leonardo G. M. Da Rocha (2007), e outra, sobre a redelimitação do Parque na área do Alto Bonfim e o acordo estabelecido com os habitantes de todo o Vale do Bonfim, de Natasha Sophia C. B. da Mota (2016).

3.3.1 História da Localidade do Bonfim

A origem do Bonfim vem da Fazenda do Bonfim, ou Fazenda da Palha – um dos seis latifúndios que no passado se sobrepunham à configuração inicial de 11 mil hectares do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Rocha, 2007) (Anexo M). A Fazenda do Bonfim iniciou as suas atividades no fim do século XIX e pertenceu à família Sampaio, proprietária do Banco Construtor do Brasil. A Fazenda possuía cerca de 180 empregados e, além de cultivar tomate, tomilho e flores, criava gado. Detinha também animais silvestres e exóticos, entre eles, onças, ursos, leões e pavões, formando o que

³² Universidade Federal do Rio de Janeiro.

chegou a ser o maior jardim zoológico privado da América do Sul (Corrêa, 2009)³³. Possuía energia elétrica e recebia visitas de personagens ilustres, como Getúlio Vargas, presidente do Brasil de 1930 a 1945³⁴. A partir de 1940, com a falência do Banco, a Fazenda do Bonfim entrou em decadência – o armazém de venda de suprimentos para os empregados fechou e os salários entraram em atrasos, sendo aos poucos abandonada pelos proprietários. Com o abandono das instalações, alguns empregados deixaram a propriedade e outros que lá permaneceram, cuidaram dos animais e mantiveram o cultivo para a sua subsistência.

A partir da década de 1960, novos habitantes chegaram à região – alguns provenientes de Portugal e outros de Caxambu, vale próximo³⁵. As infraestruturas da Fazenda foram aos poucos ocupadas e novas casas foram construídas. O Bonfim foi assim surgindo: o que antes eram quatro ou cinco casas, torna-se uma concentração semiurbana e espalha-se por áreas já situadas no interior do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O Parque, que já existia desde 1939, não tinha até então efectuado a demarcação dos seus limites no terreno. Quando o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF deu início a esse processo de demarcação, em 1984, uma população considerável já vivia dentro da área do Parque³⁶. Os anos que se seguiram foram anos de tensão, marcados por desconfiança nas relações entre o Parque e os habitantes do Bonfim. A disputa resultava de falta de clareza sobre os limites reais do Parque. Os habitantes do Alto Bonfim caracterizavam-se, e ainda se caracterizam, por agricultores de pequeno e médio porte e donos de estabelecimentos para turismo local³⁷.

A disputa de terras no Bonfim, no entanto, já havia ocorrido ao longo da década de 1970, quando descendentes dos proprietários da Fazenda Bonfim tentaram reaver as terras. A partir daí, a primeira associação de habitantes do Bonfim foi formada em 1980 – a Associação de Moradores e Produtores do Bonfim –, visando unir forças para a

³³ Uma pesquisa da história deste zoológico da Fazenda do Bonfim mostra-se como uma necessidade para o conhecimento da história local e regional.

³⁴ Getúlio Vargas também governou o Brasil de 1951 a 1954.

³⁵ O Vale do Caxambu também abriga produtores agrícolas; na época foi considerado menos fértil e com água menos abundante que o Bonfim.

³⁶ O IBDF foi extinguido em 1989 e corresponde, hoje, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

³⁷ Os cultivos são de hortaliças e flores e há três estabelecimentos de turismo local.

obtenção da posse das terras (Rocha, 2007). Posteriormente outras associações surgem: a Associação de Produtores Rurais do Bonfim – formada por agricultores que precisavam reunir condições para a venda dos seus produtos no Horto Mercado de Itaipava – o maior mercado regional de distribuição de frescos; a Associação de Apoio à Escola Rural do Bonfim – formada por pais, professores e amigos da Escola – e a Sociedade Vale do Bonfim – formada por proprietários de estabelecimentos turísticos (Corrêa, 2009).

Apenas em 1994 os limites do Parque são fixados, tornando claro para os habitantes que a região do Alto Bonfim estava, de facto, dentro dos domínios do Parque (Rocha, 2007). Em 1997, apesar das tensões sobre a posse das terras, um produtor agrícola cedeu uma parcela da sua terra para a construção de uma guarita na entrada do Parque. Outro habitante financiou a construção; habitantes locais construíram-na e em 1999 a entrada foi inaugurada. Todo este processo de mobilização promoveu uma melhoria na relação entre o Parque e os habitantes do Bonfim. Mulheres assumiram a direção da Associação de Moradores e Produtores do Bonfim e o diálogo foi melhorado (Corrêa, 2009).

Mais tarde, em 2004 e 2005, outro fator vem, provavelmente, facilitar a relação do Parque com o seu entorno – a reativação da gestão participativa. Através do registo, consulta, organização e convocação dos diversos atores sociais do entorno, o Parque reorganizou o Conselho Consultivo e criou o CONPARNASO, composto por 49 entidades representantes (Santos et al., 2007).

Em 2008, com este ambiente mais favorável e as populações do entorno sensibilizadas com a problemática da preservação dos acervos do Parque, o Bonfim faz uma proposta inovadora. Apresentada por um novo grupo de habitantes – o Grupo de Trabalho do Bonfim –, formado no ano anterior, a proposta previa, não somente a redelimitação do Parque, como também uma participação cooperativa na conservação do meio ambiente. A redelimitação deveria ter em conta as famílias, a produção económica e a conservação da biodiversidade local. Os habitantes do Bonfim retribuiriam com diversas ações, entre elas, a construção de outra guarita no novo limite sugerido, a vigília e a denúncia sobre ações danosas à natureza na região do Vale do Bonfim, a realização de um pacto socio-territorial, o desenvolvimento de um projeto em agroecologia e de desenvolvimento sustentável. O documento previa também um Termo

de Cooperação Técnica. A partir desta proposta foi feita a redelimitação da área do Parque, favorecendo os habitantes do Alto Bonfim (Da Mota, 2016).

A situação entre o Parque e o Alto Bonfim, fica finalmente estabelecida de forma apaziguada em 2014. Aproximadamente 101 hectares (1.01 km²) do Alto Bonfim são desmembrados do Parque e reclassificados. Esta área desmembrada, com 86 famílias e 304 pessoas, passa a pertencer à Área de Proteção Ambiental de Petrópolis (APAP) – outra categoria de Unidades de Conservação da natureza (Da Mota, 2016). Nesta categoria, as áreas prevêem atividades de desenvolvimento sustentável, podem ser habitadas, possuem tutela mista entre particulares e pública e são dotadas de um Conselho Gestor composto por representantes da população e do governo.

A história da localidade do Bonfim com o Parque passa, portanto, por diversos momentos: os anos de tensão e de indefinição dos limites do Parque e, conseqüentemente, da posse das terras – período em que os habitantes se organizam e criam as associações; o momento da definição dos limites do Parque e da mobilização dos habitantes para a construção da guarita; momento da reativação da gestão participativa pela direção do Parque e, finalmente, o momento atual de maior equilíbrio de interesses, quando os habitantes da localidade do Bonfim propõem um termo de cooperação em contrapartida ao direito de propriedade das terras do Alto Bonfim. A redefinição dos limites do Parque aceitando a proposta apresentada pelos próprios habitantes do Bonfim dá início a uma nova fase desta história.

A nova configuração dos limites do Parque na área do Alto Bonfim culmina com a assinatura de um Termo de Compromisso, entre as duas partes envolvidas no processo, incluindo todo o Vale do Bonfim. Entre os itens que constam neste documento surgem: o acompanhamento e controle individualizado de cada família ou proprietário; a manutenção das áreas dedicadas ao cultivo e a não expansão das mesmas; a restrição do uso de agrotóxicos e, em três anos, a conversão total para o uso de técnicas de cultivo biológico; o controle das construções segundo recomendações técnicas específicas; o desenvolvimento de atividades turísticas unicamente de baixo impacto; a promoção da educação ambiental por parte do Parque.

O Termo de Compromisso envolve questões que podem ser importantes na concepção do Centro Interpretativo, principalmente porque demandam um acompanhamento constante e próximo dos habitantes do Vale do Bonfim por parte do

Parque: são exigidas orientações técnicas aos agricultores e a promoção de novos valores culturais. A agricultura biológica, por exemplo, é particularmente importante já que o Brasil vive a legalização do uso de diversos agrotóxicos que são internacionalmente reconhecidos como nocivos à saúde e proibidos em outros países (Kokay & Gomes, 2015; Lima, 2018).

3.3.2 O Bonfim no presente

Atualmente, a relação entre a comunidade do Bonfim e a direção do Parque é pacífica, mas ainda são enfrentadas algumas tensões. Apesar de um Termo de Compromisso ter sido assinado, diversas práticas que intervêm negativamente no acervo do Parque ainda são efetuadas. Caça e captura de pássaros; construções irregulares; desmatamento; poluição dos rios; deposição de lixo; utilização de recursos naturais do Parque; queimadas e uso de agrotóxicos no cultivo continuam a ser praticados por alguns habitantes do Vale do Bonfim. O Parque procura mitigar essas práticas através de atividades de formação e orientação destinadas a esses habitantes, como também aos de outras regiões do entorno. Entre essas atividades estão formações para guias e bombeiros, orientações sobre técnicas tradicionais de agricultura sem o uso de agrotóxicos, orientações sobre a construção de fossas sépticas e, ainda, programas educativos para as escolas locais.

O facto de terem surgido diversas associações entre os habitantes do Bonfim denota a existência de diferentes pontos de vista. Produtores rurais e proprietários de estabelecimentos para o turismo local revelam diferentes posicionamentos em relação à natureza e ao meio ambiente (Corrêa, 2009). Enquanto para os agricultores, a natureza é, principalmente, uma fonte direta de subsistência, para os que têm estabelecimentos turísticos, a natureza e o Parque são fontes indiretas – são os grandes motivos de visita e elementos de apreciação. Outros posicionamentos diferentes entre os habitantes manifestam-se também ao nível do processo de demarcação dos limites do Parque. Na sua fase inicial, em 1984, as terras pertencentes aos estratos sociais mais altos parece terem sido poupadas, não o sendo posteriormente quando as terras em discussão estavam ocupadas por pessoas de estratos mais baixos. Esta questão específica causou ressentimentos e gerou tensões nos habitantes do Bonfim em relação ao Parque (Corrêa, 2009; Da Mota, 2016; Rocha, 2007). Através deste facto percebe-se que os detentores de maior poder económico recorreram a outros meios para assegurar a

posse das suas terras, destacando-se dos outros proprietários de terras no Vale do Bonfim. Apesar das diferenças existentes entre uns e outros habitantes do Vale, o processo de reivindicação do direito à propriedade e ao uso das terras no Alto Bonfim provocou uma coesão dos habitantes da região.

Atualmente, a população do Vale do Bonfim conta com aproximadamente 3000 habitantes. A fim de divulgar o turismo no Vale, um grupo de habitantes criou o “Circuito Vale do Bonfim”, que promove os produtos rurais, o alojamento local e o próprio Parque.

Se por um lado os habitantes do Bonfim adquiriram um sentimento maior de posse e de responsabilidade pela região onde vivem, por outro lado, da parte do Parque, esta organização da população traz a percepção de que é necessário envolver os habitantes do entorno continuamente. Quando envolvida, a população mostra-se uma aliada, facilitando as ações de inclusão dos diversos atores sociais.

3.4 Idealização de um Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis

3.4.1 A percepção do Parque

O reconhecimento por parte do Parque da necessidade de construir um centro de visitantes na entrada de Petrópolis relaciona-se com diversos fatores e não somente com o conflito acerca da ocupação de terras no Alto Bonfim³⁸. Desde 2003, o Parque adotou uma política de benefício das vizinhanças e estabeleceu uma redução de 50% no valor dos bilhetes para os residentes do entorno. A partir desta política, a pressão sobre as trilhas, rios, cascatas e espaços de uso público do Parque tem sofrido grande aumento. Em temporadas de verão, quando os banhos de rio e as atividades ao ar livre são muito procurados, a direção do Parque já se viu forçada a recuar nesta política. De qualquer forma o número de visitantes exteriores que acede ao Parque pela entrada de Petrópolis também tem aumentado e o seu impacto sobre o acervo natural tem se tornado um problema crescente.

³⁸ Emprego neste tópico a expressão utilizada pela equipe do Parque: centro de visitantes.

Após reuniões com os responsáveis do Parque pela coordenação de pesquisas e gestão do uso público, pude obter informações sobre a situação corrente dos habitantes do entorno, incluindo os habitantes do Bonfim. A equipe do Parque, além de me disponibilizar pesquisas acadêmicas relativas a diversas questões em torno do Parque, manifestou também os seus desejos e pontos de vista sobre o futuro centro de visitantes para a entrada de Petrópolis³⁹. Em 2016, visando a concretização deste projeto, o Parque concluiu o processo de compra de um imóvel situado junto à entrada, próximo da já existente guarita. O imóvel adquirido corresponde às antigas instalações do alojamento local “Cabanas do Açú”: estas instalações serão a base para a estruturação da nova Sede (Anexos N). A área adquirida possui acesso exclusivo e diversos edifícios, entre eles um edifício principal e cinco bangalôs independentes. Para a equipe do Parque, os itens fundamentais para as instalações desta Sede são:

- a. Guarita de cobrança
- b. Área de exposição
- c. Mini-auditório (para 50 pessoas)
- d. Loja/café
- e. Área de campismo
- f. Estacionamento
- g. Escritórios
- h. Alojamento funcionários/pesquisadores
- i. Alojamento brigada
- j. Almoxarifado brigada
- k. Residência funcional

O edifício principal deverá ser adaptado para o futuro centro de visitantes, abrigando exposição, cafeteria e loja (Figura 20). O orçamento do Parque é limitado e deseja-se que um mínimo de obras de adaptação seja feito. A previsão para os outros edifícios pode ser vista no Anexo O.

³⁹ A equipe era composta por Cecília Cronemberger (coordenação de pesquisa) e Jorge Nascimento (uso público).



Figura 20. Área em que será instalada a Sede de Petrópolis e interior do edifício principal, previsto para o centro de visitantes, com exposição, cafetaria e loja. Fonte: Relatório do Grupo de trabalho de planejamento da Sede Petrópolis do PARNASO.

O desejo manifestado pela equipe do Parque é que este novo “centro” valorize o seu acervo e potencie a visita do público, tornando-a melhor e mais interessante. Idealmente, deverá envolver a comunidade do Bonfim e a passagem pelo espaço deverá ser obrigatória para todos os públicos, operando como um Centro de Visitantes⁴⁰. Esta preocupação tem origem nos diversos problemas enfrentados com a depredação do ambiente do Parque e do seu acervo. Problemas de deposição de lixo, inscrições nos troncos das árvores e nas rochas, retirada de exemplares de espécies naturais, uso de equipamentos de som e produção de ruído, destruição de trilhas, entre outros, são práticas recorrentes. É constatável, portanto, que estamos perante os mesmos problemas que motivaram a construção dos Centros de Visitantes dos Parques norte-americanos nas décadas de 1950 e 60 e que impulsionaram o treinamento dos guias e o surgimento da interpretação patrimonial. As mesmas preocupações motivam este projeto brasileiro.

⁴⁰ É oportuno aqui destacar que os Parques brasileiros têm como modelo os Parques norte-americanos (ICMbio 2006; p. 12).

A depredação sobre o Parque é efetuada por todo o tipo de público – visitantes que vêm de longe, os visitantes das regiões circunvizinhas e os visitantes locais, que habitam o Bonfim.

3.4.2 O modelo do Centro Interpretativo e o seu potencial de ação

Embora a equipe do Parque tenha como modelo os Centro de Visitantes dos Parques norte-americanos, a ideia de constituir de um Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis parece ser um modelo adequado ao contexto em que se realizará. Um Centro Interpretativo, além de poder apresentar o acervo do Parque, operará como uma interface da região, revelando aspetos da história, da paisagem, dos habitantes, das tradições culturais. Acima de tudo, um Centro Interpretativo prevê a aplicação dos ideais da museologia contemporânea nos seus processos de elaboração e gestão. Os fundamentos destes ideais radicam no museu integral, que recomenda a inclusão social através da criação de relações entre o património e as realidades dos públicos do entorno. A inclusão social e a preocupação com a promoção do conhecimento nestes públicos confirmam o compromisso do projeto com a educação não formal. Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, decidindo por temas, atividades e linguagens que sejam adequados aos contextos sociais do entorno são os princípios que conduzem as ações de um museu integral e que aqui devem ser perseguidas.

As diversas recomendações da museologia contemporânea para o património fora de portas que foram abordadas no Capítulo 1 guiam o projeto agora proposto. A consideração do significado do Parque para os públicos que o frequentam é recomendada pela Carta de Burra; a gestão dos fluxos dos públicos no turismo fora de portas e as estratégias de comunicação com estes públicos encontram suporte no Documento para a Gestão do Turismo em Sítios de Significado Cultural; o controle das áreas do entorno do património como estratégia de manutenção da paisagem encontra suporte na Declaração de Xi'an. A inclusão dos diversos públicos e a atenção dada aos aspetos intangíveis do património são suportados pela Declaração sobre a Diversidade Cultural e pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Os museus comunitários e a participação ativa dos indivíduos como estratégia para a construção identitária das comunidades são suportados pelos princípios dos ecomuseus e pela Declaração de Québec. A Carta de Siena é um importante documento na

afirmação das competências da museologia contemporânea para gerir as diversas dinâmicas culturais de um território. Para aspetos da valorização do património e da promoção de mudança de comportamento baseio-me nos princípios da interpretação patrimonial, abordados no Capítulo 2. Será, portanto, em todo este manancial de referências que me apoiarei para formular a proposta do Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis.

3.4.3 Metodologia do Projeto

Para elaborar a proposta do Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis adoto a metodologia de projeto. Isto é, entendo este projeto como uma proposta de concepção, o que significa que nesta fase me proponho idealizar soluções, embora elas possam não vir ter uma concretização efetiva. Enquanto proposta de concepção, algumas direções do projeto precisaram ser assumidas para que o projeto ganhasse corpo. A identificação dos recursos patrimoniais e pontos de interesse do Parque considerei deverem ser uma referência inicial necessária. Numa possível concretização do projeto, os habitantes do Bonfim e das áreas abrangidas deverão ser envolvidos na identificação dos recursos patrimoniais. A reflexão e o debate com esses habitantes sobre o património local e sobre as suas memórias proporcionarão uma oportunidade de consolidação da identidade cultural dessas comunidades e tornará o projeto mais consistente. Esta participação no processo de construção do Centro Interpretativo propiciará também uma compreensão mais aprofundada sobre os valores do acervo do Parque.

Em relação à comunidade do Bonfim, a sua integração deverá ser contínua, tornando possível o aprofundamento do projeto e também da sua apropriação. Esta apropriação deverá igualmente reforçar o papel que o Bonfim possui como área de amortecimento da delapidação do Parque.

Idealmente, as estratégias de interpretação patrimonial propostas para os outros públicos que interagem com o Parque, além dos habitantes do Bonfim, deverão também contar com processos interativos.

Para gerir as informações e o processo de trabalho, baseio-me na metodologia de projeto adotada pelo *National Park Service* dos EUA (National Park Service, 2007), que surge sintetizada na fórmula da Tabela 9.

Tabela 9. Equação para a Interpretação do Património.

Equação para a Interpretação do Património		
(CR + CD) x TA = OI	CR	Conhecimento do Recurso (características do património, dos recursos humanos e financeiros)
	CD	Conhecimento do destinatário (características do público)
	TA	Técnicas Adequadas
	OI	Oportunidade para Interpretar

Fonte: (National Park Service, 2007).

3.4.4 Especificações sobre os recursos abrangidos pelo Centro Interpretativo

Seguindo a fórmula da Tabela 9, considero os recursos do Parque, os recursos do Vale do Bonfim e, também os recursos do entorno mais alargado, ou seja, aqueles que se situam para além do Vale do Bonfim.

Do Parque considero o seu acervo biótico e abiótico e as trilhas que possibilitam a apreciação destes acervos (Tabela 8) (Anexo P).

Como principais recursos do Bonfim defino a agricultura e atividades relacionadas, como o cultivo de espécies de árvores da Mata Atlântica e a apicultura. Em termos de recursos visitáveis que representam a história e o perfil dos habitantes há a considerar as antigas estruturas da Fazenda Bonfim, a Capela do Nosso Senhor do Bonfim, alguns bares e estabelecimentos de alojamento turístico. As estruturas da Fazenda, apesar de se encontrarem deterioradas e alteradas pelos diferentes usos ao longo dos anos, possibilitam que se tenha uma percepção da sua história, principalmente quando acompanhada de relatos dos atuais proprietários e de habitantes locais. A Capela do Nosso Senhor do Bonfim teve a sua construção concluída em 1903 e apresenta uma mistura de estilos, entre eles, resquícios do Barroco. A comunidade do Vale do Bonfim mobilizou-se e restaurou a Igreja e o seu jardim é mantido pela comunidade. Os bares – do Torinho, do Tchê e do Haroldo – são mais do que bares: são pontos de encontro dos habitantes e cada um deles possui características próprias, relacionadas com o perfil dos seus proprietários. Os bares possibilitam a conversa e o conhecimento da culinária local. Os estabelecimentos de alojamento turístico e os seus proprietários, instalados há

muitos anos no Bonfim, também participaram na história de reivindicação da posse das terras. Estes habitantes prezam pela conservação da natureza, pelo silêncio e pelo cuidado do meio ambiente. Esses recursos encontram-se na área do Alto Bonfim e estão reunidos na Tabela 10 e alguns deles estão apresentados no Apêndice A. Como já referido anteriormente, outros bens patrimoniais e pontos de interesse desta área, poderão ser recolhidos em dinâmicas efetuadas junto à população local e em trabalhos no terreno, podendo vir a fazer parte da programação do Centro Interpretativo.

Tabela 10. Recursos do Bonfim.

RECURSOS DO BONFIM
Recursos relacionados à agricultura
Cultivo de flores e hortaliças (diversos produtores)
Cultivo de espécies de árvores nativas
Apicultura
Outros Recursos
Instalações da antiga Fazenda Bonfim
Capela do Nosso Senhor do Bonfim
Bares (do Tchê, do Haroldo, do Torinho)
Alojamentos locais

Em relação ao entorno do Parque, diante dos inúmeros bens patrimoniais de caráter histórico existentes, foi preciso delimitar uma área de abrangência para esta proposta. Restringi-me aos vestígios relativos ao Caminho do Ouro e ao Caminho de Ferro (Tabela 11). Alguns destes vestígios estão integrados no projeto Caminhos da Serra do Mar. Outros situam-se em áreas nos arredores da entrada do Vale do Bonfim, em regiões nas imediações de Corrêas. Alguns desses recursos podem ser vistos no Apêndice B. Todas essas áreas se localizam no entorno do Parque, apresentam crescimento urbano desordenado e as condições socioeconômicas dos habitantes são baixas. Por essas razões, esses recursos estão excluídos dos roteiros turísticos, mas podem transformar-se em alavancadores das condições socioeconômicas desses habitantes (Apêndice C).

Assim como referido em relação aos recursos do Bonfim, outros recursos visitáveis e pontos de interesse do Entorno poderão vir a ser recolhidos junto às

populações locais. Estratégias para este trabalho de recolha deverão fazer parte da programação do Centro Interpretativo.

Tabela 11. Recursos do entorno.

RECURSOS DO ENTORNO
Estação de Comboios de Nogueira
Colégio Corrêas (entrada para o Vale do Bonfim)
Igreja da Matriz e Coreto
Estação de Comboios de Cascatinha
Ponte de ferro
Caminhos da Serra do Mar

3.4.5 Perfil Socioeconómico do Vale do Bonfim e do seu Entorno

Os dados sobre os diversos públicos que frequentam o Parque pela entrada de Petrópolis foram obtidos no Plano de Gestão do Parque (2008), nas pesquisas sobre a comunidade do Bonfim, no Plano Diretor de Petrópolis⁴¹ e na reunião com a equipe do Parque.

As pesquisas demonstram que 60% dos públicos que acedem ao Parque pela entrada de Petrópolis habitam no mesmo município e metade desses públicos são visitantes frequentes⁴², o que também reforça a inferência de que esses visitantes habitam localidades no entorno próximo ao Parque. Por esta razão, o Vale do Bonfim como um todo é importante para este projeto. Considera-se relevante também o facto de grande parte das habitações existentes no Vale serem desprovidas de tratamento de esgotos, que são lançados *in-natura* no Rio Bonfim (PARNASO, 2008). A coleta de lixo é feita três vezes por semana, mas o lixo é apontado pelos habitantes como um dos principais problemas.

Diversas áreas do entorno do Parque pertencentes ao município de Petrópolis correspondem ao distrito de Cascatinha, um dos mais populosos e também precários – com 60.000 habitantes e 6.030 domicílios com baixas condições de saneamento. Os contrastes socioeconómicos que marcam todo o país, marcam também essas áreas do entorno do Parque. Na paisagem, as encostas estão cobertas por habitações que denotam

⁴¹ Plano Diretor de Petrópolis, sem data, mas apresenta dados de 2010 e 2011.

⁴² Pesquisa realizada em 2005-2006 (PARNASO, 2008).

a desigualdade da distribuição de renda e a falta de planejamento governamental. No entanto, essas áreas situam-se dentro da zona de amortecimento do Parque e dentro da Área de Proteção Ambiental de Petrópolis. Se, por um lado, esses habitantes buscam os banhos nos rios limpos do Parque, por outro, são as suas próprias casas que poluem os rios da região. A água e o lixo, como se pode verificar, representam questões diretamente relacionadas com as condições de vida dessas populações.

3.4.6 Considerações iniciais da proposta do Centro Interpretativo

Considerando o contexto do Parque no município de Petrópolis apresentado até aqui, o Centro Interpretativo deverá abordar os quatro temas que surgem sintetizados na Figura 21 e detalhados a seguir.

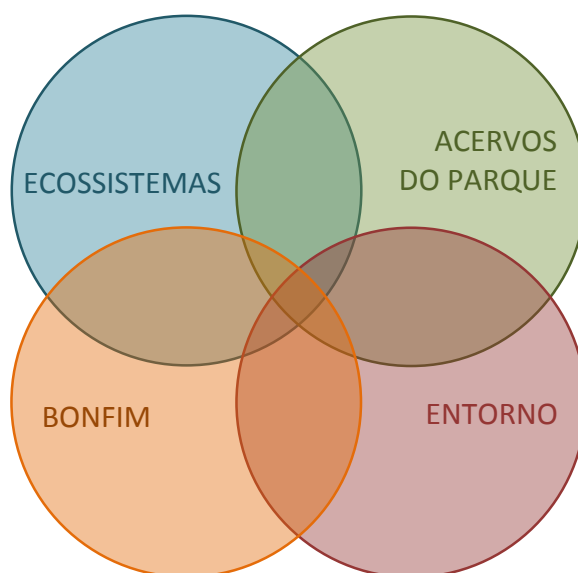


Figura 21: Síntese dos quatro temas definidos para o Centro Interpretativo.

- ECOSSISTEMAS: o património hídrico do Parque e a sua relação com a vida, incluindo aí os resíduos gerados pela ocupação humana;
- ACERVOS DO PARQUE: os acervos biótico e abiótico do Parque, o seu valor, a sua importância na manutenção de ecossistemas e a sua relação com a espécie humana;
- BONFIM: a comunidade do Bonfim, a sua história e relação com o lugar;
- ENTORNO: a integração de testemunhos da história no roteiro Caminhos da Serra.

Em “Ecossistemas”, os recursos do Parque deverão surgir relacionados com a vida dos indivíduos, promovendo a compreensão entre causas e efeitos das práticas culturais. Diante das condições de habitação da população, o Centro Interpretativo deverá abordar a gestão dos resíduos – esgoto e lixo –, destacando as relações de interdependência dos recursos da natureza. Esta relação deverá ser demonstrada de forma interativa ou através de jogos, provocando a percepção da importância do papel de cada indivíduo neste sistema – esse papel é, em geral, tomado como pouco importante para o todo.

Em “Acervos do Parque”, deverão ser promovidos aspectos dos acervos biótico e abiótico criando, sempre que possível, uma relação com a espécie humana. Deverão ser divulgados um ou dois elementos por mês como forma de dinamizar esta divulgação, visando, principalmente, os frequentadores assíduos. Deverão ser associadas a essa divulgação outras estratégias que estimulem a pesquisa, descoberta e observação.

Em “Bonfim”, será dado destaque ao significado que os habitantes do Bonfim conferem às suas terras. O Centro Interpretativo deverá valorizar a história dessas famílias através da criação de um núcleo de memória. Além de objetos que testemunhem as suas vidas, deverá ser prevista a inclusão dos próprios habitantes como guias para as áreas de cultivo e pontos de interesse. Como um estímulo ao cultivo biológico – a exemplo da marca “Natural.Pt” criada em Portugal e referida anteriormente – o Parque deverá ser um facilitador da divulgação desses produtos, apoiando a criação de instrumentos para a sua identificação e valorização junto dos consumidores.

Em “Entorno”, deverão ser promovidos aspectos do meio ambiente e do significado do Parque na vida local. Os testemunhos da história do Caminho do Ouro e do Caminho de Ferro servirão como elementos “âncora” para eventos de maior dimensão e apelo ao público, dada a maior densidade populacional dessas áreas. Os bens patrimoniais da história local deverão também ser valorizados como parte do meio ambiente. Grupos culturais locais e escolas deverão ser envolvidos e estimulados a participar ativamente nos eventos. O Centro Interpretativo poderá formar guias para essas áreas.

Sendo o Parque um destino para atividades fora de portas e frequentado por públicos jovens – entre 16 e 45 anos – devem ser previstas opções de interpretação do património ao ar-livre e destinadas a estas faixas etárias. Isso aliviará as tradicionais

áreas de uso público do Parque – rios, cachoeiras, trilhas. O Documento para a Gestão de Sítios de Significado Cultural recomenda a criação de circuitos alternativos para a redução da pressão sobre o patrimônio. Seguindo esta recomendação o Centro Interpretativo deverá promover estratégias de lazer que envolvam atividades físicas e que possam ser aliadas aos acervos, entre elas, paredes artificiais de escalada⁴³, *slack-lines*, *zip-lines* e trilhas suspensas⁴⁴.

Fazendo valer os ideais da museologia contemporânea como promotora de conhecimento não formal, este Centro Interpretativo deverá oferecer atividades que promovam o divertimento. A promoção de conhecimento deverá adotar os princípios da comunicação interpretativa, entre os quais relembro alguns: divertimento (Ham, 1992b), relação com o público e provocação (Tilden, 1977). Fazendo uso da minha atuação profissional na área das Artes e do carácter lúdico que as artes têm, este Centro Interpretativo deverá empregar as artes como meio de promoção dos acervos patrimoniais e da mudança de comportamento nos habitantes do seu entorno.

Com base nos temas previamente definidos, a seguir apresento a proposta para a concepção do Centro Interpretativo da Sede de Petrópolis. A mesma proposta encontra-se no Apêndice D, sintetizada e em formato de tabelas, nas quais as atividades surgem lado a lado.

⁴³ As paredes artificiais podem ser aliadas aos campos de altitude: um dos micro-biomas existentes no Parque e presente nas partes mais altas da Serra dos Órgãos.

⁴⁴ Na Sede de Teresópolis uma trilha suspensa no nível da copa das árvores estimula a identificação de espécies botânicas através da observação das formas das folhas.

3.5 Proposta do Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos⁴⁵

Missão

Promover a valorização do património do Parque e da região do seu entorno através do envolvimento dos seus habitantes e da promoção de atividades educativas, lúdicas e artísticas, de forma a tornar-se um ponto de referência para a melhoria da qualidade de vida desses habitantes.

TEMA: ECOSSISTEMAS

(Fichas das Atividades deste tema: Apêndices “E”)

Exposição Permanente

- **Instalação 1: “Árvores-Rios”** - Interpretação do sistema árvores/rios, demonstrando a função das árvores na captação da água da chuva e na preservação dos rios do Parque.
- **Instalação 2: “A vida do rio”** - Interpretação do processo de poluição do Rio Bonfim desde a nascente até o fim do Vale do Bonfim, onde desagua no Rio Piabanha. Possibilitar a percepção da relação entre a concentração da população e a poluição da água através do esgoto e do lixo. Instalação deverá ter amostras de água do Rio Bonfim.

Atividades Complementares

ATIVIDADES DIVERSAS (A-Eco)⁴⁶

- **Rap do Caminhante⁴⁷**: Recepção do público jovem com intenção de percorrer as trilhas feita em formato de Rap.
- **Concurso “Rap do Caminhante”** envolvendo jovens do Bonfim e do Entorno.

⁴⁵ A síntese das atividades propostas encontra-se no Apêndice D.

⁴⁶ A-Eco: Atividades sobre Ecossistemas.

⁴⁷ Rap: gênero musical.

- **Evento “Rap do Caminhante”:** apresentação dos selecionados / finalistas para o público. Local da apresentação definido pelo Conselho Consultivo. Evento realizado, preferencialmente, junto à património classificado do Entorno (por exemplo, junto ao coreto da Igreja da Matriz).
- **Passeio “Rio Bonfim do início ao fim”:** Passeio ao longo do Rio e demonstração do seu processo de poluição através da medição dos níveis de poluição da água. Informações sobre boas práticas do uso da água e do lixo. Atividade oferecida aos habitantes do Bonfim e do Entorno, separada em grupos por faixas etárias. Amostras da água coletadas nesta atividade complementam a Instalação 2 – “A vida do rio”.
- **Conferência “Gestão do Lixo”:** Como é feita a gestão do lixo no município, explanação de situações no mundo. Técnicas para a gestão do lixo doméstico (orgânico e inorgânico). Destinada ao público adulto do Bonfim e do Entorno.

FORMAÇÕES (F-ECO)⁴⁸

- **Formação Guias para o Centro Interpretativo:** Informações sobre o acervo e história do Parque e da região; técnicas de interpretação. Formação oferecida para habitantes do Bonfim e do Entorno.
- **Formação Construção de Fossas Sépticas** (adultos).
- **Formação Construção de Biodigestores** e gestão do lixo orgânico e inorgânico.

TEMA: ACERVOS DO PARQUE

(Fichas das Atividades deste tema: Apêndices “F”)

Exposição

- **Instalações “Tempo-Árvore”:** Interpretação de espécies da flora aliadas ao tempo que necessitam para se tornarem adultas. Como exemplo, as árvores Ouriço-rosa ou Jequitibá-rosa poderão ser representadas em seu tamanho real – 40 metros –, deitadas, como uma linha para ser percorrida, pontuada com os anos necessários para atingir cada intervalo do comprimento. O tempo de crescimento das árvores

⁴⁸ F-Eco: Formação sobre Ecossistemas.

deve ser relacionando com o tempo da vida humana⁴⁹. Outras espécies poderão receber interpretação similar no ambiente exterior, tornando-se “esculturas” semipermanentes.

Exposições Temporária (Ambiente Interior)

- **Exposição 1/ Destaque do mês:** duas espécies bióticas ou abióticas do acervo do Parque (1 imagem em formato A2 para cada espécie, acompanhada das respectivas informações). Preferencialmente deverão ser utilizadas reproduções dos desenhos feitos nas expedições científicas do séc. XIX.
- **Exposição 2/ Espécies Interpretadas:** espécies existentes no Parque interpretadas em oficinas de arte e acompanhadas de informações relevantes. Os trabalhos resultantes das oficinas devem compor exposições temporárias. Os trabalhos poderão estar à venda e os ganhos retornam para os participantes.

Atividades Complementares

ATIVIDADES DIVERSAS (A-PAR)⁵⁰

- **Instalações “Tempo-Árvore” (Construção das Instalações) :** interpretação do tempo de crescimento das árvores da Mata Atlântica. Atividade feita em grupo com o público masculino e agricultor do Bonfim. Emprego de materiais locais (rochas, galhos).
- **Oficinas (1 e 2) Espécies Interpretadas:** de criação de esculturas/desenhos a partir de espécies da fauna e/ou flora e das suas características. Oficinas acompanhadas de atividades de pesquisa sobre as espécies.
- **Concurso “Voa Viola”:** Lançamento do concurso “Voa Viola” envolvendo violeiros da região com músicas compostas a partir do tema “pássaro bom é pássaro solto” (concurso aberto a todas as regiões que envolvem o Parque).

⁴⁹ O Ouriço-rosa e o Jequitibá-rosa são as árvores de maior porte no Parque e podem atingir 40 metros de altura e troncos com 2,30 ou 4,50 metros de diâmetro, respectivamente, na altura do peito.

⁵⁰ A-Par: Atividades sobre o Acervo do Parque.

- **Evento “Voa Viola”:** Apresentação dos violeiros com composições voltadas ao tema “pássaro bom é pássaro solto”. Evento a ser realizado em local definido pelo Conselho Consultivo.

FORMAÇÕES (F-PAR)

- **Formação - Aulas de violão:** estímulo à escuta dos sons da floresta e composições de viola.
- **Formação - Aulas de flauta:** com pesquisa dos cantos dos pássaros do Parque (para todas as idades). Previsão de apresentação ao público.

TEMA: BONFIM

(Fichas das Atividades deste tema: Apêndices “G”)

Exposição Permanente

- **Mapa do Bonfim** – Os caminhos possíveis a serem percorridos e os cultivos a serem visitados deverão estar representados. Este mapa será feito pelos próprios habitantes do Bonfim e será o ponto de partida para o contacto com a comunidade e para o levantamento dos pontos de interesse do lugar (ver “Mapeamento do Bonfim”).
- **Memória do Bonfim:** A história do Bonfim será revelada através de objetos e fotografias provenientes de doações dos habitantes. Um texto explicará a origem da comunidade a partir da Fazenda do Bonfim.

Atividades Complementares

ATIVIDADES DIVERSAS (A-BON)⁵¹

- **Mapa do Bonfim (construção do mapa):** Identificação do património cultural feita com habitantes do Bonfim em dinâmicas de grupos.

⁵¹ A-Bon: Atividades sobre o Bonfim.

- **Festival “Eu sou o Bonfim”:** habitantes são desafiados a criar as sinalizações dos pontos de visita identificados no Mapa do Bonfim;
- **Festival de Culinária Vegetariana** a partir dos produtos agrícolas locais. Evento em parceria com os Bares/ Restaurantes do Bonfim.
- **Feira de Artesanato** do Vale do Bonfim (local a ser definido pelos habitantes).
- **Criação de selo/certificação** para os produtos sem agrotóxicos produzidos no Bonfim.

VISITAS E CONTACTO COM OS HABITANTES (V-BON)

- Antigas instalações da Fazenda Bonfim.
- Capela de Nossa Senhora do Bonfim.
- Cultivos Agrícolas.
- Os bares do Tchê, do Haroldo, do Torinho.
- Outros (a serem definidos pelos habitantes).

FORMAÇÕES (F-BON)

- **Intoxicação e Meio Ambiente:** Factos da história sobre a contaminação através de agrotóxicos, resíduos humanos e industriais.
- **Cultivo Biológico:** técnicas de cultivo biológico.
- **Casa à Vista:** Técnicas e padrões de baixo custo para construção de residências (isolamento térmico e hídrico). Noções básicas para o planeamento de uma residência e de um espaço urbano.

TEMA: ENTORNO

(Fichas das Atividades deste tema: Apêndices “H”)

Exposição Permanente:

- **Mapa do Parque e do Entorno** com a representação da região abrangida pelo Centro Interpretativo (município de Petrópolis). Devem ser representados o Vale do Bonfim, os bens patrimoniais do Caminho do Ouro e do Caminho de Ferro e

os Caminhos da Serra que se inserem no município de Petrópolis [referidos na Tabela 11: Acervo do Entorno].

Atividades Complementares

ATIVIDADES DIVERSAS (A-ENT)⁵²

- **Recolha do património cultural**, da memória e identificação dos pontos de interesse junto à população do Entorno.
- **Oficina de Criação de Bonecos** com materiais descartáveis. Venda dos Bonecos em pontos estratégicos.
- **Passeio Junino** com bandas locais e apresentação dos bonecos da Oficina de Criação de Bonecos. Percurso do Caminho de Ferro, ligando a Estação Nogueira à Ponte de Ferro.
- **Festival de Teatro “Eu Tenho História”**: apresentação de peças teatrais sobre a história local, criando relação com o papel do Parque. Uso de técnicas do Teatro do Oprimido, envolvendo a participação do público. Cada apresentação deverá incluir um dos bens patrimoniais da Tabela 11.
- **Concurso de Peças Teatrais “Eu Tenho História”**.

FORMAÇÕES (F-ENT)

- **Conferência Histórias do Entorno**: Histórias da ocupação do território do Entorno do Parque, estimulando o interesse pela história regional e individual.
- **Formação Guias do Entorno**: Guias responsáveis pela receção de visitantes aos testemunhos dos Caminhos de Ferro e Caminhos do Ouro.
- **Formação Agente Multiplicador**: Agentes divulgadores do acervo do Parque e das boas práticas no meio-ambiente junto ao seu grupo social. Recebem formação sobre princípios de coletividade, liderança, gestão do lixo e da água. Ganham certificado e pin identificador e são registados no Parque. Destinado ao público jovem dentro e fora da escola – 16 a 25 anos – habitantes do Vale do Bonfim e do Entorno.

⁵² A-Ent: Atividades sobre o entorno.

Conclusão

O reconhecimento da natureza como património – processo iniciado em 1972 – transferiu o foco do bem patrimonial monumental e fabricado, para o ser humano e a sua relação com o meio ambiente. A nova ordem mundial e o estabelecimento do conceito de “desenvolvimento sustentável” conduziram à substituição do princípio da “preservação” pelo princípio da “conservação”. A gestão do património flexibilizou-se para atender às mudanças de um mundo mais populoso e com necessidades de uso dos recursos patrimoniais aumentadas. A valorização dos bens culturais, atendendo aos seus diversos valores e significados, passou a ser ferramenta empregue na conservação de todos os recursos patrimoniais.

A Nova Museologia respondeu a essas mudanças com museus abertos aos públicos e ao seu entorno, criou os museus de território e destacou as funções sociais dos museus. As técnicas expositivas foram renovadas, criaram-se programas interpretativos que envolveram as comunidades do entorno e percebeu-se que a visita ao museu deve ser uma experiência de aprendizagem informal e de prazer. A museologia contemporânea, com a Carta de Siena, aprofunda a sua relação com o meio envolvente e com os atores sociais, colocando o museu como um polo dinamizador e gestor da paisagem cultural e das comunidades do seu sítio de inserção. Os museus contemporâneos dialogam, portanto, com as práticas culturais das comunidades que habitam a paisagem do seu entorno.

Por sua vez, as unidades especificamente dedicadas à conservação da natureza passaram também a considerar as comunidades que interagem com as suas áreas protegidas. A gestão participativa tem sido a estratégia empregue, ou pelo menos

sistematicamente recomendada, para uma gestão abrangente dessas áreas e seus habitantes. A inclusão das populações no processo terá de ser o caminho para lidar com as diversas necessidades que o aumento das populações impõe: mais áreas para a produção de alimentos, mais áreas habitacionais e aumento da procura de atividades de lazer nas unidades de conservação da natureza.

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos viu-se, no decorrer dos últimos 50 anos, rodeado por comunidades que, com carácter menos ou mais rural, tendem a crescer e a tornarem-se comunidades urbanas, ameaçando a conservação da parcela de Mata Atlântica que o Parque protege. Entre essas comunidades, a do Bonfim esteve na razão inicial da proposta aqui apresentada de um Centro Interpretativo. Após uma longa disputa de terras entre o Parque e os habitantes do Alto Bonfim – que estes acabam por vencer –, a direção do Parque percebe a necessidade de uma maior aproximação a esses habitantes e a urgência de conceber um plano estratégico para os fazer aderir à conservação do seu acervo. E a pressão antrópica exercida sobre esta parcela da Mata Atlântica tem crescido também pelo número aumentado de outros visitantes originários de locais mais distantes.

Diante da necessidade de abordar um território, a concepção de um Centro Interpretativo da região mostrou-se adequado. O seu carácter híbrido possibilitava combinar a função de Centro de recepção dos visitantes do Parque e de Centro de interpretação, englobando a comunidade do Bonfim e outras áreas do entorno. Tratando-se de um Centro Interpretativo que buscava incentivar práticas participativas na conservação de paisagens culturais, não pude ignorar alguns bens patrimoniais situados nas proximidades do Parque. Incluí, portanto, a fatia do seu entorno que guarda testemunhos do Caminho de Ferro e do Caminho do Ouro.

O modelo de interpretação patrimonial de Sam Ham (1992) – o seu carácter objetivo, claro e pragmático – foi valioso para o “desenho” das iniciativas e atividades propostas. Dentro dos temas definidos – Ecossistemas, Acervo do Parque, Bonfim, Entorno –, busquei formular iniciativas que incorporassem ao máximo os princípios de interpretação patrimonial recomendados. Busquei também propor atividades que, além de valorizar os bens patrimoniais, tivessem um potencial multiplicador de mudança de comportamentos. O “Agente multiplicador”, proposto como iniciativa complementar no tema “Entorno” é um bom exemplo desta minha preocupação.

Em relação à comunidade do Bonfim, a sua origem recente – desde aproximadamente 1950 –, a sua população composta sobretudo por migrantes internos e imigrantes e a incipiente consistência dos seus traços culturais identitários exigiam a realização de uma aproximação através de pesquisa de campo. Estando a desenvolver esta pesquisa à distância, os bens patrimoniais aqui considerados limitaram-se às informações disponíveis a que consegui ter acesso. A partir de um levantamento prévio pude, contudo, incluir já nesta proposta diversas iniciativas que promoverão a participação ativa dos habitantes do Bonfim. Mas uma pesquisa de campo aprofundada junto dessas populações permitiria outros desdobramentos do próprio projeto agora apresentado. Essa pesquisa proporcionaria meios de inclusão efetiva daquela comunidade, conferindo mais consistência às atividades propostas e aos recursos identificados e selecionados. A aproximação ao terreno traria também a vantagem de poderem ser recolhidos objetos e outros elementos como testemunhos da história desses habitantes, visando a criação do espaço de memória que lhes será dedicado, conforme proposto no tema “Bonfim”.

A distância relativamente ao terreno também se fez sentir na formulação das iniciativas para as áreas do entorno. O aprofundamento do conhecimento sobre o património cultural desses habitantes abriria outro universo de possíveis ações a serem propostas. Esse aprofundamento, entretanto, exigia uma pesquisa de outra dimensão – com mais tempo e com enfoque restrito a essas áreas –, que, contudo, poderá vir a ser um dos desdobramentos futuros deste projeto. As iniciativas aqui propostas são, portanto, um ponto de partida.

Entre os desafios encontrados para o desenvolvimento da proposta estão a histórica exclusão socioeconómica da maior parte dos habitantes do entorno do Parque e, também, a inexistência de planeamento urbanístico. Nestas condições, o baixo nível de percepção das populações sobre os seus direitos e deveres em relação ao ambiente coletivo são problemas que afetam a todos. Como frequentadores do Parque, eles afetam também o seu acervo. A promoção de mudanças comportamentais em relação ao meio ambiente em que vivem – e não exclusivamente em relação ao ambiente do Parque – colocou-se, logo à partida, como um dos requisitos fundamentais da proposta. Diante do quadro apresentado, grande parte das iniciativas formuladas entrecruzam o

acervo do Parque com problemas prementes dessas populações, como a questão da água ou dos resíduos humanos, pensando essas questões dentro de um ecossistema.

Os bens patrimoniais que se encontram nas regiões do entorno, num primeiro momento, pareciam desconectados do Parque. Entretanto, eles mostraram-se como “âncoras” para o desenho de atividades que visam despertar para a percepção crítica do espaço coletivo: espaço este que é o meio ambiente que abriga as populações e que está na zona de amortecimento do Parque. As atividades propostas selecionam, portanto, o espaço público, em torno dos bens patrimoniais e fazem uso do teatro, da música, de feiras e festivais para instigar a criação, o debate e a divulgação de conteúdos que relacionem a história e a cultura local com as questões do meio ambiente da região.

Em relação aos públicos, voltei-me principalmente, para os públicos jovem, adulto e fora das escolas, considerando que é este público que frequenta as trilhas do Parque. Embora o público escolar não tenha sido o meu maior enfoque, diversas iniciativas que proponho também o atendem, ou podem ser para ele adaptadas. Esta decisão baseou-se no facto do Parque já desenvolver atividades voltadas para o público escolar e, também, no facto dos currículos escolares atuais, em geral, já abordarem questões relacionadas com o meio ambiente.

O Centro Interpretativo proposto para a Sede de Petrópolis pretende ser um Centro de receção de visitantes do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, mas também um Centro dinamizador da vida cultural dos habitantes do seu entorno. Agindo de dentro para fora, partindo do acervo do Parque como mote inspirador, o Centro provocará o “processar” de novas práticas culturais que possam estar em sintonia com o meio ambiente e estimulará os habitantes a serem, eles mesmos, os autores das ofertas culturais. Através da promoção da participação ativa nas iniciativas propostas, o Centro Interpretativo não somente divulgará informações sobre o acervo do Parque, mas também promoverá conhecimento sobre os ecossistemas e as suas relações de causa e efeito, promoverá conhecimento sobre a história local e a sua relação com o presente e promoverá a consciência da participação individual e coletiva na configuração de um meio ambiente melhor. Ao estimular os habitantes a serem, eles mesmos, os realizadores da oferta cultural, o Centro Interpretativo promove nesses habitantes a consciência da sua participação na construção do mundo que os cerca.

Tratando-se de uma proposta conceptual, não foram consideradas quaisquer restrições orçamentárias à concretização do projeto. No caso de uma possível concretização desta proposta e se restrições orçamentárias se fizerem sentir, a busca de parcerias para a implementação integral da proposta deve ser considerada. Esta decisão poupará o sacrifício de se desistir da promoção do património do Parque em articulação com os diversos recursos da região.

A relação entre bens patrimoniais, atores sociais e práticas culturais – entrecruzando passado e presente, estimulando o “fazer” participativo dos indivíduos como caminho para o desenvolvimento social, económico e cultural – é a grande contribuição que a epistemologia da museologia contemporânea traz para a abordagem da problemática apresentada por este projeto. Considerando que o Parque enfrenta problemas similares em diversas áreas do seu entorno, esta proposta poderá servir como modelo para outras ações junto dos habitantes dessas áreas. Além da Sede de Petrópolis, a Sede de Teresópolis e a de Guapimirim também poderão adotar as mesmas estratégias para a valorização do património do Parque de forma integrada com as comunidades locais.

Esta proposta busca, através das iniciativas aqui propostas, estimular o não “uso” do Parque, no sentido de “consumo turístico”, mas o seu “uso” como mote inspirador e desencadeador de novas formas de expressão no meio ambiente coletivo. Obtém-se assim, talvez, um modelo que rompe com o pensamento historicamente construído da exploração e do consumo da natureza como um bem inesgotável ou infatigável. O Centro Interpretativo torna-se um instrumento para a redução da ação antrópica nos acervos do Parque, um promotor de novas formas dos atores sociais agirem no seu meio ambiente coletivo e torna-se outra opção de entretenimento para o público. Confirmando a inexistência da dicotomia entre património natural e cultural, o Centro Interpretativo torna-se um espaço onde o futuro do Parque pode ser cultivado para as gerações futuras e a construção da paisagem cultural do seu entorno pode contar com os próprios habitantes da região.

Referências

- Ballart Hernández, J., & Juan i Tresserras, J. (2001). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Beck, L., & Cable, T. (2002). *Interpretation for the 21th Century: fifteen guiding principles for interpreting nature and culture* (2a ed.). United States of America: Sagamore Publishing.
- Brandão, T. (2014, Abril 2). Para uma compreensão histórica da problemática ambiental: pressupostos e implicações políticas. Obtido 5 de Fevereiro de 2016, de <http://www.historiaambiental.org/para-uma-compreensao-historica-da-problematika-ambiental-pressupostos-e-implicacoes-politicas/>
- Chaumier, S. (2009). De l'interprétation au centre d'interprétation. Em *Exposer des Idées* (pp. 43–57). Paris, França: Complicités.
- Corrêa, F. V. (2009). *O Parque Nacional da Serra dos Órgãos: Entendendo a Dinâmica do Conflito na Gestão* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil.
- Côrtes, C. (2018, Julho). Grupo se mobiliza em Petrópolis para criar centro de memória na Casa da Morte. Obtido 11 de Julho de 2018, de <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/04/10/grupo-se-mobiliza-em-petropolis-para-criar-centro-de-memoria-na-casa-da-morte/>
- Da Mota, N. S. C. B. (2016). *Unidades de Conservação: questões fundiárias e redelimitação – a comunidade do Bonfim* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Davis, P. (1999). *Ecomuseums: a sense of place* (1a ed.). London : New York: Leicester University Press.
- Duarte, A. (2010). O Desafio de Não Ficarmos Pela Preservação do Património Cultural Imaterial. *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1*, 41-61 58.
- FPNRF. (2007, Agosto). Les parcs naturels régionaux: 40 ans d'histoire... FPNRF - Fédération des Parcs Naturels Régionaux de France. Obtido de <http://www.parcs-naturels-regionaux.fr/article/histoire>
- French, C. M. (2014). Preserving Mission 66 Modernism - Preservation Leadership Forum - A Program of the National Trust for Historic Preservation. Obtido 28 de Abril de 2018, de <http://forum.savingplaces.org/blogs/special-contributor/2014/07/10/preserving-mission-66-modernism>
- Geertz, C. (1973). *A interpretação das culturas* (1a ed.). LTC.
- Gotoh, S., & Udoguchi, A. (1993). Japan's Policies on Soil Environment Protection - History and Present Status. Em F. Arendt, G. J. Annokkée, R. Bosman, & W. J. V. D. Brink (Eds.), *Contaminated Soil '93* (pp. 3–10). Springer Netherlands. https://doi.org/10.1007/978-94-011-2018-0_1

- Grieger, A. (2012). Only One Earth: Stockholm and the Beginning of Modern Environmental Diplomacy | Environment & Society Portal. Obtido 13 de Fevereiro de 2016, de <http://www.environmentandsociety.org/arcadia/only-one-earth-stockholm-and-beginning-modern-environmental-diplomacy>
- Hachiya, N. (2006). The History and the present of Minamata disease - Entering the second half a century. *JMAJ - Japan Medical Association Journal*, 49 No.3, 112–118.
- Ham, S. H. (1992a). *Environmental Interpretation - a practical guide for people with big ideas and small budgets*. Colorado, USA: North America Press.
- Ham, S. H. (1992b). *Environmental Interpretation: a practical guide for people with big ideas and small budgets*. Colorado, USA: North American Press.
- Ham, S. H. (2013). Introduction to Special Issue. Em *Journal of Interpretation Research* (Vol. 18, pp. 3–6). Asheville, North Carolina: Interppress.
- Hughes, J. D. (2001). *An environmental history of the world humankind's changing role in the community of life*. London; New York: Routledge. Obtido de <http://site.ebrary.com/id/10096549>
- IBAMA/MMA. (2002). *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (3.^a ed.). Brasília.
- ICOM. (2014). Carta de Siena. Itália, ICOM.
- ICOMOS. (1999). Carta de Burra. Austrália, ICOMOS.
- ICOMOS. (2004). Carta Ename para a Interpretação de Sítios Patrimoniais Culturais. Québec, ICOMOS.
- ICOMOSb. (1999). Carta para a Gestão do Turismo em Sítios de Significado Cultural.
- Jacobi, D., & Meunier, A. (2009a). Les Centre d'interprétation : qualités et limites de la reconnaissance sensible du patrimoine. Em *Exposer des Idées - Du musée au centre d'interprétation* (pp. 19–42). France.
- Jacobi, D., & Meunier, A. (2009b). Les Centres d'Interprétation: Qualités et Limite. Em *Exposer des idées: du musée au centre d'interprétation* (pp. 19–42). France: Complicité.
- Junior, J. do N., Trampe, A., & Santos, P. A. dos (Eds.). (2012). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972* (1a ed.). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible Heritage as Metacultural Production. Em *Museum International* (Vol. 56, pp. 52–65). United States of America: Blackwell Publishing.
- Kokay, É., & Gomes, K. (2015, Novembro). Brasil ainda usa agrotóxicos já proibidos em outros países. *Deutsch Welle Brasil*. Obtido de <https://www.dw.com/pt-br/brasil-ainda-usa-agrot%C3%B3xicos-j%C3%A1-proibidos-em-outros-pa%C3%ADses/a-18837979>

- Lamas, I. R., Guimarães, E., Pinto, L. P. de S., & Hirota, M. M. (Eds.). (2007). *Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos - CEPF na Mata Atlântica*. Belo Horizonte: Conservação Internacional - Fundação SOS Mata Atlântica.
- Lima, J. A. (2018, Junho). Em meio à Copa, deputados aprovam mudança na lei de agrotóxicos. *Deutsch Welle Brasil*. Obtido de <https://www.dw.com/pt-br/em-meio-%C3%A0-copa-deputados-aprovam-mudan%C3%A7a-na-lei-de-agrot%C3%B3xicos/a-44383674>
- Ministry of the Environment, Government of Japan. (2014). *History and Current State of Waste Management in Japan*. Japan.
- Morales, J. (1994). Centro de Interpretação? *Carpeta Informativa del Centro Nacional de Educación Ambiental - CENEAM*, (octubre), 2.
- Morales, J., & Ham, S. H. (2008). ¿A qué interpretación nos referimos? *Boletín de Interpretación*, 19.
- Moran, E. F. (2010). *Environmental social science: human-environment interactions and sustainability*. Hoboken, NJ: Wiley-Blackwell.
- National Park Service. (1956, Janeiro). Mission 66 for the National Parks System. U. S. Department of the Interior.
- National Park Service. (2007). Foundations of Interpretation Curriculum Content Narrative. National Park Service. Obtido de <https://www.nps.gov/idp/interp/101/FoundationsCurriculum.pdf>
- National Park Service. (2010, Setembro). National Parks & American Indians: Yellowstone. Obtido 10 de Maio de 2018, de <https://www.nps.gov/seki/planyourvisit/visitorcenters.htm>
- National Park Service. (sem data). National Park Service Uniforms: Badges and Insignia 1894-1991 (Arrowhead Patch). Obtido 10 de Setembro de 2018, de <http://npshistory.com/publications/nps-uniforms/1/sec3.htm>
- Oliveira, L. D. (2012). Os «Limites do Crescimento» 40 anos depois: Das «Profecias do Apocalipse Ambiental» ao «Futuro Comum Ecologicamente Sustentável». *Revista Continentes*, (ano 1, n. 1), 72–96.
- Parc d'Armorique. (2017, Janeiro). Le Parc d'Armorique - Une autre vie s'invente ici.
- PARNASO. (2008). Plano de Manejo: Parque Nacional da Serra dos Órgãos. IBAMA/ICMbio.
- Prats, L. (1998). El concepto de patrimonio cultural. Em *Política y Sociedad* (Vol. 27, pp. 63–76). Madrid: Universidad de Barcelona.
- Rocha, L. G. M. (2007). A situação fundiária do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Obtido de <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/pesquisa-cientifica/19-uncategorised/139-ciencia-e-conservacao-na-serra-dos-orgaos.html>
- Santos, F., Freire, I., Brasileiro, R., & Mussi, S. (2007). Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos: um espaço efetivo de Educação Ambiental. Obtido de <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradosorgaos/pesquisa-cientifica/19-uncategorised/139-ciencia-e-conservacao-na-serra-dos-orgaos.html>

- Tilden, F. (1977). *Interpreting our heritage* (3rd ed.). Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Tugas, P. I., Tresserras, J. J., & Mellin, J. C. M. (Eds.). (2005). *Heritage Interpretation Centres - The Hicira Handbook*. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- UNECE. (2016). Sustainable development - concept and action. Obtido 22 de Outubro de 2016, de http://www.unece.org/oes/nutshell/2004-2005/focus_sustainable_development.html
- UNESCO. (1972). UNESCO World Heritage Centre - The World Heritage Convention. Obtido 27 de Fevereiro de 2016, de <http://whc.unesco.org/en/convention/>
- UNESCO. (1993). *The Biosphere Reserve -25 years later*. Paris: UNESCO.
- UNESCO. (sem data). The Rescue of Nubian Monuments and Sites : UNESCO-CULTURE. Obtido 9 de Fevereiro de 2016, de http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=24168&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html
- UNESCO/ ICCROM/ ICOMOS/ UICN (Ed.). (2016). *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural - Manual de Referência*. Brasília, Brasil.
- US EPA. (sem data). Emissions | Climate Change. Obtido 3 de Fevereiro de 2016, de <http://www3.epa.gov/climatechange/ghgemissions/>
- Varine, H. de. (2009). Le Centre d'interprétation du patrimoine au sein du développement d'un territoire. Em *Exposer des idées: du musée au centre d'interprétation* (pp. 173–179). Paris, France: Complicités.

Apêndices

Apêndice A. Recursos do Bonfim.

(1/3)

RECURSOS DO BONFIM 1/3	
	Nome
	Capela do Nosso Sr. Do Bonfim
	Localização
	Alto Bonfim
	Tutela
	Igreja Católica
	Capela do Nosso Senhor do Bonfim teve a sua construção concluída em 1903 e apresenta uma mistura de estilos, entre eles, resquícios do Barroco. A comunidade do Vale do Bonfim mobilizou-se e restaurou a Igreja; o seu jardim é mantido pela comunidade.
	Nome
	Casa da Fazenda Bonfim
	Localização
	Alto Bonfim
	Tutela
	Privada
	Casa principal da Fazenda Bonfim.
	Nome
	Cultivo de flores
	Localização
	Alto Bonfim
	Tutela
	Privada
	Interior de uma das diversas estufas de cultivo de flores.

RECURSOS DO BONFIM 2/3

Nome	Cultivo de hortaliças
Localização	Ao longo do Vale Bonfim
Tutela	Privada

Nome	Bar e Restaurante do Torinho
Localização	Alto Bonfim
Tutela	Privada

O Bar do Torinho e o do Haroldo (Ficha 2/2) oferecem estacionamento para os visitantes do Parque.

As rodas dos carros de boi da Fazenda Bonfim têm sido utilizadas como mesas para o restaurante.

As refeições utilizam legumes frescos produzidos na região.

RECURSOS DO BONFIM 3/3							
	<table> <tr> <td>Nome</td> <td>Bar do Haroldo</td> </tr> <tr> <td>Localização</td> <td>Alto Bonfim</td> </tr> <tr> <td>Tutela</td> <td>Privada</td> </tr> </table>	Nome	Bar do Haroldo	Localização	Alto Bonfim	Tutela	Privada
	Nome	Bar do Haroldo					
	Localização	Alto Bonfim					
	Tutela	Privada					
Bar e mercearia instalados numa edificação relativamente antiga, perceptível no estilo das janelas. Os diversos objectos vendidos denotam atividades que são praticadas na região, que através de uma pesquisa de campo podem ser inseridas na programação do CI.							
							
	<table> <tr> <td>Nome</td> <td>Bar do Tchê</td> </tr> <tr> <td>Localização</td> <td>Alto Bonfim</td> </tr> <tr> <td>Tutela</td> <td>Bem privado</td> </tr> </table>	Nome	Bar do Tchê	Localização	Alto Bonfim	Tutela	Bem privado
	Nome	Bar do Tchê					
	Localização	Alto Bonfim					
	Tutela	Bem privado					
A beira do Rio Bonfim, o Bar do Tchê tem como identificação um tigre pintado numa pedra. A cultura oral local também terá oportunidade de ser trabalhada a partir de uma pesquisa de campo.							
							

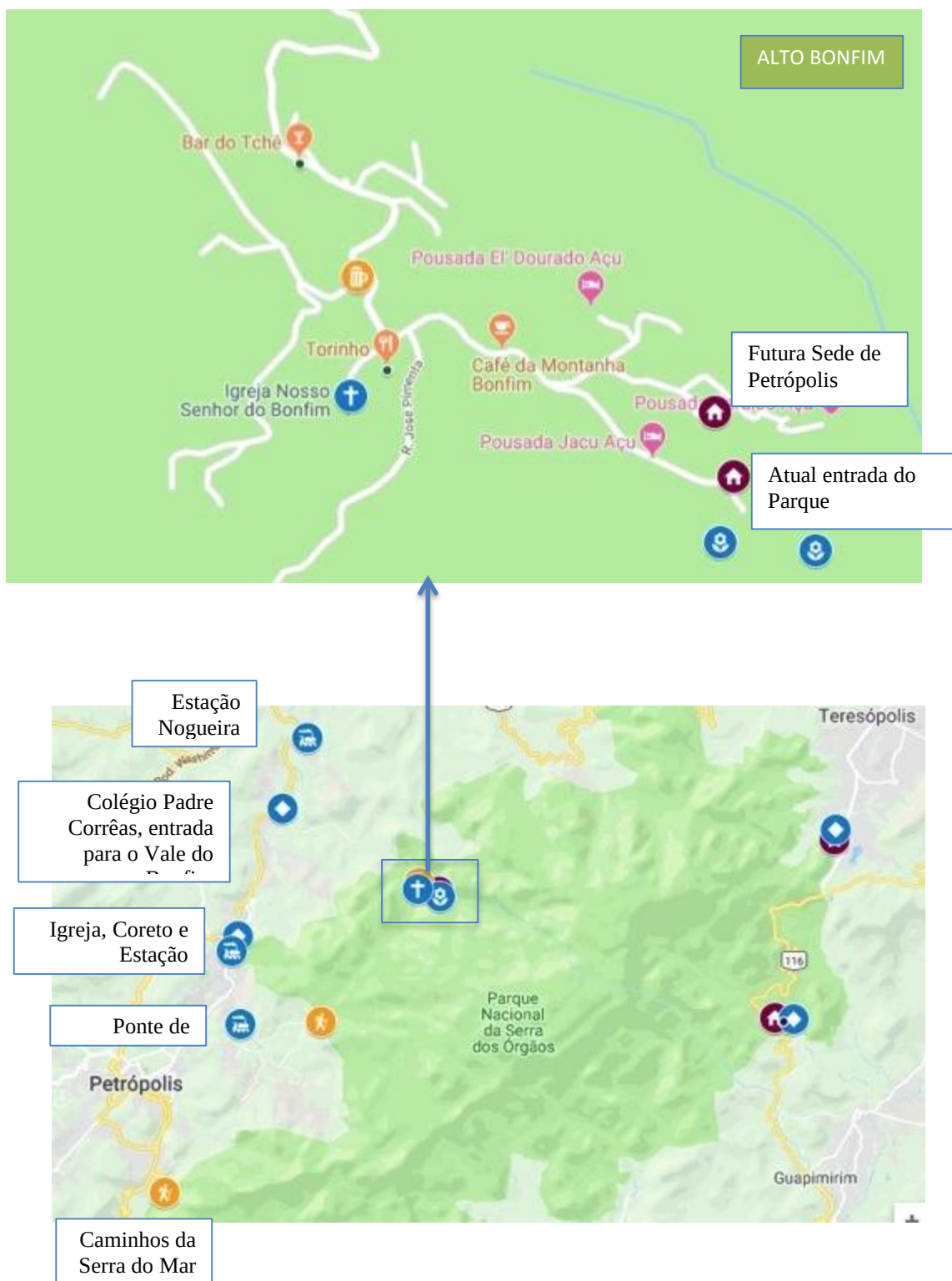
Apêndice B. Recursos do Entorno.

(1/2)

RECURSOS DO ENTORNO 1/2	
	Nome Estação de Comboio de Nogueira
	Localização Entorno
	Tutela IPHAN
	Caminhos de Ferro.
	Nome Colégio Padre Corrêas
	Localização Entorno
	Tutela IPHAN
	Sede da Fazenda Corrêas, que possuiu o maior pomar de frutas da época, foi grande produtora de ferraduras e hospedou viajantes, como D. Pedro I. (Caminho do Ouro)
	Nome Igreja da Matriz e Coreto
	Localização Entorno
	Tutela IPHAN
	Igreja e coreto. A igreja foi reconstruída sobre igreja anterior. Relaciona-se com a história dos Caminhos do Ouro e de Ferro.

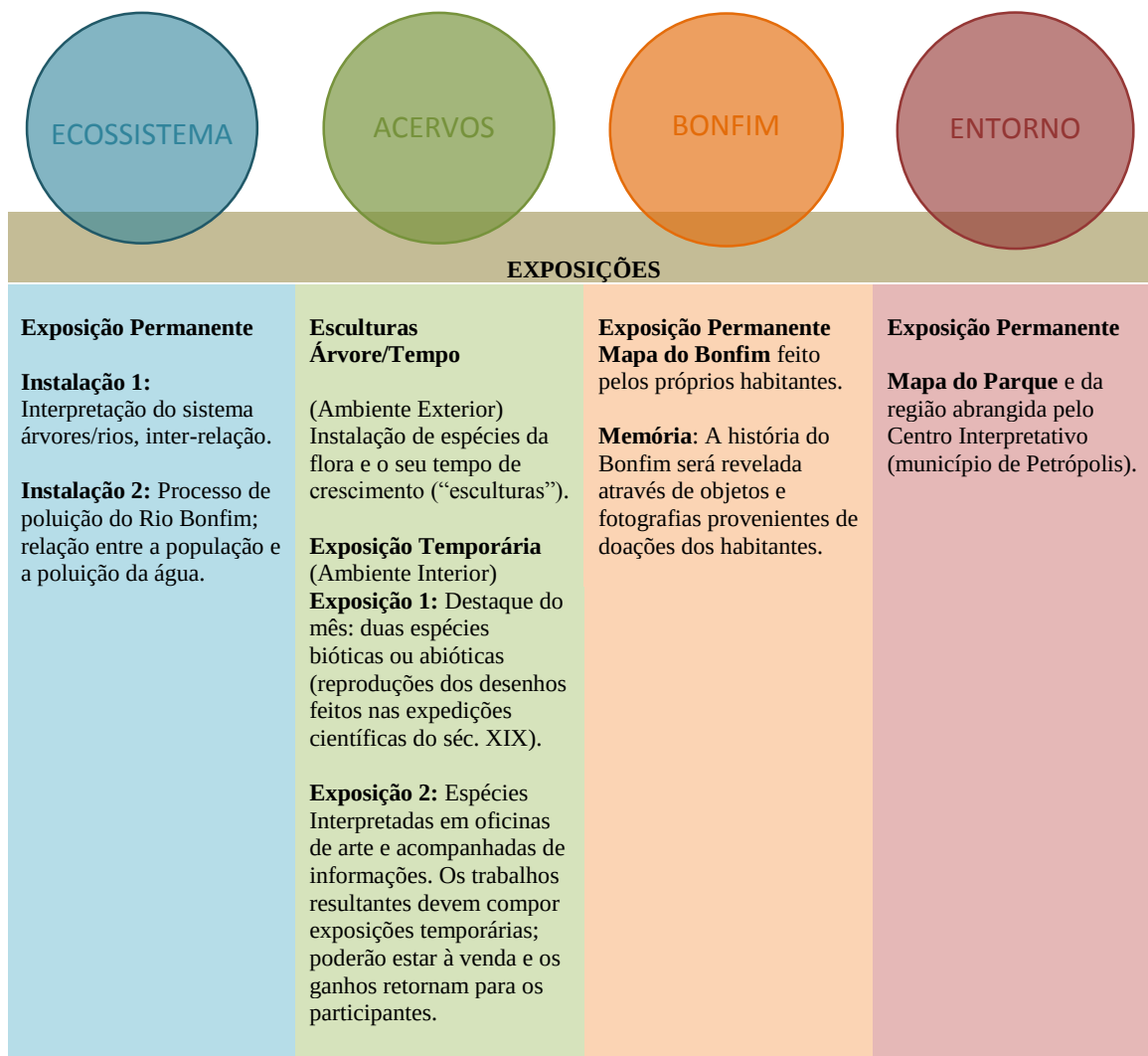
RECURSOS DO ENTORNO 2/2	
	Nome Estação de Comboios de Cascatinha
	Localização Entorno
	Tutela IPHAN
	Estação do primeiro Caminho de Ferro do país. A construção dos Caminhos de Ferro foi iniciada no fim do século XIX.
	Nome Ponte de Ferro
	Localização Entorno
	Tutela INEPAC
	Ponte de Ferro (Caminhos de Ferro).

Apêndice C. Mapas de localização dos recursos.



Apêndice D. Proposta para o Centro Interpretativo.

(1/2)



Apêndice D. (2/2)

ECOSSISTEMA	ACERVOS	ALTO BONFIM	ENTORNO
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
• Rap do Caminhante: Recepção do público jovem em formato de Rap. • Concurso “Rap do Caminhante” (jovens do Bonfim e do Entorno). • Evento “Rap”: Considerar show no coreto da Igreja da Matriz (patrimônio classificado do Entorno). • “Rio Bonfim do início ao fim”: Passeio ao longo do Rio e medição dos níveis de poluição da água. Boas práticas do uso da água e do lixo. • Conferência sobre a gestão do lixo no município, situando-o em relação ao mundo.	• Esculturas Tempo-Árvore: Exposição de estruturas que representam a relação tempo vegetal/ tempo humano. Emprego de materiais locais (rochas, galhos). • Exposição Destaque do mês: ilustrações das Expedições Científicas do sec. XIX. das Espécies do Parque. • Oficina de esculturas/ desenhos a partir de espécies da fauna e/ou flora. Oficinas acompanhadas de atividade de pesquisa sobre as espécies. • Concurso “Voa Viola”: envolvendo violeiros da região (letra e música a partir do tema “pássaro bom é pássaro solto” (concurso aberto a todas as regiões que envolvem o Parque). • Evento “Voa Viola”: local definido pelo Conselho Consultivo.	• Identificação do patrimônio cultural com habitantes do Bonfim. • Festival “Eu sou o Bonfim”: habitantes criam sinalizações dos pontos de visita identificados na “Atividade 1”. • Festival de culinária vegetariana a partir dos produtos agrícolas locais. Evento em parceria com os Bares/ Restaurantes do Bonfim. • Feira de artesanato do Vale do Bonfim (local a ser definido pelos habitantes). • Criação de selo/certificação para os produtos agrícolas sem agrotóxicos produzidos no Alto Bonfim. • VISITAS E CONTACTO COM OS HABITANTES	• Identificação do patrimônio cultural e pontos de interesse com habitantes do Entorno. • Oficina Bonecos com materiais descartáveis. • Passeio Junino (S. João) e apresentação de bonecos da Oficina de bonecos: percurso do Caminho de Ferro. • Festival “Eu Tenho História”: apresentação de peças teatrais sobre a história local (apresentações incluem bens patrimoniais). • Concurso de propostas das peças teatrais • Venda dos bonecos no Centro Interpretativo da Sede de Petrópolis.
(atividades complementares) FORMAÇÕES			
• Guias para o Centro Interpretativo. • Construção de fossas sépticas (adultos). • Construção de biodigestores e gestão do lixo orgânico e inorgânico.	• Esculturas Tempo-Árvore: Construção em grupo com agricultores. • Curso básico de flauta com pesquisa dos cantos dos pássaros do Parque (para todas as idades). Previsão de apresentação ao público. • Curso básico de viola.	• Intoxicação e Meio Ambiente: agrotóxicos, resíduos humanos e industriais. • Cultivo biológico. • Casa à Vista: Técnicas e padrões de baixo custo para construção de residências; Noções de planejamento do espaço urbano.	• Conferência: histórias da ocupação do território no entorno. • Formação de guias responsáveis pela recepção de visitantes aos testemunhos dos Caminhos de Ferro e do Ouro. • Agente Multiplicador: boas práticas no meio-ambiente junto ao grupo social de inserção fora da escola.

Apêndice E. Fichas de Atividades: Ecossistemas

Apêndice E. Instalação 1 - “Árvores-Rios”

EXPOSIÇÃO	
Instalação 1: “Árvores-Rios”	
TEMA:	☒ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim e do Entorno, grupos escolares, visitantes.	NÚMERO DE PARTICIPANTES Em visitas guiadas: máximo de 10/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Interpretação do sistema árvores/rios, demonstrando a função das árvores na captação da água da chuva e na preservação dos rios do Parque.	
QUESTÕES QUE ABRANGE Valor da floresta, fontes e abastecimento de água, desmatamento, erosão, funções das árvores.	
ATIVIDADES RELACIONADAS Formação: Guias para o Centro Interpretativo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • (1) Profissional de Artes/ Design (elaboração do projecto); • (1) Profissional responsável pelo conteúdo técnico e redação do texto.	
OBSERVAÇÕES A instalação deverá possibilitar a interactividade e a percepção de ação/reação. Importa definir: • local e área no interior do Centro Interpretativo; • materiais compatíveis com o Parque.	

Apêndice E. Instalação 2 - “A vida do rio”

EXPOSIÇÃO	
Instalação 2 - “A vida do rio”	
TEMA:	☒ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Vale do Bonfim, Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim e do Entorno, grupos escolares, visitantes.	NÚMERO DE PARTICIPANTES Em visitas guiadas: máximo de 10/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Interpretação do processo de poluição do Rio Bonfim desde a nascente até o fim do Vale onde desagua no Rio Piabanha. A instalação deverá apresentar amostras da água do rio Bonfim retiradas ao longo do seu percurso (devem-se fazer substituições periódicas da água através de amostras colhidas na atividade “Rio Bonfim do início ao fim”). A estrutura deverá ser lúdica e apresentar a água de forma criativa/ inusitada.	
QUESTÕES QUE ABRANGE A responsabilidade de cada um sobre a manutenção da qualidade da água e da limpeza do espaço público (património ambiental).	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Rio Bonfim do início ao fim (passeio ao longo do Rio Bonfim) • Formação: Guias para o Centro Interpretativo. • Formação: Construção de fossas sépticas.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • (1) Profissional de Artes / Design (elaboração de projecto); • (1) Profissional responsável pelo conteúdo técnico e redação do texto; • (1) Prestador de serviço para a execução do projecto.	
OBSERVAÇÕES O projecto consiste numa instalação em 3 dimensões e deverá possibilitar: • substituição dos frascos de amostra d’água / trazidos pela atividade “Rio Bonfim do início ao fim”; • percepção da ação individual no rio (“pegada ecológica”); • percepção da relação entre a concentração da população e a poluição da água; Importa definir: • tipo de frasco a ser utilizado; • local e área que a instalação ocupará no interior do Centro Interpretativo; • materiais compatíveis com o Parque.	

Apêndice E. Receção “Rap do caminhante”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
“Rap do caminhante”	
TEMA:	☒ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e do Entorno, visitantes.	Em visitas guiadas: máximo de 10/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Receção do público jovem, com intenção de percorrer as trilhas, feita em formato de Rap.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Boas práticas no uso do Parque; • Expressão oral na língua Portuguesa.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação de guias para o Centro Interpretativo; • Concurso de Rap; • Evento dos Finalistas do Rap.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • (2) Jovens com boa voz e talento para o Rap e disponibilidade nos fins de semana; • Dar preferência a jovens fora da escola (18 a ?).	
OBSERVAÇÕES • Desafio: conciliar pessoa que fará as visitas guiadas do Centro Interpretativo com o apresentador de Rap.	

Apêndice E. Concurso “Rap do caminhante”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Concurso “Rap do caminhante”	
TEMA:	☒ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): ----
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: Evento Bienal/ concurso	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim e do Entorno.	NÚMERO DE PARTICIPANTES Selecionar 20 finalistas para o evento final + 3 finalistas > 1 vencedor
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Desafiar o público jovem do Bonfim e Entorno para o desenvolvimento de letras e músicas sobre as boas práticas no uso do Parque.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Pesquisa e debate sobre as boas práticas no Parque; • Expressão oral e escrita na língua Portuguesa; • Estímulo à produção cultural local; • Desenvolvimento da autoestima; • Mobilização dos jovens.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação de guias para o Centro Interpretativo; • Recepção de visitantes em forma de Rap; • Evento de apresentação dos Finalistas do Rap.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Para a seleção: • (4) Representantes do Parque; • (2) Músico convidado (de fora do município); • (2) Professor Português/Literatura Escola Secundária	
OBSERVAÇÕES A atividade deverá: • Ser divertida e ter apelo pela forma positiva das ações; • Ter refrão forte que motive a repetição e fácil assimilação; • Evitar letras que possibilitem “trocadilhos” negativos; • Dar preferência a jovens fora da escola (definir limites de idade?); • Considerar a expansão do concurso para todas as áreas do entorno do Parque.	

Apêndice E. Evento Finalistas “Rap do caminhante”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Evento Finalistas “Rap do caminhante”	
TEMA:	☒ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): ----
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: das 18h às 22h/ 1 dia	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Público jovem e geral do Entorno.	Evento em espaço público.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Apresentação dos finalistas do Concurso de Rap em evento para o público. Evento deverá ser realizado junto a património classificado do Entorno.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Boas práticas no uso do Parque e do meio ambiente urbano; • Valorização dos bens patrimoniais locais; • Divulgação da história local e regional; • Cultura imaterial regional/ Expressão na língua Portuguesa.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação de guias para o Centro Interpretativo; • Concurso de Rap. • Recepção de visitantes em forma de Rap.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Empresa produtora de eventos. • Para a avaliação: ○ (2) Representantes do Parque; ○ (2) Músico convidado (de fora do município); ○ (1) Escritor/ poeta; ○ (1) Secretário da cultura ou indicado; ○ Outros.	
OBSERVAÇÕES • O evento deverá ocorrer junto a um dos bens patrimoniais do Entorno; • MC deve ser orientado para destacar o bem patrimonial e fazer alusão à sua história; • Instalar tenda do Parque para divulgação de informações durante o evento; • O rap vencedor deve ser distribuído em rádio local. A atividade envolve diversas instituições: Produtora de eventos; CONPARNASO; Associações de moradores do Bonfim e Entorno; Centros culturais; Câmara municipal; Polícia de segurança, Polícia de trânsito.	

Apêndice E. Passeio “Rio Bonfim do início ao fim”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
“Rio Bonfim do início ao fim”	
TEMA:	☒ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Vale do Rio Bonfim
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 horas
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e Entorno, escolas	Grupos de 10.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Passeio ao longo do Rio Bonfim e demonstração do seu processo de poluição através da medição dos níveis de poluição da água. Informações sobre boas práticas do uso da água e do lixo. Atividade oferecida aos habitantes do Bonfim e do Entorno, separada em grupos por faixas etárias.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Boas práticas no uso do ambiente coletivo: água, lixo e outros; • Coletividade; • Técnicas de tratamento de esgoto e lixo.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Instalação 2 “A vida do rio”; • Formação de guias para o Centro Interpretativo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Biólogo do Parque ou Professor de disciplina afim; Estudante finalista de ciências afins.	
OBSERVAÇÕES • Passeio recolhe amostras de água que alimentam a Instalação 2 “A vida do rio”; • Cada participante recebe 1 frasco e deve retirar amostra: identificar dia e local; • Definir pontos de coleta. • Frascos coletores (vidro?) – 1 frasco / participante (o mesmo que estará apresentado na Instalação 2 “A vida do rio”).	

Apêndice E. Conferência: “Gestão do Lixo”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Conferência “Gestão do Lixo”	
TEMA:	☒ ECOSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 horas
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e Entorno, CONPARNASO.	50
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Conferência sobre a gestão do lixo no município, situando-o em relação ao mundo. História sobre a gestão do lixo. Destinada ao público adulto do Bonfim e do Entorno.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Como o município faz a gestão do lixo; • Os aterros sanitários e as técnicas do tratamento do lixo; • A separação do lixo e as dificuldades envolvidas.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação: Construção de biodigestores e gestão do lixo orgânico e inorgânico • Instalação 2 “A vida do rio”; • Rio Bonfim do início ao fim.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Convidado do Município; • Empresa gestora de resíduos; • Profissionais do Parque.	
OBSERVAÇÕES • A atividade deverá ser feita com linguagem simples, ilustrada com gráficos e possibilitar a discussão e propostas; • Atividade aberta ao debate e busca de alternativas; • Equipamento som / projeções; Café, Água.	

Apêndice E. Formação: Guias para o Centro Interpretativo

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação: Guias para o Centro Interpretativo	
TEMA:	☒ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Auditório
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a ser definida
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e Entorno.	20/ turma
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação de guias para o Centro Interpretativo.	
QUESTÕES QUE ABRANGE Ecossistemas; Acervo do Parque; História local e regional; Valor do Parque no contexto local, regional, nacional e mundial.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Rap do Caminhante; • Concurso Rap do Caminhante.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Profissional convidado.	
OBSERVAÇÕES • Definir tempo e conteúdo do curso; • Definir perfil do Formador • Definir modelos de visita: modelos de 15 e 30 minutos; • Formandos devem ser do Bonfim ou do Entorno; • Definir perfil do candidato (equilibrar f/m); • Conciliar o Guia com o <i>Rapper</i>/ Rap do Concurso.	

Apêndice E. Formação: Construção de fossas sépticas

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação: Construção de fossas sépticas	
TEMA:	☒ ECOSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Bonfim
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a ser definida
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e Entorno.	15/ turma
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação sobre técnicas de construção de fossas sépticas.	
QUESTÕES QUE ABRANGE Ecossistemas; Construção de fossas sépticas para a gestão do esgoto.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Instalação 2: “A vida do rio” • “Rio Bonfim do início ao fim”	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Profissional do Parque ou convidado.	
OBSERVAÇÕES • Formandos devem ter a possibilidade de construir a sua própria fossa e deve ser previsto o seu acompanhamento durante o curso; • Formandos devem ser do Bonfim ou do Entorno.	

Apêndice E. Formação: Construção de biodigestores

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação: Construção de biodigestores e gestão do lixo orgânico e inorgânico	
TEMA:	☒ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Bonfim
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a ser definida
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim e Entorno.	15/ turma
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação sobre técnicas de construção de biodigestores e gestão do lixo orgânico e inorgânico. Destinada ao público adulto do Bonfim e do Entorno.	
QUESTÕES QUE ABRANGE Construção de baixo custo de biodigestores e gestão do lixo orgânico e inorgânico; organização coletiva; materiais tóxicos; poluição; conservação do meio ambiente.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Instalação 2 “A vida do rio”; • Rio Bonfim do início ao fim; • Conferência Gestão do Lixo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Profissional especialista.	
OBSERVAÇÕES • Cada participante deverá terminar a formação com um modelo construído por si; • Devem ser orientadas técnicas simples, com materiais locais e de baixo custo; • A atividade deverá ser feita em linguagem simples e técnicas de aprendizagem que possibilitem a prática durante o curso.	

Apêndice F. Fichas de Atividades: Acervo do Parque.

Apêndice F. “Tempo-Árvore” (Exposição e Atividade Complementar)

EXPOSIÇÃO E ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Instalações “Tempo-Árvore”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: Perekível com o tempo	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno.	Máximo de 6/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Interpretação de espécies da flora aliadas ao tempo que necessitam para se tornarem adultas (relacionar o tempo vegetal com o tempo humano). Exemplos: Ouriço-rosa ou Jequitibá-rosa representadas em seu tamanho real – 40 metros –, deitadas, como uma linha para ser percorrida, pontuada com os anos necessários para atingir cada intervalo do comprimento. Destacar factos da história.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Desmatamento e tempo de recuperação de uma floresta; • Diversidade das espécies do Parque; • História: do Parque, das famílias do Bonfim, geral.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Construção das esculturas feita em grupo com os agricultores do Bonfim; • Formação de guias para o Centro Interpretativo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Profissional especialista (Botânico); • Grupo deve ser desafiado a pensar em solução de representação do tempo da árvore em relação ao seu crescimento; • Profissional com boa liderança de grupos.	
OBSERVAÇÕES • Provocar a curiosidade pela contemporaneidade entre a idade das árvores e as histórias das famílias/ da região; • Possibilitar a indicação espontânea das histórias familiares na escultura. • Empregar materiais da natureza e locais (madeira, pedras, entre outros); • Definir forma de indicação do tempo na escultura; • Realizar a mesma atividade com diversos tipos de espécies.	

Apêndice F. Exposição 1: “Destaque do Mês”

EXPOSIÇÃO	
Exposição 1: “Destaque do Mês”	
TEMA: ☐ ECOSSITEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO	
AMBIENTE: ☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo	
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 1 mês	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim e Entorno.	NÚMERO DE PARTICIPANTES Em visitas guiadas: máximo de 10/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Exposição de duas (2) espécies bióticas ou abióticas (reproduções dos desenhos feitos nas expedições científicas do séc. XIX).	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Diversidade das espécies do Parque; • História: do Parque; das Expedições Científicas; da região, do país e do mundo. • Teorias da evolução. • Valor dos arquivos e museus; documentação das espécies; • Formas de representação das espécies; profissões.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação de guias para o Centro Interpretativo; • Instalação Árvores/Rios.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Biólogo: informação técnica; • Museólogo: pesquisa das imagens, contextualização; elaboração do texto; • Designer: tratamento das imagens, diagramação texto/imagem, impressão.	
OBSERVAÇÕES • Divulgar os desenhos e contribuições deixados pelas expedições científicas do sec. XIX; • Valorizar outras formas de expressão (além da fotografia) e estimular a sua observação (desenho, pintura); • Provocar a curiosidade pelas contribuições dos documentos deixados pelo passado. • (1) Aquisição de suporte expositor reutilizável com capacidade para 4 folhas A2 (2 de imagem e 2 de texto).	

Apêndice F. Exposição 2: “Espécies Interpretadas”

EXPOSIÇÃO	
Exposição 2: “Espécies Interpretadas”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 meses	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Visitantes	Entre 15 e 20 objectos/ exposição
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Exposição de espécies existentes no Parque interpretadas em oficinas de arte / 1 e 2 (escultura e desenho) e acompanhadas de informações relevantes. Os trabalhos resultantes das oficinas devem compor exposições temporárias, mas as oficinas devem ser permanentes. Os trabalhos são vendidos.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Diversidade das espécies do Parque; • Expressão cultural dos habitantes do Bonfim e Entorno; • Autoestima das populações excluídas dos meios de produção cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Oficinas 1 e 2: “Espécies Interpretadas”; • Construção das esculturas feitas em grupo com os agricultores do Bonfim; • Formação de guias para o Centro Interpretativo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Orientador da área das artes; • Biólogos do Parque.	
OBSERVAÇÕES • Os objectos devem ser vendidos e retornar para os participantes a fim de estimular a sua produção e envolvimento; • Prever área de exposições temporárias no Centro Interpretativo: expositores devem valorizar os objectos. • A seleção e exposição dos objectos deve ter curadoria e tratamento adequados à produção cultural.	

Apêndice F. Oficinas 1 e 2: “Espécies Interpretadas”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Oficinas 1 e 2: “Espécies Interpretadas”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR sítio(s): Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno.	15/grupo.
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Interpretação de espécies da flora ou fauna interpretadas em oficinas de arte e acompanhadas de informações relevantes. A atividade deve ser fundamentada numa etapa de pesquisa, feita pelos participantes, sobre as espécies.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Estímulo à observação das espécies do Parque; • Divulgação da diversidade das espécies; • Autoestima e expressão cultural; • Possibilidade de algum ganho financeiro e retorno de benefícios para a população local. • Lixo/ Resíduos humanos.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Exposição “Espécies Interpretadas”; • Construção das esculturas feitas em grupo com os agricultores do Bonfim; • Formação de guias para o Centro Interpretativo.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Profissional indicado pelo Parque deve ter conhecimento técnico do tempo de crescimento das árvores mais altas do Parque e das larguras de tronco que atingem/tempo; • Profissional com boa liderança em grupos.	
OBSERVAÇÕES • Grupo deve ser desafiado a pensar em solução de representação do tempo da árvore em relação ao seu crescimento; • O profissional orientador tem que ter bom preparo a fim de desafiar os participantes na sua produção; • Prever áreas para as oficinas. • Atenção aos materiais empregues para a questão da poluição e do lixo.	

Apêndice F. Concurso “Voa Viola”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Concurso “Voa Viola”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): ----
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno	Ilimitado
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Lançamento do concurso “Voa Viola” envolvendo violeiros da região com músicas compostas a partir do tema “Pássaro bom é pássaro solto” (concurso aberto a todas as regiões que envolvem o Parque). • Evento “Voa Viola”: Apresentação dos violeiros com composições voltadas ao tema “pássaro bom é pássaro solto”. Evento a ser realizado em local definido pelo Conselho Consultivo. Possibilidade de algum ganho financeiro e retorno de benefícios para a população local através do evento.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Estímulo à observação dos pássaros e a restrição da sua captura; • Estímulo à cultura dos violeiros; • Desvio da cultura de exploração da floresta para a cultura do seu cultivo; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Evento “Voa Viola”; • Oficinas e exposições de espécies do Parque (pode ser conciliada à interpretação de espécies de pássaros).	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Definir equipe de seleção: músicos, biólogos; professores de violão.	
OBSERVAÇÕES • Letras devem estimular a soltar os pássaros/ não capturar os pássaros; • Cuidar para não gerar trocadilhos sem relação à captura de pássaros; • A atividade pode estender-se a todas as áreas do entorno do Parque; • Consultar evento de violeiros que existe em Teresópolis; • Definir critérios de seleção e regras do concurso.	

Apêndice F. Evento “Voa Viola”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Evento “Voa Viola”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): ----
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno (todo o Entorno)	Apresentação dos 20 finalistas > 3 finalistas
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE • Evento “Voa Viola”: Apresentação dos finalistas do Concurso “Voa Viola”. Evento a ser realizado junto a bem patrimonial do Entorno.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Estímulo à observação dos pássaros e a restrição da sua captura > Desvio da cultura de exploração da floresta para a cultura do seu cultivo; • Valorização dos bens patrimoniais do Entorno e da História; • Valorização do cuidado com o ambiente urbano; • Estímulo à cultura dos violeiros; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Concurso “Voa Viola”; • Formação: Oficina de violeiros.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Definir equipe de avaliação final; • Empresa produtora de eventos.	
OBSERVAÇÕES • O evento deverá ocorrer junto à bem patrimonial da região do Entorno; • Bem patrimonial deve ser valorizado como memória cultural durante o evento; • Consultar evento de violeiros que existe em Teresópolis; • Definir critérios de seleção e regras do concurso; • Parque deve marcar presença no evento com tendas de informação; • Mestre de Cerimónias do evento deve ser orientado a destacar questão da captura de pássaros. • Horário do evento deve ser conciliado com horários de autocarros para a participação dos habitantes da região.	

Apêndice F. Formação: “Aulas de Violão”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR “Aulas de Violão”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR sítio(s): Centro Interpretativo
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno	A definir
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE • Aulas de violão.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Estímulo à escuta dos sons da floresta; • Estímulo à cultura dos violeiros; • Valorização da cultura regional; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS Concurso “Voa Viola”.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Professor de violão.	
OBSERVAÇÕES Podem ser previstas apresentações curtas dos aprendizes no Centro Interpretativo ou nos bares/restaurantes do Bonfim.	

Apêndice F. Formação: “Aulas de Flauta”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
“Aulas de Flauta”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☒ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim / Entorno	A definir
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE • Aulas de flauta com base nos cantos dos pássaros do Parque.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Estímulo à escuta dos sons dos pássaros e da floresta; • Valorização do acervo do Parque; • Valorização das aves soltas/ contra a captura de aves; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS Evento de apresentação de flautas com base nos sons das aves do Parque.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Professor de flauta.	
OBSERVAÇÕES Podem ser previstas apresentações curtas dos aprendizes no Centro Interpretativo ou nos bares/restaurantes do Bonfim.	

Apêndice G. Fichas de Atividades: Bonfim.

Apêndice G. “Mapa do Bonfim”: Exposição/ Construção

EXPOSIÇÃO E DINÂMICA DE GRUPO	
Exposição / Construção do “Mapa do Bonfim”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Bonfim
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 meses / em sessões	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	A definir
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Desenvolvimento e confecção do Mapa do Bonfim feito pelos próprios habitantes. O mapa será o ponto de partida e meio para: o contacto com a comunidade; a identificação dos pontos de interesse do lugar; o levantamento da cultura local; o despertar das histórias individuais e das famílias locais; a conscientização do valor da memória; a observação das modificações do ambiente. Esta atividade definirá os caminhos possíveis a serem percorridos e pontos de visitação.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Valorização da História local e das famílias; • Despertar para o cuidado com o meio ambiente coletivo – urbano/ rural/ natural; • Autoestima e expressão cultural; • Conscientização da participação dos indivíduos na construção da paisagem cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Exposição do Mapa no Centro Interpretativo; • Exposição Memória do Bonfim; • Festival “Eu Sou o Bonfim”.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Museólogo; • Associações locais/ CONPARNASO. • Designer (para finalização e montagem).	
OBSERVAÇÕES • Esta atividade exige um planeamento aprofundado; • Mapa final deverá necessitar de edição e preparo para entrar em exposição no Centro Interpretativo (designer + impressão e montagem); • Pensar em solução interactiva que possibilite o acompanhamento das mudanças locais; • Atividade de longa duração – em torno de 2/3 meses –, que deverá ser verificada a periodicamente a fim de acompanhar as alterações locais.	

Apêndice G. Exposição “Memória do Bonfim”

EXPOSIÇÃO	
“Memória do Bonfim”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Outro
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	Indefinido
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Exposição de objectos que testemunhem a história das famílias do Bonfim.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • História do Parque; • Memória e história do Bonfim; • Autoestima e expressão cultural; • Alterações da paisagem e população; • Participação humana na construção da paisagem cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Construção do Mapa do Bonfim e sessões de coleta da cultura e história local; • Exposição do Mapa; • Visitas Guiadas ao Bonfim.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Museólogo; • Associações locais/ CONPARNASO.	
OBSERVAÇÕES • Esta atividade exige um planeamento aprofundado. • Definir local onde será exposta a “Memória do Bonfim”: preferencialmente dentro do Centro Interpretativo como forma de valorização da população (pertencimento) e também de responsabilização pela manutenção do Parque; • Objectos serão coletados em dinâmicas realizadas com indivíduos do Bonfim;	

Apêndice G. Festival “Eu Sou o Bonfim”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Festival “Eu Sou o Bonfim”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Bonfim
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim	NÚMERO DE PARTICIPANTES Indefinido/ corresponde aos pontos definidos no mapa
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Habitantes são desafiados a criar as sinalizações dos pontos de visita identificados no Mapa.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Os materiais e a sua relação com o meio ambiente; • Responsabilização dos indivíduos na construção da paisagem cultural; • Despertar para o cuidado com o meio ambiente coletivo– urbano/ rural/ natural; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Construção do Mapa; • Exposição do Mapa; • Visitas Guiadas ao Bonfim.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Museólogo/ Profissional das artes/ Profissional do Parque; • Associações locais/ CONPARNASO.	
OBSERVAÇÕES • Deve-se ter atenção aos materiais empregues > não uso de matéria prima do Parque; • Cuidados na construção da paisagem cultural; • Conjuguar com evento de inauguração da sinalização > visitas aos locais.	

Apêndice G. Festival “Culinária Vegetariana”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Festival “Culinária Vegetariana”	
TEMA: ☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO	
AMBIENTE: ☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Bares e restaurantes do Bonfim	
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: anual ou semestral	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Bonfim	NÚMERO DE PARTICIPANTES Indefinido/ corresponde aos bares e restaurantes participantes
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Festival de culinária do Bonfim a partir das hortaliças produzidas localmente.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Valor da produção hortícola local; • Valor das histórias das famílias e formas de preparo do alimentos ao longo do tempo; • Valor da história das mulheres; • Cuidado da paisagem cultural; • Gestão dos resíduos durante o evento/ despejo do lixo; • Autoestima e expressão cultural.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Construção do Mapa; • Exposição do Mapa; • Visitas Guiadas ao Bonfim.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Museólogo/ Profissional das artes/ Profissional do Parque; • Associações locais/ CONPARNASO; • Envolve os Bares e Restaurantes do Bonfim.	
OBSERVAÇÕES • Evento deve ser meio de divulgação de boas práticas com o meio (ruído/ lixo/ etc); • Deverá ser estimulado o registo das receitas; • O evento poderá ser aberto a outro tipo de culinária: doces de frutas locais, por exemplo.	

Apêndice G. Feira de Artesanato

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Feira de Artesanato	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): a definir
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	ilimitado
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Feira de artesanato dos habitantes do Bonfim.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Matérias primas; • Cultura e expressão locais.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Intoxicação e meio ambiente (despejo de tintas).	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Habitantes do Bonfim; • Representante do Parque.	
OBSERVAÇÕES Poderá ser necessário incluir as seguintes formações: • Materiais e gestão dos resíduos do artesanato (exemplo: tintas, solventes, silicones, massas acrílicas, etc) • Considerar a divulgação junto aos habitantes do Bonfim de materiais descartáveis da indústria local (têxtil, outros).	

Apêndice G. Criação de selo “Livre de Agrotóxicos”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Criação de selo “Livre de Agrotóxicos”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo/ Outro
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	----
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Suporte na criação de selo e na certificação para os produtos agrícolas sem agrotóxicos produzidos no Bonfim.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Técnicas de cultivo biológico; • Conservação do meio-ambiente; • Valorização dos produtos do Bonfim no mercado de frescos; • Visitas guiadas no Bonfim.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação “cultivo biológico”; • Formação “Intoxicação e Meio Ambiente”.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Habitantes do Bonfim; • Representante do Parque; • Representante da Saúde Pública; • Designer para criação de um selo atrativo.	
OBSERVAÇÕES Será preciso criar sistema de controle de verificação e manutenção dos critérios de certificação junto aos agricultores do Bonfim.	

Apêndice G. Visitas e Contacto com os Habitantes do Bonfim

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Visitas e Contacto com os Habitantes	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): a definir
	☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	De 1 a 10
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Visitas guiadas e contacto com os habitantes do Bonfim.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Contacto com os habitantes; • Histórias individuais; • Cultura e expressão locais.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Formação de guias do Centro Interpretativo • Criação de Mapa do Bonfim; • Festival “Eu sou o Bonfim” (construção de placas de identificação dos pontos de visita)	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Habitantes do Bonfim.	
OBSERVAÇÕES • As visitas não incluem, obrigatoriamente, o guia do Centro Interpretativo, mas incluem o contacto com os habitantes e agendamento prévio; • Esta atividade poderá incluir alguma orientação dos habitantes sobre o que podem valorizar e apresentar da sua vivência local aos visitantes.	

Apêndice G. Formação: “Intoxicação e Meio Ambiente”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação “Intoxicação e Meio Ambiente”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 horas
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	50/ formação
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Palestra sobre sistemas de intoxicação por agrotóxicos e outros contaminantes: factos na história sobre a contaminação através de agrotóxicos, resíduos humanos e industriais.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Valor e comercialização da produção hortícola local; • Sistemas de intoxicação; • Saúde dos indivíduos; • Cultura geral.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • “Rio Bonfim do início ao fim” (passeio ao longo do rio); • Exposição “A vida do rio”; • Concurso de culinária local; • Visitas guiadas locais.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Especialista na área; • Associações locais/ CONPARNASO.	
OBSERVAÇÕES Formação poderá incluir habitantes de outras áreas do Entorno do Parque.	

Apêndice G. Formação: “Cultivo Biológico”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação “Cultivo Biológico”	
TEMA: ☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☐ ENTORNO	
AMBIENTE: ☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): a definir	
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	20/ formação
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação sobre técnicas de cultivo biológico: deve incluir sessões práticas.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Valor e comercialização da produção hortícola local; • Técnicas de cultivo biológico; • Saúde do ambiente (solo, água, vida).	
ATIVIDADES RELACIONADAS • “Rio Bonfim do início ao fim” (passeio ao longo do rio); • Exposição “A vida do rio”; • Concurso de culinária local; • Visitas guiadas locais.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Especialista na área; • Associações locais/ CONPARNASO.	
OBSERVAÇÕES Formação poderá incluir habitantes de outras áreas do Entorno do Parque.	

Apêndice G. Formação: “Casa à Vista”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação “Casa à Vista”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☒ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Bonfim	20/ formação
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação sobre técnicas de construção de residências de baixo custo e emprego de materiais sustentáveis (noções de isolamento térmico e hídrico). Gestão dos resíduos da obra. Noções de planeamento do espaço em uma residência e do espaço urbano. Deve incluir sessões práticas.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Paisagem cultural e meio ambiente; • Qualidade da habitação; • Matérias primas e gestão dos resíduos da obra; • Cultura e expressão locais.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • “Rio Bonfim do início ao fim” (passeio ao longo do rio); • História da habitação local e das técnicas de construção; • Visitas guiadas locais.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Especialista na área de construção e conhecedor de materiais e técnicas de construção vernacular.	
OBSERVAÇÕES Formação poderá ser estendida ao Entorno do Parque.	

Apêndice H. Fichas de Atividades: Entorno.

Apêndice H. Exposição “Mapa do Parque e do Entorno (Petrópolis)”

EXPOSIÇÃO	
Mapa do Parque e do Entorno (Petrópolis)	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Centro Interpretativo
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO:	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Visitantes	A definir
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Representação do Parque e do seu Entorno completo com destaque para o Entorno de Petrópolis: o Vale do Bonfim, os bens patrimoniais do Caminho do Ouro e do Caminho de Ferro e os Caminhos da Serra que se inserem no município de Petrópolis [referidos na Tabela 11: Acervo do Entorno].	
QUESTÕES QUE ABRANGE Formação de Guia para o Centro Interpretativo.	
ATIVIDADES RELACIONADAS Levantamento do Patrimônio do Entorno.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Profissionais do Parque; • Designer; • Serviço de produção/impressão do mapa.	
OBSERVAÇÕES • Este será um mapa de localização geral para o visitante da região e do Parque e não prevê muitos detalhes. • Esta atividade não prevê o envolvimento de habitantes. • Na atividade “Identificação do patrimônio e pontos de interesse do Entorno” (apresentada a seguir) é prevista a criação de um mapa em conjunto com os habitantes (que poderá divulgar o bens patrimoniais e pontos de interesse).	

Apêndice H. Identificação do Património Cultural

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Identificação do Património Cultural e dos Pontos de interesse do Entorno	
TEMA: ☐ ECOSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO	
AMBIENTE: ☒ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Diversos	
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO A definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA) Habitantes do Entorno	NÚMERO DE PARTICIPANTES A definir
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Dinâmicas de grupos para a identificação do património cultural junto à população do Entorno e para a identificação de testemunhos da história e pontos de interesse.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Despertar para as histórias individuais e para o valor da memória; • Despertar para os bens patrimoniais, o seu valor como testemunhos da história; • Despertar para o envolvimento da população e participação de cada um na construção da paisagem cultural e do cuidado com o meio ambiente; • Estimular o cuidado com o meio ambiente.	
ATIVIDADES RELACIONADAS Formação de guia para os bens patrimoniais classificados que envolvem os Caminhos da Serra.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Museólogo; • Associações locais/ CONPARNASO.	
OBSERVAÇÕES Esta atividade exige um planeamento aprofundado.	

Apêndice H. Oficina: “Criação de Bonecos”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Oficina de “Criação de Bonecos”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR sítio(s): a definir (no Entorno)
	☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Habitantes do Entorno	15/ turma
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Oficina de criação de bonecos a partir de material descartável.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Reutilização de materiais; • Criatividade; • Expressão e autoestima; • Deposição de lixo; • Alterações da paisagem pela ocupação humana.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Festa Junina com desfile dos bonecos.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Profissionais de Artes para orientação das oficinas.	
OBSERVAÇÕES • Venda dos bonecos em pontos estratégicos: loja do Parque, loja do Centro Cultural Estação Nogueira, Mercado de frescos local.	

Apêndice H. Evento “Passeio Junino”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Evento “Passeio Junino”	
TEMA:	☐ ECOSSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR sítio(s): Percurso Caminho de Ferro
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: Anual > Domingo / manhã
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno	Evento em espaço público
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Percurso inspirado na “Festa Junina” (Festa de São João no Brasil) com bandas locais. Percurso do Caminho de Ferro, ligando a Estação Nogueira à Ponte de Ferro acompanhado de bandas e desfile dos bonecos da Oficina de criação de bonecos.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • História local e valorização dos bens patrimoniais; • Conscientização do cuidado com o meio ambiente; • Autoestima e expressão cultural local.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Oficina de criação de bonecos.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Bandas locais; • Grupos locais para “apadrinhamento” e suporte dos bonecos (CONPARNASO); • Produtora de eventos.	
OBSERVAÇÕES • Evento poderá ser complementado com as tradicionais comidas da Festa de São João, “quadrilha” e baile público.	

Apêndice H. Festival de Teatro “Eu Tenho História”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Festival de Teatro “Eu Tenho História”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Bens patrimoniais do Entorno
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: tarde/noite de Fim de semana	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno	Evento em espaço público
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Apresentação de peças teatrais finalistas de concurso sobre a história local. Uso de técnicas do Teatro do Oprimido/ Teatro de Rua, envolvendo a participação do público. Cada apresentação envolverá um dos bens patrimoniais da Tabela 11.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Divulgação da História local; • Valorização dos Bens patrimoniais; • Conservação do meio ambiente.	
ATIVIDADES RELACIONADAS • Concurso de peças teatrais “Eu Tenho História”.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Produtora de eventos; • Iluminação e preparo dos bens patrimoniais; • Grupos de teatro.	
OBSERVAÇÕES • Serão selecionadas 5 peças teatrais finalistas; • Devem ser estimulados os grupos locais; • Festival deve ser organizado de forma a possibilitar a apresentação de todos os grupos em 1 fim de semana; • MC do evento deve ser orientado a valorizar os bens patrimoniais e seu papel como testemunho da história, incluindo aí o valor do Parque.	

Apêndice H. Concurso “Eu Tenho História”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Concurso de Peças Teatrais “Eu Tenho História”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☐ INTERIOR ☒ EXTERIOR sítio(s): Bens patrimoniais do Entorno
☒ PERMANENTE ☐ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: Anual/ 6 meses	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno	Indefinido: Selecionar 5 peças teatrais
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Concurso de peças teatrais sobre a história local, criando relação com o papel dos bens patrimoniais do Entorno. Uso de técnicas do Teatro do Oprimido, envolvendo a participação do público. Cada peça deverá envolver um dos bens patrimoniais da Tabela 11, onde a mesma será apresentada.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • História regional; • Expressão cultural local; • Provocação da população sobre conservação do meio ambiente; • Valor do Parque no decorrer da história e da qualidade de vida da região.	
ATIVIDADES RELACIONADAS / DERIVADAS • Concurso de propostas das peças. • Formação de guia para os bens patrimoniais do Entorno/ Caminhos da Serra.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Equipe de avaliação/seleção das peças de teatro.	
OBSERVAÇÕES Buscar forma de reconhecimento/ benefício para os grupos finalistas.	

Apêndice H. Conferência: “Histórias do Entorno”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Conferência “Histórias do Entorno”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Em local no Entorno (a definir)
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: 2 horas
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno (e Bonfim)	20/ sessão
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Conferência sobre a história da ocupação do território no entorno, estimulando o interesse pela história local e individual.	
QUESTÕES QUE ABRANGE História regional. Atividade deverá incluir imagens ou ser em forma de visitas guiadas (neste caso o tempo de duração da atividade será maior).	
ATIVIDADES RELACIONADAS / DERIVADAS Formação de guias para a recepção de caminhantes que percorrem os Caminhos da Serra.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Profissional/ Professor de História.	
OBSERVAÇÕES Esta atividade poderá ser dividida em várias sessões organizadas por tópicos (Construção dos Caminhos de Ferro; Hospedarias; Igrejas e Congregações; Percursos e Mercadorias; Expedições Científicas; etc).	

Apêndice H. Formação: “Guias do Entorno”

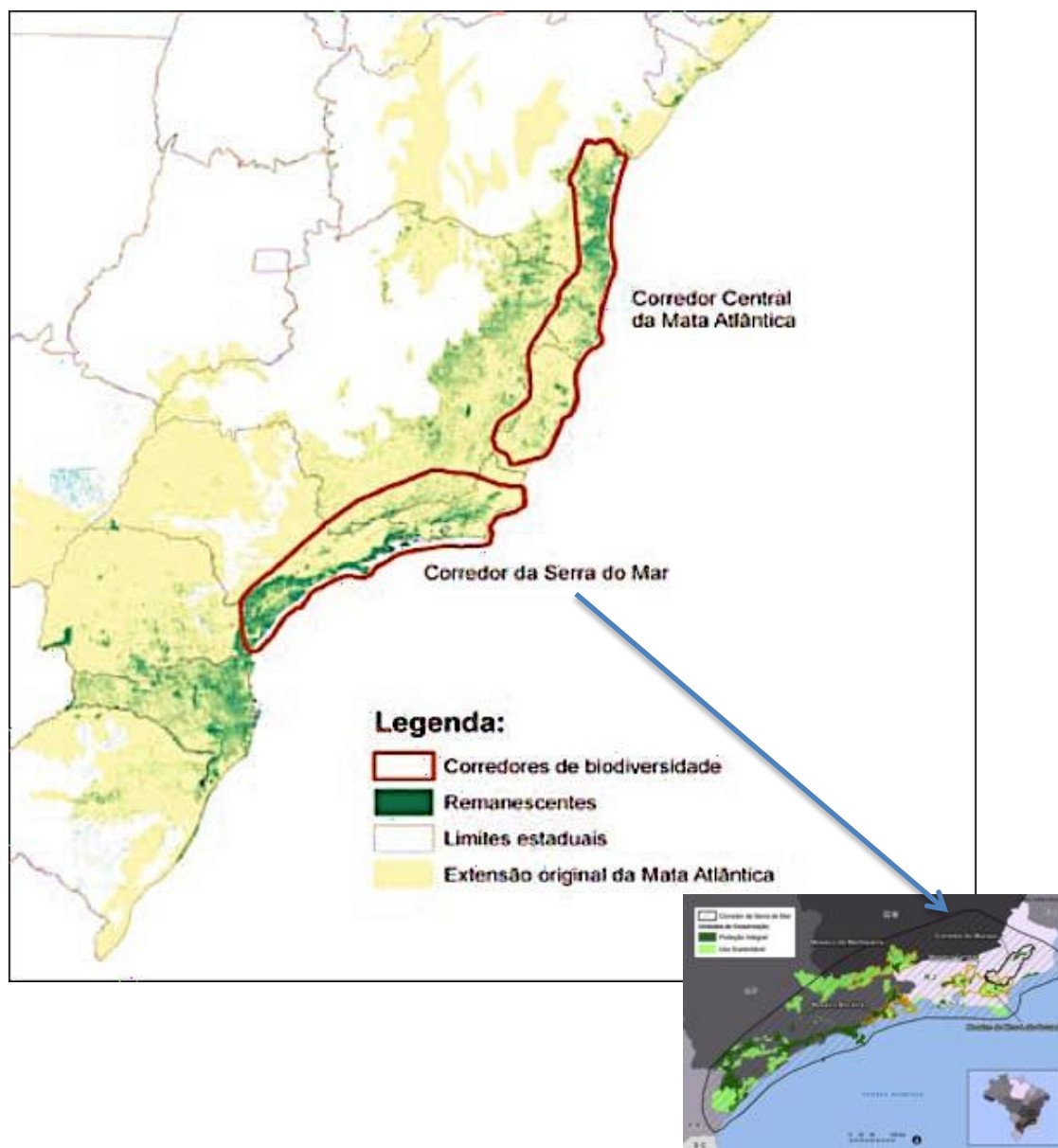
ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação de “Guias do Entorno”	
TEMA:	☐ ECOSSITEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☒ EXTERIOR SÍTIO(S): Em local no Entorno (a definir)
	☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno (e Bonfim)	20/ sessão
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação de guias responsáveis pela recepção de visitantes aos testemunhos dos Caminhos de Ferro e Caminhos do Ouro.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • História regional e a sua relação com o Parque. • Atividade deverá incluir imagens e visitas guiadas com os formandos.	
ATIVIDADES RELACIONADAS / DERIVADAS • Formação de guias para a recepção de caminhantes que percorrem os Caminhos da Serra.	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS • Profissional/ Professor de História.	
OBSERVAÇÕES • Os participantes desta Formação deverão ter a 12 classe; • Será necessário planejar seleção de participantes; • Participantes devem ser habitantes do Entorno; • Considerar a inclusão de habitantes do Bonfim como forma de estender o conhecimento a mais indivíduos.	

Apêndice H. Formação: “Agente Multiplicador”

ATIVIDADE COMPLEMENTAR	
Formação “Agente Multiplicador”	
TEMA:	☐ ECOSISTEMAS ☐ ACERVO DO PARQUE ☐ BONFIM ☒ ENTORNO
AMBIENTE:	☒ INTERIOR ☐ EXTERIOR SÍTIO(S): Em local no Entorno (a definir)
☐ PERMANENTE ☒ TEMPORÁRIA PERIODICIDADE/DURAÇÃO: a definir	
PÚBLICO ALVO (EM ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Entorno (e Bonfim)	20/ sessão
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE Formação de jovens para atuarem como multiplicadores de conhecimentos no seu meio social: o conteúdo abrange o valor do Parque; princípios de coletividade; cuidados com o meio ambiente; gestão do lixo e do esgoto; noções de liderança. Participantes ganham certificado e <i>pin</i> identificador e são registados no Parque. Destinado ao público jovem dentro e fora da escola – 16 a 25 anos – habitantes do Vale do Bonfim e do Entorno.	
QUESTÕES QUE ABRANGE • Conservação do meio ambiente e da paisagem; • Pegada ecológica; • Coletividade e responsabilidade; • Autoestima do público jovem.	
ATIVIDADES RELACIONADAS / DERIVADAS • Formações de guia para o Bonfim e Entorno; • Todos os eventos em espaço público no Entorno;	
PERFIL DA EQUIPE NECESSÁRIA PARA A ATIVIDADE / QUANTIDADE DE INDIVÍDUOS Profissional com carácter jovem e motivador para dar a formação.	
OBSERVAÇÕES • Equilibrar gêneros f/m; • Formação deve priorizar a ludicidade e o fazer e ocorrer no terreno; • Atividade deverá estender-se também a jovens do Bonfim; • Avaliar se o limite de idade poderá ser estendido.	

Anexos

Anexo A. Corredor Ecológico da Serra do Mar

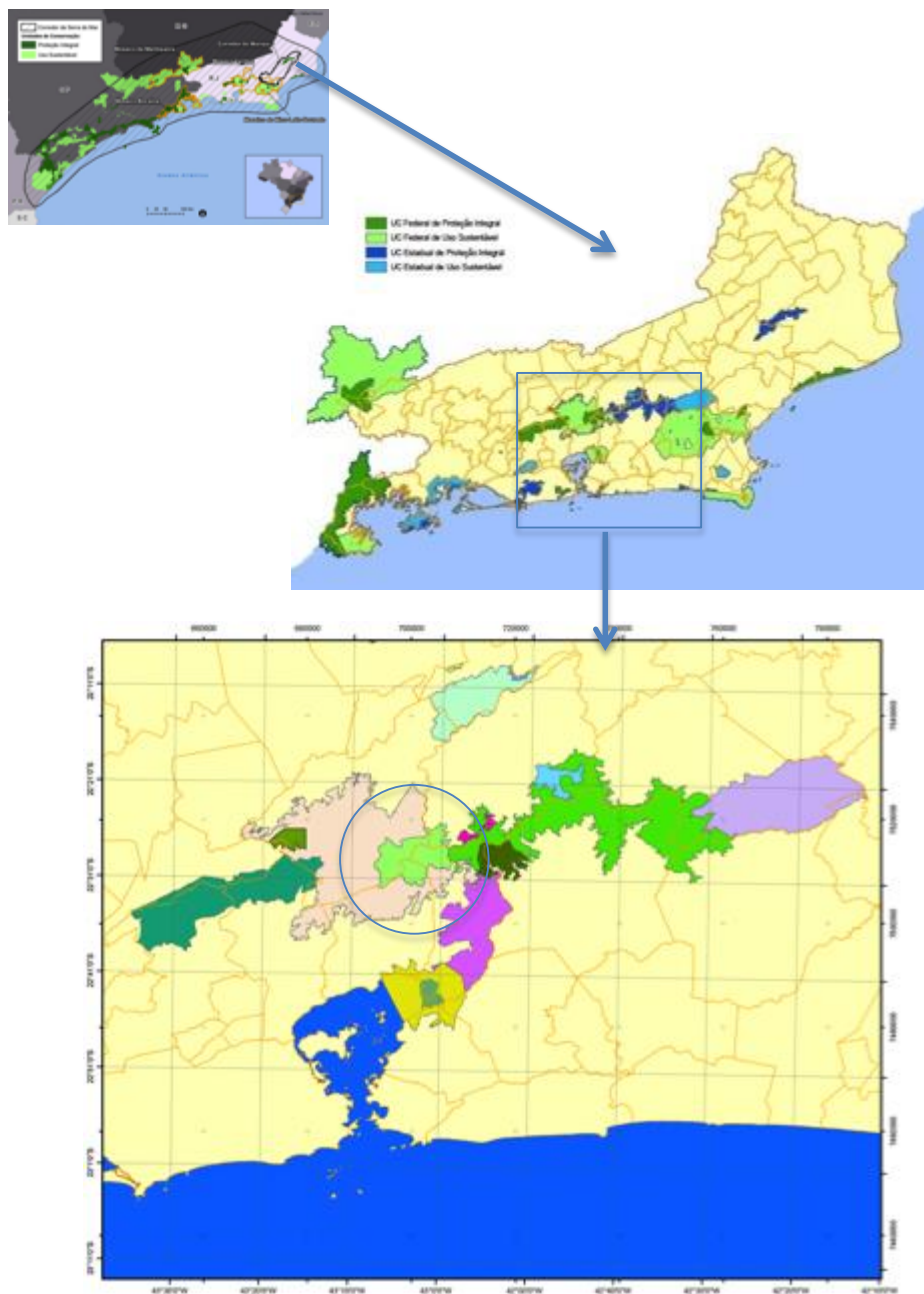


Nesta página, Corredor Ecológico da Serra do Mar e remanescentes da Mata Atlântica.

Fonte das imagens: (Lamas, Guimarães, Pinto, & Hirota, 2007) e

http://www.serradomar.org/corredores_ecologicos.html.

Anexo B. Mosaicos de proteção da Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro

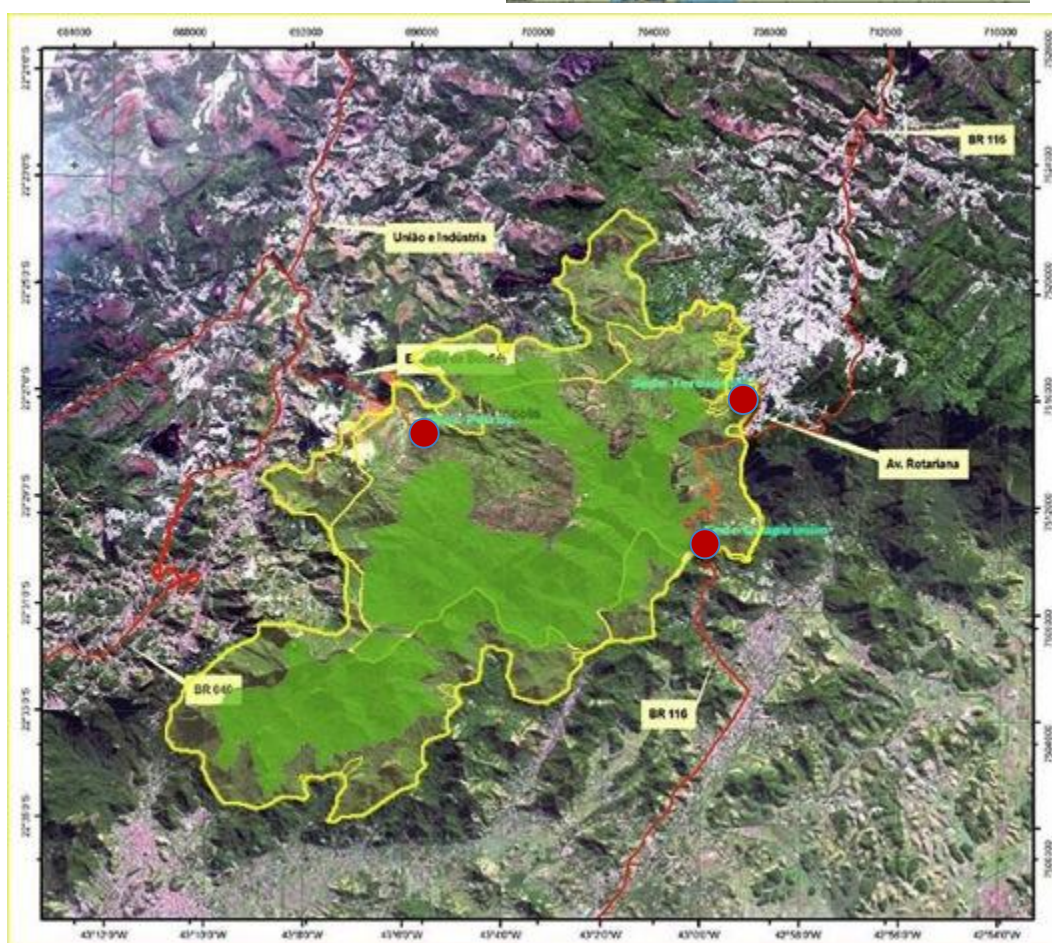


Em cima: Mosaico Mata Atlântica Central Fluminense – em destaque o PARNASO (ainda com os limites anteriores a 2008).

Fonte das imagens: (PARNASO, 2008) e http://www.serradomar.org/corredores_ecologicos.html.

Anexo C. Limites e entradas do PARNASO

Os quatro municípios que partilham o PARNASO: a Norte, Teresópolis e Petrópolis; a Sul, Guapimirim e Magé. Em vermelho, as três entradas: à direita, Teresópolis e Guapimirim; à esquerda, Petrópolis.



Em cima, os limites do PARNASO. Pode-se ver a pressão exercida pelas cidades de Petrópolis – à esquerda –, Teresópolis – no canto superior direito –, e pelas áreas urbanas de Guapimirim e Magé. As principais vias de acesso estão em vermelho. Destacado em verde mais intenso é a área do Parque de acesso proibido. Fonte: Desenvolvido a partir de mapas do Plano de Manejo do PARNASO (2008).

Anexo D. Teresópolis



De cima para baixo, da esquerda para a direita: acesso cênico que conduz a Teresópolis; edifício administrativo do Parque, Centro de Visitantes, piscina natural e exposição permanente. Embaixo: a cidade; arquitetura do Vila St Gallen; Casa de Portugal e Feirinha. Fontes das imagens: PARNASO; Wikipedia; blogapaixonadosporviagens.com.br; <http://teresopolis24horas.blogspot.com/>



Anexo E. Guapimirim



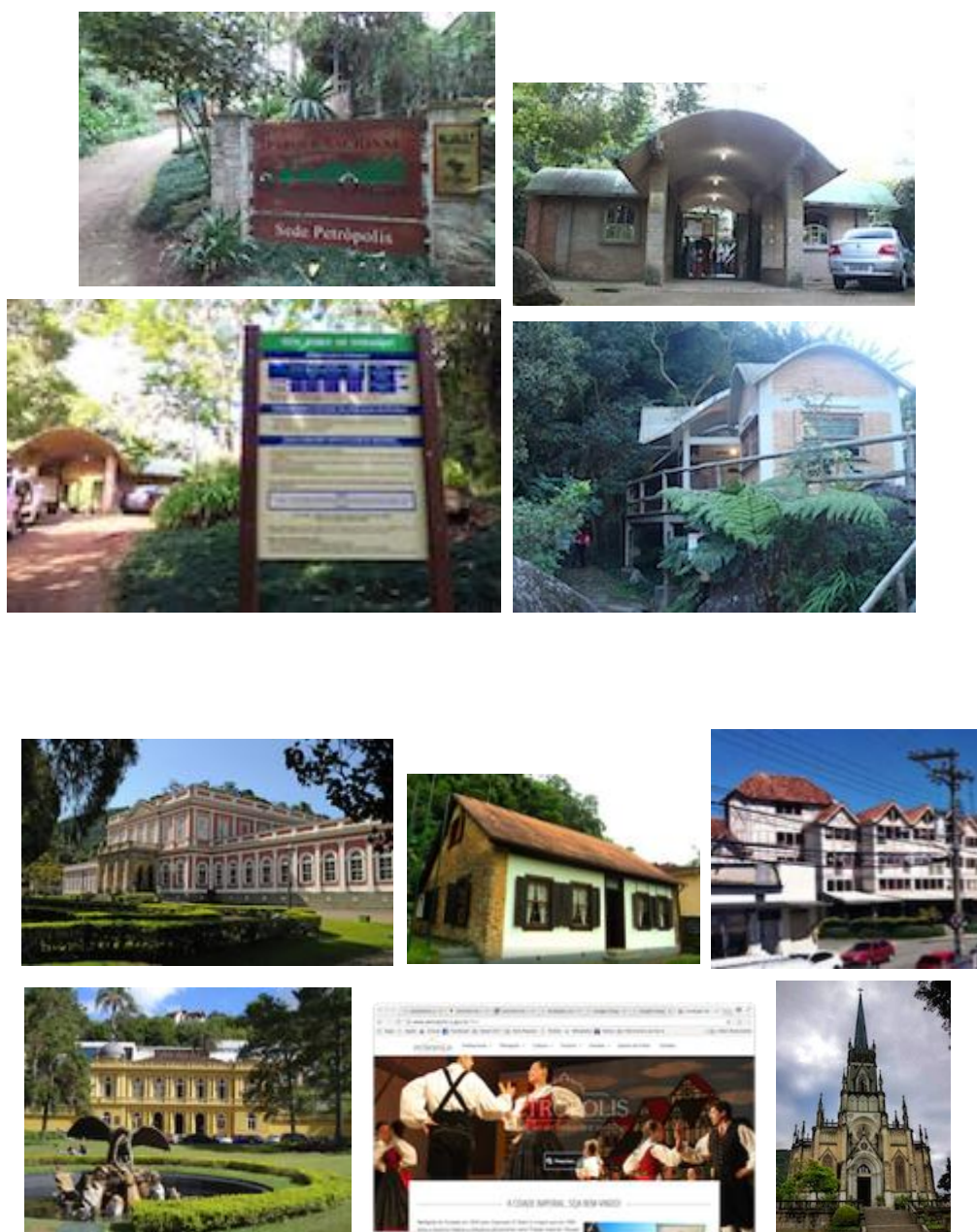
No alto, entrada da Sub-Sede de Guapimirim, Capela Nª Sª da Conceição e Casa da Barreira. Portão de entrada da cidade de Guapimirim, rios que descem a Serra e cortam a cidade, centro da cidade.

Anexo F. Magé



No alto, a planície de Magé com a vista da Serra dos Órgãos. Igrejas históricas de Magé e o Porto que fazia conexão com os Caminhos da Serra; centro da cidade.

Anexo G. Petrópolis

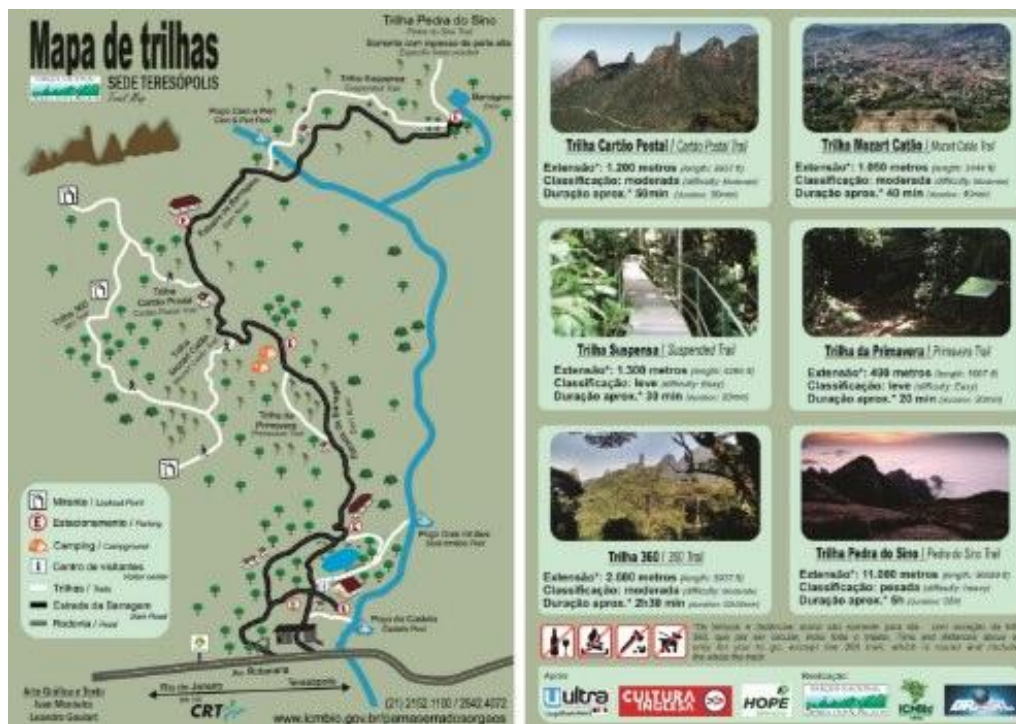


No alto, entrada do Parque, embaixo (da esquerda para a direita), o Museu Imperial, o “Quitandinha”, Palácio do Rio Negro, promoção de danças tradicionais alemães, Catedral da cidade.

Anexo H. Caminhos da Serra do Mar.

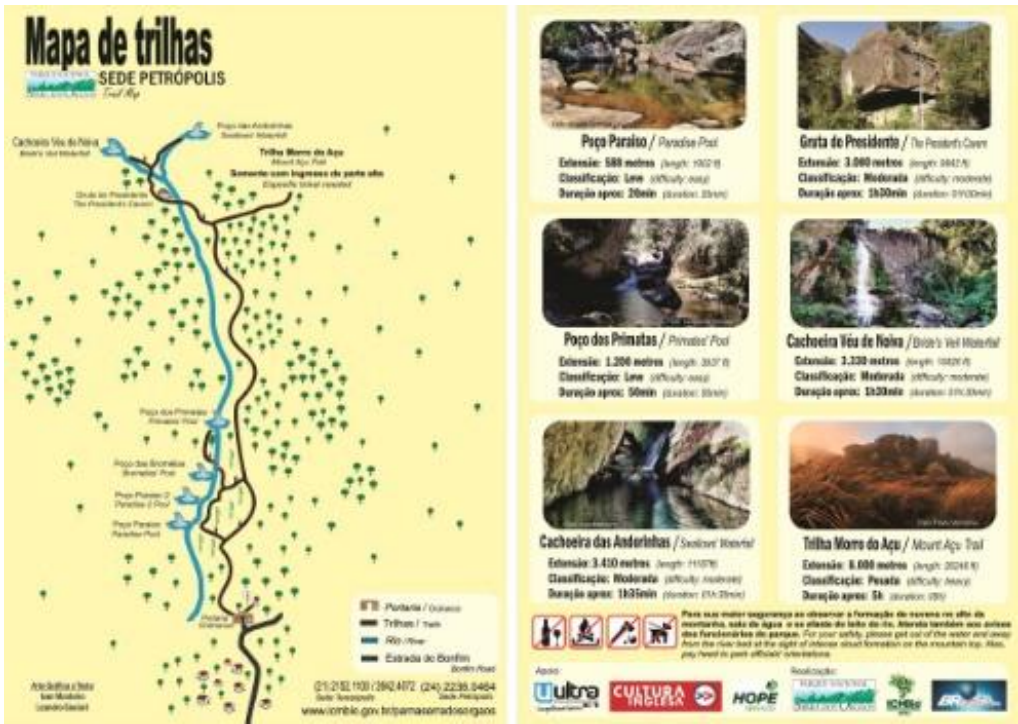


(1/2) Teresópolis, Guapimirim.



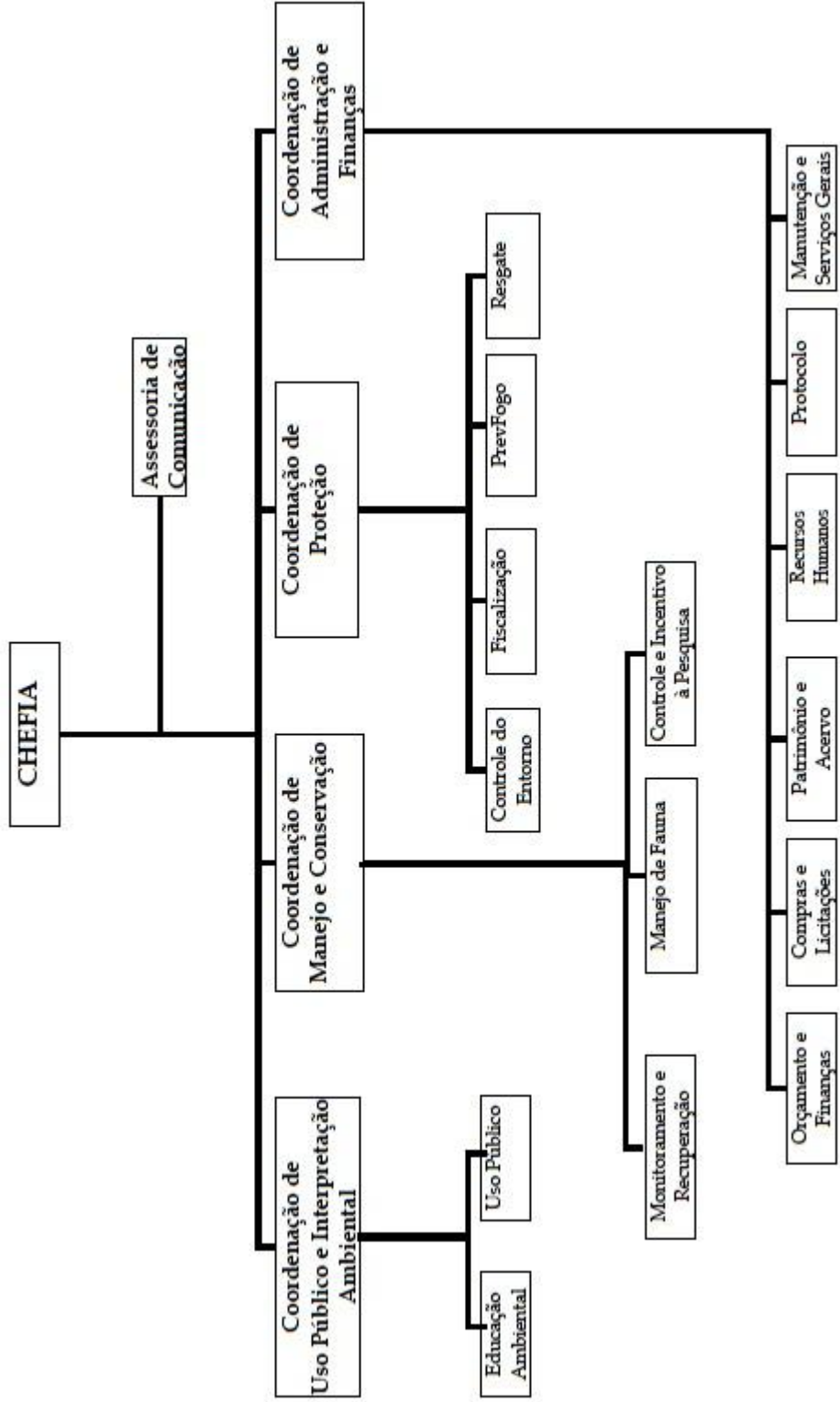
Anexo I. Mapas de trilhas e atrativos do Parque.

(2/2) Petrópolis.



Fonte: PARNASO.

Anexo J. Organigrama do PARNASO.



Anexo K. Conselho Consultivo do PARNASO.

(1/2)

GRUPO	SETOR	ORDEM	INSTITUIÇÃO
Sociedade Civil	Organizações socioambientais	Titular	Sociedade Vale do Bonfim
		Titular	Espaço Compartilharte
		Titular	Associação de Defesa Ambiental de Santo Aleixo
		1º Suplente	Serviço Social do Comércio - Sesc Teresópolis
		2º Suplente	Tereviva
		3º Suplente	Associação Internacional de Desenvolvimento Econômico Interambiental
	Associações de Moradores do Entorno do Parnaso	Titular	Associação de Moradores e Amigos da Barreira
		Titular	Associação de Produtores e Moradores do Bonfim
		Titular	Associação de Moradores e Amigos Corta-Vento
		Titular	AMA Quebra-Frascos
		1º Suplente	Associação de Amigos e Cidadãos de Guapimirim
		2º Suplente	Sociedade de Amigos do Vale da Boa Esperança
		3º Suplente	AMA Granja Guarani
		4º Suplente	Federação das Associações de Moradores de Teresópolis – FAMT
	Associação de Produtores Rurais	Titular	Associação de Produtores e Moradores do Jacó
		Titular	Fazenda Boa Esperança
		1º Suplente	Associação de Produtores Rurais do Bonfim
		2º Suplente	Sítio Monte Sinai
Usuários de Recursos Ambientais	Setor de Turismo	Titular	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – Turisrio
		Suplente	Associação de Turismo Teresópolis-Friburgo/ Circuito Turístico Tere-Fri
	Usuários Diretos de Serviços Ambientais	Titular	Companhia Estadual de Águas e Esgotos – Cedae
		Suplente	Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piabanha e Sub-bacias dos rios Paquequer e Preto
	Prestadora de Serviços	Titular	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT
		Suplente	Concessionária Rio-Teresópolis – CRT

(continua na próxima página)

Anexo K. (2/2)

GRUPO	SETOR	ORDEM	INSTITUIÇÃO
Usuários de Recursos Ambientais	Ensino, Pesquisa e Extensão	Titular	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
		Titular	Universidade Federal Fluminense – UFF
		Titular	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ
		1º Suplente	Fundação Educacional Serra dos Órgãos – Feso
		2º Suplente	Emater/Rio
		3º Suplente	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz
Órgãos Gestores	Parnaso	Titular	Chefe do Parnaso
		Suplente	Núcleo de Educação Ambiental
	OEMA	Titular	Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente – Feema
		Suplente	Instituto Estadual de Florestas - IEF – PETP
	Prefeitura Municipal de Teresópolis	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Teresópolis
		Suplente	Secretaria de Turismo de Teresópolis
	Prefeitura Municipal de Petrópolis	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Petrópolis
		Suplente	Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis
	Prefeitura Municipal de Guapimirim	Titular	Secretaria de Meio Ambiente de Guapimirim
	Prefeitura Municipal de Magé	Titular	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Magé
		Suplente	Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Magé
	Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense	Titular	APA Guapimirim
		Suplente	Esec Paraíso
	Corpo de Bombeiros	Titular	2º Grupo de Socorro Florestal e Meio Ambiente de Magé - GSFMA – Magé
		Suplente	16º Grupamento de Bombeiros Militar de Teresópolis
	Batalhão de Polícia Florestal MA-RJ	Titular	Comandante
		Suplente	Adjunto

Fonte: (Santos et al., 2007).

Anexo L. Corrêas e Vale do Bonfim.

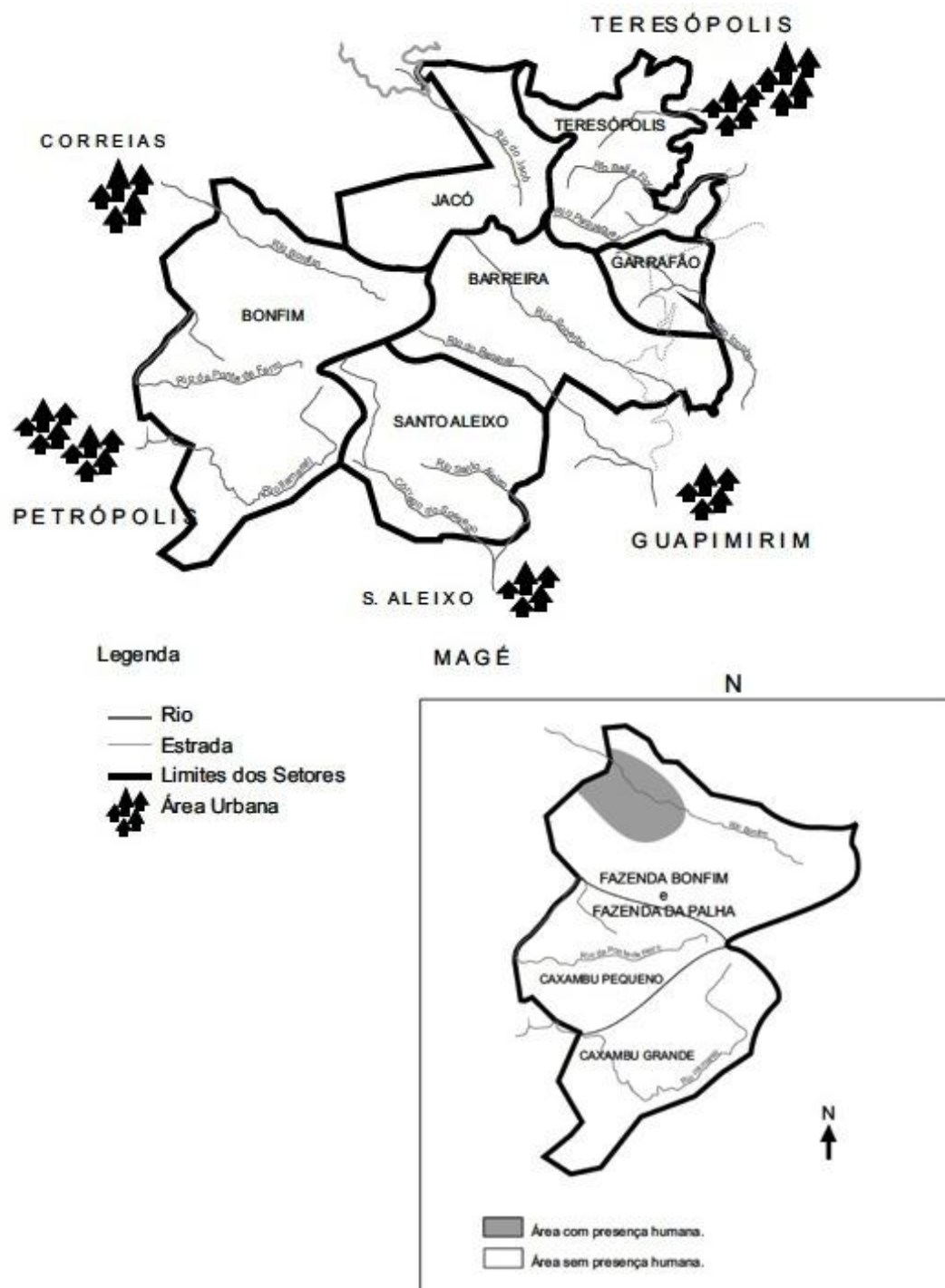


No centro de Corrêas, a placa indicativa do PARNASO e o lixo na ponte da mesma localidade, após chuva forte.



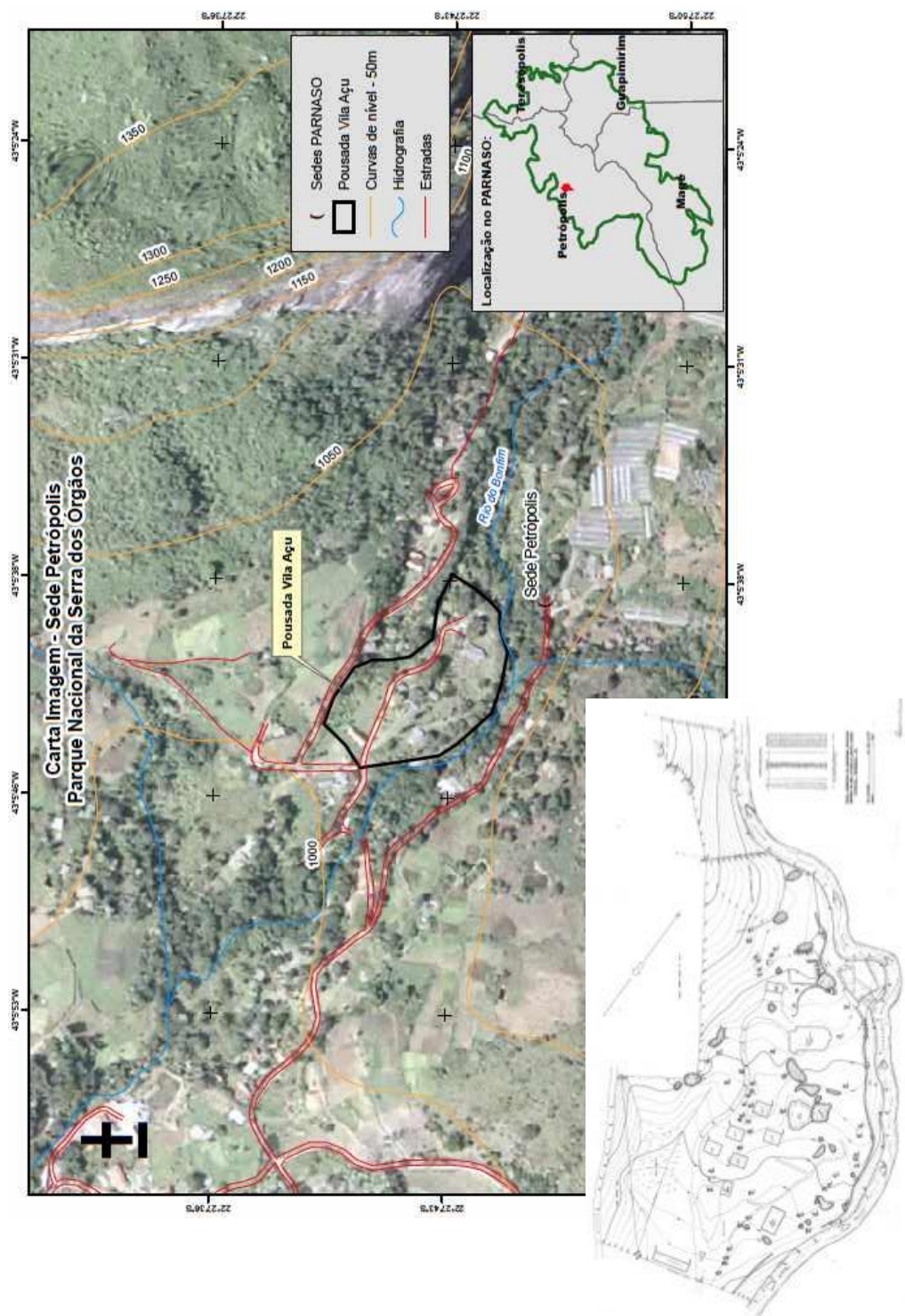
Vale do Bonfim: portão de uma Quinta, centro do Bonfim (mercearia), habitações no centro e caminhões de produção agrícola no Alto Bonfim.

Anexo M. Latifúndios que existiam na área do PARNASO.

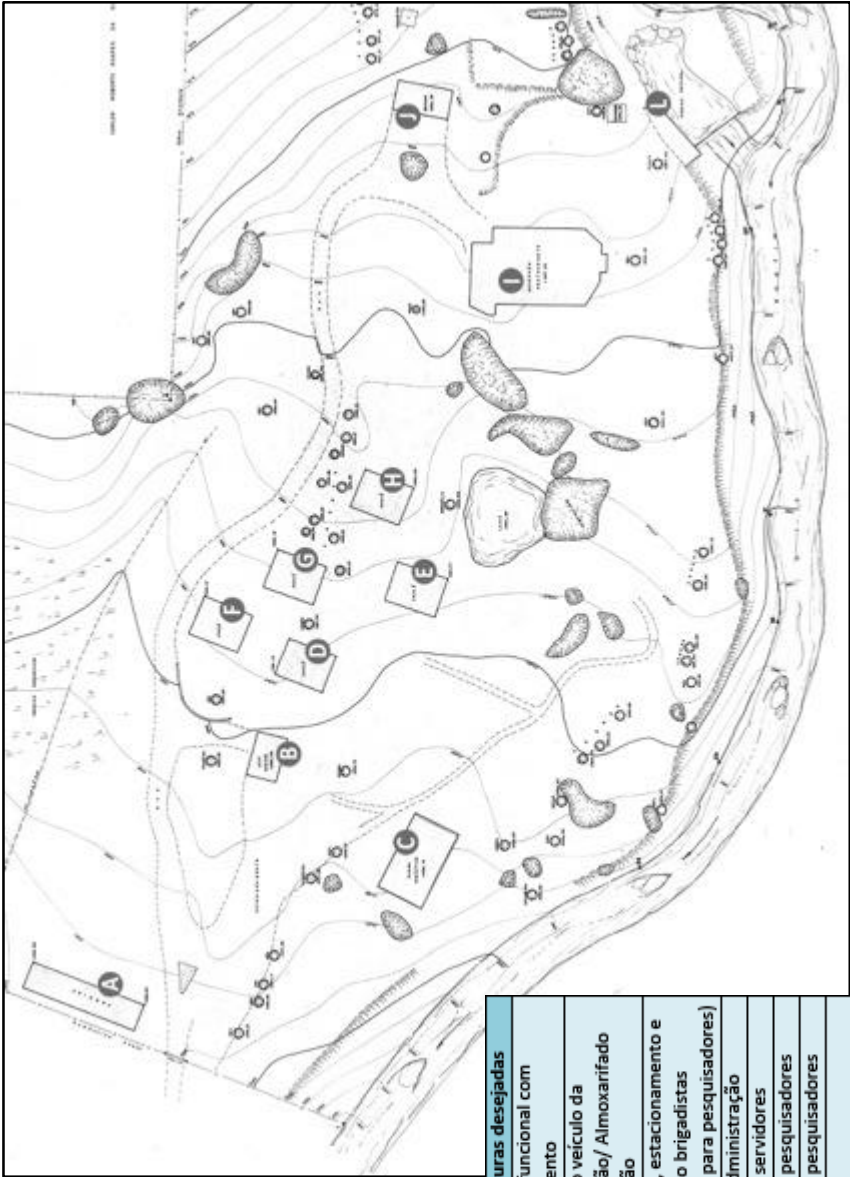


Fonte dos mapas: (Rocha, 2007)

Anexo N. Área destinada à futura Sede de Petrópolis.



Anexo O. Previsão das infraestruturas para a futura Sede de Petrópolis.



Detalhe da planta da área que pertencia à Pousada do Açú, onde será a futura Sede de Petrópolis.

Estruturas existentes	Estruturas desejadas
A - Casa Gerente	Residência funcional com estacionamento
B - Garagem/ Depósito	Garagem do veículo da administração/ Almoarifado administração
C - Alojamento/ Sauna	Alojamento, estacionamento e almoarifado brigadistas
D - Chalé 1	(alternativo para pesquisadores) Escritório administração
E - Chalé 2	Alojamento servidores
F - Chalé 3	Alojamento pesquisadores
G - Chalé 4	Alojamento pesquisadores
H - Chalé 5	Laboratório pesquisadores
I - Prédio principal/ Restaurante/ Recepção	CV (exposição, loja e cafeteria, auditório)
J - Lavanderia	Banheiro e lava pratos para campistas
L - Piscina natural	

Anexo P. Acervos do PARNASO.



ALTA DENSIDADE DE ÁRVORES E JARDIM.
MONTADO POR J. B. MONTAGNA.